



## Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores

### Diário da Sessão

**IX Legislatura**

**Número: 13**

**I Sessão Legislativa**

**Horta, Quinta-Feira, 19 de Fevereiro de 2009**

**Presidente:** *Deputado Ricardo Cabral*

**Secretários:** *Deputados José Ávila e Cláudio Lopes (substituído pelo Sr. Deputado Mark Marques)*

### SUMÁRIO

*Os trabalhos tiveram início às 10 horas e 10 minutos.*

#### **Período de Informação Parlamentar:**

Após a leitura da correspondência, proferiram declarações políticas os Srs. Deputados Aníbal Pires (*PCP*), Clélio Meneses (*PSD*) e Paulo Estêvão (*PPM*).

Na sequência da declaração política proferida pelo Sr. Deputado Aníbal Pires, usaram da palavra, para esclarecimentos, o Sr. Secretário Regional da Saúde (*Miguel Correia*) e os Srs. Deputados Artur Lima (*CDS/PP*), José Manuel Bolieiro (*PSD*) e Aníbal Pires (*PCP*).

Para esclarecimentos, na sequência da declaração política proferida pelo Sr. Deputado Clélio Meneses (*PSD*), usaram da palavra, os Srs. Deputados Helder Silva (*PS*), Clélio Meneses (*PSD*), bem como o Sr. Secretário Regional da Presidência (*André Bradford*).

Na sequência da declaração política proferida pelo Sr. Deputado Paulo Estêvão (*PPM*), para esclarecimentos, usaram da palavra os Srs. Deputados Guilherme Nunes (*PS*), Paulo Estêvão (*PPM*) e o Sr. Secretário Regional da Presidência (*André Bradford*).

No período destinado a intervenções de interesse político relevante usaram da palavra os Srs. Deputados Pedro Medina (*CDS/PP*), José Rego (*PS*), António Marinho (*PSD*), José Cascalho (*BE*), Helder Silva (*PS*), Luís Paulo Alves (*PS*), Cláudio Lopes (*PSD*), Lizuarte Machado (*PS*), António Pedro Costa (*PSD*), Alexandre Pascoal (*PS*), bem como o Sr. Secretário Regional da Presidência (*André Bradford*).

### **Período da Agenda da Reunião:**

**1º - Apresentação do Projecto de Decreto Legislativo Regional nº 3/2009 – “Adapta à Região Autónoma dos Açores o Sistema Nacional de Certificação Energética e de Qualidade do Ar Interior nos Edifícios (SCE), o Regulamento dos Sistemas Energéticos de Climatização em Edifícios (RSECE) e o Regulamento das Características de Comportamento Térmico dos Edifícios (RCCTE)”**, apresentado pelo Grupo Parlamentar do PSD, feita pelo Sr. Deputado João Costa (*PSD*).

Em relação a esta apresentação, usaram da palavra o Sr. Secretário Regional do Ambiente e do Mar (*Álamo de Meneses*) e os Srs. Deputados João Costa (*PSD*) e Artur Lima (*CDS/PP*).

**2º - Continuação da apreciação, na especialidade, da Proposta de Decreto Legislativo Regional – “Altera o Estatuto da Carreira Docente na Região Autónoma dos Açores, aprovado pelo Decreto Legislativo Regional nº 21/2007/A, de 30 de Agosto”**.

No debate, na especialidade, usaram da palavra os Srs. Deputados José Manuel Bolieiro (*PSD*), Helder Silva (*PS*), António Marinho (*PSD*), Artur Lima (*CDS/PP*), Rui Ramos (*PSD*), Paulo Estêvão (*PPM*), Hernâni Jorge (*PS*), Aníbal Pires (*PCP*), Nélia Amaral (*PS*), Cláudia Cardoso (*PS*), Paulo Rosa (*CDS/PP*), Graça Teixeira (*PS*), Catarina Furtado (*PS*) e Costa Pereira (*PSD*), bem como o Sr. Secretário Regional da Presidência (*André Bradford*) e a Sra. Secretária Regional da Educação e Formação (*Lina Mendes*).

Foram aprovados, por maioria, até ao artigo 82º, englobados no artigo 1º da Proposta de Decreto Legislativo Regional.

A conclusão do debate e votação foi agendada para o dia seguinte.

*(Os trabalhos terminaram às 21,00 horas)*

**Presidente:** Bom dia a todos.

Agradecia que os Srs. Deputados fizessem o favor de ocupar os seus lugares para se proceder à chamada.

Tem a palavra o Sr. Secretário para proceder à chamada.

*Procedeu-se à chamada à qual responderam os seguintes Deputados:*

***Partido Socialista (PS)***

**Alexandre Rui Carvalho Pascoal Albuquerque Silva**

**Alzira Maria de Serpa e Silva**

**António Gonçalves Toste Parreira**

**Bárbara Pereira Torres de Medeiros Chaves**

**Berto José Branco Messias**

**Carlos Alberto Medeiros Mendonça**

**Catarina Paula Moniz Furtado**

**Cláudia Alexandra Coelho Cardoso Meneses da Costa**

**Domingos Manuel Cristiano Oliveira Cunha**

**Duarte Manuel Braga Moreira**

**Francisco Miguel Vital Gomes do Vale César**

**Guilherme de Fraga Vicente Nunes**

**Helder Guerreiro Marques da Silva**

**Hernâni Hélio Jorge**

**Isabel Maria Duarte de Almeida Rodrigues**

**José Manuel Gregório de Ávila**

**José Gaspar Rosa de Lima**

**José de Sousa Rego**

**José Carlos Gomes San-Bento** de Sousa

**Lizuarte Manuel Machado**

**Luís Paulo** de Serpa **Alves**

**Manuel Avelar** Cunha Santos

**Manuel Soares da Silveira**

**Maria da Graça** Lopes **Teixeira**

Maria da **Piedade** Lima **Lalanda** Gonçalves Mano

**Nélia** Maria Pacheco **Amaral**

**Ricardo** Manuel Viveiros **Cabral**

**Rogério** Paulo Lopes Soares **Veiros**

***Partido Social Democrata (PSD)***

**Aida** Maria Melo Amaral Reis dos **Santos**

**António** Augusto Batista Soares **Marinho**

**António Pedro** Rebelo **Costa**

**António** Lima Cardoso **Ventura**

**Carla** Patrícia Carvalho **Bretão** Martins

**Cláudio** José Gomes **Lopes**

**Clélio** Ribeiro Parreira Toste **Meneses**

**Jaime** António Silveira **Jorge**

**João** Luís Bruto da Costa Machado da **Costa**

**Jorge** Alberto da **Costa Pereira**

**Jorge** Manuel de Almada **Macedo**

**José Manuel** Cabral Dias **Bolieiro**

**Luís** Carlos Correia **Garcia**

**Mark** Silveira **Marques**

***Partido Popular (CDS/PP)***

**Abel** Jorge Igrejas **Moreira**

**Luís** Virgílio de Sousa da **Silveira**

**Paulo** Jorge Santiago Gomes da **Rosa**

**Pedro** Miguel **Medina** Rodrigo Raposo

***Bloco de Esquerda (BE)***

**José** Manuel Veiga Ribeiro **Cascalho**

**Zuraida** Maria de Almeida **Soares**

**Presidente:** Estão presentes 48 Sras. e Srs. Deputados.

Temos quórum.

Declaro aberta a sessão. Pode entrar o público.

Em primeiro lugar queria informar a Assembleia que o Sr. Presidente da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores, o Sr. Dr. Francisco Coelho, me informou às 10,00 horas da noite de ontem o falecimento do seu sogro.

Ele teve que viajar hoje de manhã para a Ilha Terceira, razão de eu assumir a condução dos trabalhos da Assembleia no dia de hoje.

Queria desejar bom trabalho a todos e que o fim do dia seja proveitoso.

Os Srs. Secretários Cláudio Lopes e José Ávila dar-me-ão uma ajuda preciosa na condução dos trabalhos.

Quero agradecer antecipadamente a compreensão de todos para alguma indecisão na condução dos trabalhos.

Fiz uma preparação intensa durante toda a noite. Já li o Regimento 23 vezes antes de cá chegar e esta noite li duas ou três vezes para me inteirar dos artigos e não haver complicação na condução dos trabalhos.

Vamos dar início à leitura da correspondência.

**Secretário** (*Cláudio Lopes*): Do Grupo Parlamentar do PSD, o Projecto de Decreto Legislativo Regional - Adapta à Região Autónoma dos Açores o Sistema Nacional de Certificação Energética e de Qualidade do Ar Interior nos Edifícios (SCE), o Regulamento dos Sistemas Energéticos de Climatização em Edifícios (RSECE) e o Regulamento das Características de Comportamento Térmico dos Edifícios (RCCTE).

Baixou à Comissão de Assuntos Parlamentares, Ambiente e Trabalho.

**Secretário** (*José Ávila*): Do Grupo Parlamentar do PSD, Projecto de Resolução e pedido de urgência e dispensa de exame em Comissão – Medidas de combate à elevada densidade do coelho bravo na Ilha do Pico.

**Secretário** (*Cláudio Lopes*): Da Presidência do Conselho de Ministros, envio do Projecto de Decreto-Lei que transpõe para a ordem jurídica nacional as Directivas nºs 2008/88/CE, da Comissão, de 23 de Setembro de 2008, 2008/123/CE, da Comissão, de 18 de Dezembro de 2008, e 2009/6/CE, da Comissão, de 4 de Fevereiro de 2009, que alteram a Directiva nº 76/768/CE, do Conselho, de 27 de Julho, relativa aos produtos cosméticos, a fim de adaptar os seus anexos II, III e VII ao progresso técnico, alterando o Decreto-Lei nº 189/2008, de 24 de Setembro, que estabelece o regime jurídico dos produtos cosméticos e de higiene corporal, transpondo para a ordem jurídica nacional as Directivas nºs 2007/53/CE, da Comissão, de 29 de Agosto, 2007/54/CE, da Comissão, de 29 de Agosto, 2007/67/CE, da Comissão, de 22 de Novembro, 2008/14/CE, da Comissão, de 15 de Fevereiro, e 2008/42/CE, da Comissão, de 3 de Abril, que alteram a Directiva nº 76/68/CEE, do Conselho, relativa aos produtos cosméticos, a fim de adaptar os seus anexos II, III e VI ao progresso técnico.

Baixou à Comissão de Assuntos Sociais.

**Secretário** (*José Ávila*): Da Presidência do Conselho de Ministros, envio do Projecto de Decreto-Lei que estabelece as regras a que devem obedecer a investigação, o fabrico, a comercialização, a entrada em serviço, a vigilância e a publicidade dos dispositivos médicos e respectivos acessórios e transpõe para a ordem jurídica interna a Directiva nº 2007/47/CE do Parlamento Europeu e do Conselho, de 5 de Setembro de 2007.

Baixou à Comissão dos Assuntos Sociais.

**Secretário** (*Cláudio Lopes*): Uma Petição, cujo primeiro subscritor é o Sr. João Lourenço de Angra do Heroísmo, relativamente a um processo de construção de um edifício destinado a estabelecimento prisional, cujo ante-projecto prevê a integração de um antigo edifício designado por “Casa do Gaiato”, no sítio da Boa Hora, freguesia da Terra Chã.

Baixou à Comissão de Política Geral.

**Presidente:** Lida a correspondência e não havendo votos de congratulação, saudação, pesar ou protesto, vamos passar imediatamente para as declarações políticas.

Para uma declaração política tem a palavra o Sr. Deputado Aníbal Pires.

**Deputado Aníbal Pires (PCP):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo Regional:

Ao contrário do que brilha no transbordante optimismo a que o Presidente do Governo Regional já nos habituou, no anúncio de mais obras e nas declarações de intenção sobre os investimentos públicos para a saúde na Região, a realidade é que o Serviço Regional de Saúde enfrenta graves e sérios problemas que põem em causa a sua eficácia e qualidade.

Problemas que têm de ser enfrentados com a frontalidade e a coragem necessárias para corrigir erros, superar atrasos e reparar injustiças.

Os Açores necessitam de um sistema de saúde que saiba gerir os seus recursos com eficiência. Sim! É verdade.

Concordamos e subscrevemos o princípio do rigor e da rentabilização dos dinheiros públicos mas esse princípio, como é sabido, não contraria a existência de um Serviço Regional de Saúde que cumpra o direito a todos os açorianos o acesso à saúde e garanta apoios condignos que são devidos aos cidadãos nas suas horas de maior carência e fragilidade.

O Governo Regional tem revelado a verdadeira extensão da sua insensibilidade social e mostrado que está mais preocupado com a satisfação dos indicadores estatísticos e financeiros do que em dar um rosto humano ao nosso sistema de saúde colocando-o, de facto, ao serviço dos açorianos.

E, a verdade é que a opção política pela subcontratação e privatização de serviços, pela criação da “Saudaçor” e de hospitais-empresa falhou rotunda e inegavelmente.

Não são mais baratos!

Não são mais eficazes!

Não prestam um serviço de melhor qualidade!

Mas, acima de tudo, não resolveram nenhum dos problemas estruturais do Serviço Regional de Saúde, seja em termos das listas de espera, seja em carência de profissionais, seja o do crónico subfinanciamento do sistema.

Aliás, nesta questão da carência de profissionais, o Governo Regional continua a limitar-se a derramar dinheiro sobre o problema sem ter nenhuma perspectiva de solução de fundo.

Os números estão aí para o provar e, mais do que os números, temos um indicador seguro desta realidade que é o crescente descontentamento dos açorianos com o seu Serviço Regional de Saúde.

É mais do que tempo do Governo Regional abrir os olhos para a realidade e arrepiar caminho!

Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados, Senhor Presidente do Governo Regional, Senhoras e Senhores Membros do Governo:

Neste âmbito situação dos apoios aos utentes do Serviço Regional de Saúde que têm de ser deslocados é reveladora das injustiças dos sistemas.

É que enquanto se dá (e muito bem, em nossa opinião) um apoio diário de 70 Euros para cada atleta que se desloque em função da realização de provas desportivas, por outro lado, dá-se apenas 18 Euros – repito: 18 Euros! – para participar o alojamento de doentes e seus acompanhantes quando têm de se deslocar das suas ilhas.

A dimensão verdadeiramente miserabilista deste apoio em nada contribui para minorar os gravíssimos problemas sociais que as situações de doença grave muitas vezes causam nas famílias de menores rendimentos.

Existe, supostamente, uma ligeiríssima majoração para doentes carenciados. Mas a verdade é que só é aplicável aos que possuam um rendimento mensal *per capita* inferior a 236 Euros. Deixam-se assim de fora desta majoração (de um valor também irrisório) milhares de açorianos de fracos rendimentos, que são efectivamente carenciados e esta situação, é bom que nos lembremos, verifica-se quando os cidadãos se encontram em situações de grande debilidade e fragilidade.

O mais chocante de toda esta situação é que, ao mesmo tempo que se mantém um apoio útil e necessário ao nível de uma paupérrima esmola, vão-se gastando milhões na contratualização de serviços com privados, desbaratando recursos sem nenhuma estratégia para resolver os problemas de fundo.

São estas as questões que os açorianos querem ver resolvidas.



Estas são efectivamente questões reais e que afectam e preocupam as pessoas e, por isso, apresentámos um Projecto de Resolução recomendando ao Governo que proceda a revisão da portaria das participações aos doentes deslocados, que teremos ocasião de discutir nesta Assembleia quando do seu agendamento.

Os açorianos não estão interessados em mais declarações sonantes do Governo Regional sobre projectos e obras futuras, nem na sua visão da saúde como uma oportunidade de negócio para os interesses privados.

Não!

O que os açorianos querem e merecem é ter um Serviço Regional de Saúde moderno, bem equipado, abrangente, e com apoios condignos.

Disse!

**Presidente:** Muito obrigado, Sr. Deputado.

Estão abertas as inscrições.

Tem a palavra o Sr. Secretário Regional da Saúde.

(\* **Secretário Regional da Saúde** (*Miguel Correia*): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo, Sr. Deputado Aníbal Pires:

Eu gostava de esclarecer duas ou três questões da sua intervenção.

A respeito da qualidade, que referiu, que o Serviço Regional de Saúde já não terá, porque tinha colocado os hospitais como empresas e que tinha criado uma empresa pública, a SAUDAÇOR, quero recordar que, por esse motivo, o Hospital de Ponta Delgada é hoje um Hospital acreditado internacionalmente pelo King's Fund, o que é muito benéfico para os açorianos e que será estendido aos outros dois hospitais da Região.

Relativamente aos profissionais de saúde não quero estar aqui sempre a recordar-lhe, mas quero dizer-lhe que o número de médicos e o número de enfermeiros ao serviço dos açorianos tem aumentado sucessivamente.

Em relação à questão que tem a ver com a deslocação dos doentes e ao pagamento da diária, parece-me que não é verdadeira a forma como o demonstrou aqui, porque disse que o valor da diária era de 18 € para doente e acompanhante. Isso não é verdade, é o dobro. A diária é de 36,23 € para doente e acompanhante.

De qualquer modo devo dizer-lhe que o Governo Regional está atento a esta situação e, aliás, há uma medida que está no Objectivo 2 do Programa do Governo, que o senhor votou contra, que diz precisamente o seguinte: “Continuar uma permanente avaliação das políticas de deslocação de doentes, procedendo a melhoramentos e aperfeiçoamentos que permitam uma maior racionalização de recursos e garantia de melhoria de acessibilidade aos cidadãos”.

Portanto, esta é uma preocupação do Governo Regional e serão tomadas medidas.

De qualquer modo, gostaria de esclarecer que não é rigorosa a comparação entre a diária do atleta federado e a diária do doente deslocado, porque a diária do doente deslocado refere-se a uma participação em que lhe é paga a passagem na totalidade e difere se tem alojamento convencionado ou não tem.

A diária do atleta federado está limitada ao número de 4 dormidas e não pode exceder isto e não inclui taxas de aeroporto, que são muito significativas e deixe-me dar-lhe só um exemplo: da Terceira para Lisboa a taxa de aeroporto são 47,50 € e não inclui transportes, ao contrário da diária do doente deslocado que inclui.

As coisas não são comparáveis e não pode, em abono da verdade, fazer essa comparação.

Relativamente ao gasto do Serviço Regional de Saúde com as deslocações de doentes, devo dizer-lhe que em 2008 gastámos cerca de 6 milhões de euros.

Nas deslocações dos atletas federados teremos gasto cerca de 1,5 milhões de euros.

Portanto, há aqui nitidamente uma preocupação em apoiar a deslocação de doentes.

Estamos atentos a esta situação e serão tomadas também medidas de aperfeiçoamento no decurso deste ano.

**Presidente:** Muito obrigado, Sr. Secretário Regional da Saúde.

Tem agora a palavra o Sr. Deputado Artur Lima.

(\*) **Deputado Artur Lima (CDS/PP):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Apenas uma curta intervenção para saudar a adopção, por parte do PCP, das propostas do CDS/PP.

Nós o ano passado, em Janeiro, exactamente em Ponta Delgada, anunciámos isso e defendemos a equiparação das diárias dos doentes ou dos atletas deslocados.

Achamos bem que estes assuntos sejam trazidos aqui, mas que sejam trazidos com alguma originalidade e até por melhoria das propostas dos outros.

Sr. Secretário Regional da Saúde, o facto do Hospital de Ponta Delgada estar acreditado pelo King's Fund, não é pelo facto de ser EPE, porque já o era antes. O processo de acreditação começou muito antes, como sabe, e, portanto, o facto de ser EPE a acreditação trouxe zero. Não foi nenhuma mais valia no processo de acreditação que já tinha sido desenvolvido há três anos atrás e, portanto, está na sua fase final de implementação, não havendo relação directa entre uma coisa e outra.

Digo isto só para retirar esse seu argumento, que realmente não faz nenhum sentido.

Era apenas este pequeno esclarecimento que queria aqui deixar.

Muito obrigado.

**Presidente:** Muito obrigado, Sr. Deputado.

Tem agora a palavra o Sr. Deputado José Manuel Bolieiro.

(\*) **Deputado José Manuel Bolieiro (PSD):** Muito obrigado, Sr. Presidente.

Cumprimento V. Exa. no exercício das suas funções na condução dos trabalhos deste Parlamento. É a primeira vez que o faço e desejo que o faça com o melhor empenho e utilidade para a condução dos trabalhos.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

A temática que o Sr. Deputado Aníbal Pires trouxe a debater é essencial para, neste início de mandato, perceber o que o Governo pensa introduzir de novo e correctivo no Serviço Regional de Saúde.

O Programa do Governo, há pouco aprovado, não é o melhor indiciador da capacidade de resolver os problemas de saúde. Esperemos que na prática, quer nas opções de médio prazo, quer nos planos anuais e no orçamento respectivo, possamos encontrar então soluções para os graves problemas que ainda hoje subsistem no Serviço Regional de Saúde, entre eles, e o primeiro, o do subfinanciamento.

Mas, quero abordar hoje, porque isso importa verdadeiramente aos açorianos, aos que têm saúde e aos que estão doentes, o problema relativo o acesso aos cuidados de saúde, designadamente pela porta principal e essencial, a dos Centros de Saúde e não pela urgência, porque por aí não se trata o acesso ao cuidado de saúde de prevenção e

ao acesso normal de cuidado de saúde do açoriano doente e do açoriano que, tendo saúde, quer evitar a doença.

Sr. Secretário, confirma-se que faltam 60 médicos de família no Serviço Regional de Saúde.

Que soluções tem o Governo para resolver este problema do impedimento do acesso aos cuidados de saúde por via dos Centros de Saúde?

Fala o Sr. Secretário na importância da certificação do Hospital Divino Espírito Santo. Isso é verdade e é importante. A oferta de serviço e a produtividade desta unidade hospitalar orgulha os Açores, no quadro do Serviço Regional de Saúde, como também por comparação com a oferta e a produtividade das unidades de saúde nacionais.

Agora, resta é saber se o contrato-programa, que o Governo prepara e atrasa para fazer com o Hospital Divino Espírito Santo, está feito e se corresponde ao índice de produtividade que aquele hospital tem e à capacidade de oferta que tem, em termos comparados, com as unidades hospitalares do resto do País.

Sobre esta matéria, até agora não obtivemos resposta. Aliás, como sabe o Sr. Secretário, eu tenho subscrito um requerimento a V. Exa. para explicações nesta matéria e ainda não tive a devida resposta, mas o prazo não está ainda ultrapassado. Gostaria que hoje o Sr. Secretário pudesse dar resposta, porque elas são essenciais, não, simplesmente, para o debate político, mas, sobretudo, para os açorianos.

Para terminar, repito o que disse no início: as respostas são essenciais para aqueles que estão doentes, mas também para aqueles que têm saúde e querem manter a sua saúde devidamente prevenida e cuidada pelos Centros de Saúde dos Açores.

Muito obrigado.

**Presidente:** Eu quero agradecer em primeiro lugar as palavras simpáticas que o Sr. Deputado José Bolieiro me dirigiu no início da sua intervenção.

Acontece aqui a primeira rasteira, Sr. Deputado.

Eu quero lembrar que, em relação a declaração política, o artigo 74º do Regimento diz que as Representações Parlamentares só têm direito a usar da palavra até 3 minutos por uma só vez.

O Sr. está a pedir a palavra para esclarecimentos ao Sr. Secretário, mas ele não pode responder.

Não havendo mais inscrições, dou a palavra ao Sr. Deputado Aníbal Pires para encerrar o ciclo de intervenções.

O Sr. Deputado José Manuel Bolieiro pretende a palavra para?

**Deputado José Manuel Bolieiro (PSD):** Para interpelar a Mesa.

**Presidente:** Tem a palavra para o efeito.

**Deputado José Manuel Bolieiro (PSD):** Muito obrigado, Sr. Presidente.

Eu quero, antes de mais, saudá-lo pelo alerta. Na verdade não me tinha apercebido que o Sr. Deputado Aníbal Pires tinha utilizado a forma de declaração política, razão pela qual eu levantei as questões que levantei.

Sr. Presidente, muito obrigado.

**Deputado Domingos Cunha (PS):** Que distração, Sr. Deputado.

**Presidente:** Quero agradecer a sua compreensão rápida do Regimento, que sei que o senhor é especialista.

Tem a palavra o Sr. Deputado Aníbal Pires para finalizar este debate.

(\*) **Deputado Aníbal Pires (PCP):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Em primeiro lugar uma palavra para o Deputado Artur Lima, dizendo-lhe que a actualidade e a pertinência do assunto faz-nos trazer as questões da saúde à discussão neste Parlamento.

Depois dizer-lhe também que as questões da saúde são de tal maneira graves que não devem ser propriedade de nenhum grupo parlamentar nem de nenhum deputado.

*(Aparte inaudível do Sr. Deputado Artur Lima)*

**O Orador:** Não se trata disso.

Aliás, o Sr. Deputado Artur Lima poderá verificar no Projecto de Resolução, que hoje entregamos na Assembleia, que esta declaração política tem já um efeito que é, exactamente, propor uma recomendação ao Governo para que se altere a portaria dos apoios complementares.

Portanto, se ela não foi feita anteriormente, o assunto mantém-se, o problema existe e não existe porque o CDS o colocou, ele existe efectivamente, porque os cidadãos se dirigem aos deputados, se dirigem às organizações partidárias, queixando-se do mau funcionamento do Serviço Regional de Saúde.

Relativamente a este assunto que eu trouxe aqui à colação dos apoios que são concedidos, são efectivamente 18 euros pelo doente mais 18 euros pelo acompanhante. Foi isso que eu disse, mas a verdade é que esse apoio não deixa de ser insuficiente.

*(Aparte inaudível do Sr. Deputado Herberto Rosa)*

**O Orador:** O senhor sabe muito bem o que é que os florentinos passam com essa situação da deslocação de doentes e até devia, ao contrário de estar a fazer o aparte, subscrever a minha opinião.

**Deputado Artur Lima (CDS/PP):** Não é sua, é do CDS.

**O Orador:** É do CDS.

A questão é esta: de facto o apoio é insuficiente de uma forma geral, mas é particularmente vergonhoso, porque é quando as pessoas estão doentes, estão mais debilitadas e estão mais debilitadas também ao nível do rendimento e, portanto, é justo que esse apoio possa ser revisto.

Nós vivemos numa região insular e arquipelágica e é evidente que não podemos ter hospitais em todas as ilhas da Região, com certeza, mas por isso mesmo temos de nos adaptar a esta realidade e esta realidade exige que as pessoas que são deslocadas, por motivos de doença, efectivamente tenham participações condignas. É isso que nós pedimos.

Quando fazemos a comparação com o apoio que é dado ao atletas e aos clubes desportivos nas deslocações, nós não dizemos que isso não é justo. É com certeza justo, agora só introduzi esse elemento como elemento comparativo. Dão 70 euros, mas nós até sabemos que não são 70 euros, porque, conforme o escalão da divisão nacional em que se encontram os atletas, isso é majorado até 100%. Isto quer dizer

que em algumas comitivas, quando se deslocam, cada elemento da comitiva leva 140 euros.

*(Apartes inaudíveis da bancada do PS)*

**O Orador:** Eu não ponho isso eu causa. Não misturemos as coisas. Eu não coloco em causa o apoio que se dá à deslocação das comitivas desportivas. Acho que essas comitivas quando se deslocam da Região para o Continente devem ter um apoio condigno.

**Deputado Artur Lima (CDS/PP):** Isso é plágio!

**O Orador:** Ó Sr. Deputado, vai-me desculpar, mas eu sei muito bem daquilo que estou a falar.

**Deputado Artur Lima (CDS/PP):** Não sabe.

**O Orador:** Sei sim senhor. Eu fui dirigente desportivo durante 15 anos e sei muito bem do que é que estou a falar e sei muito bem o que é que os doentes, o que é que os açorianos me vêm dizer.

Sr. Deputado Artur Lima, é verdade ou não que o problema subsiste?

**Deputado Artur Lima (CDS/PP):** Eu não posso falar.

**O Orador:** Eu sei que o senhor não pode falar, mas é ou não é verdade que o problema subsiste? É ou não é verdade que depois do CDS ter trazido esta questão à discussão no Parlamento, o problema se mantém?

Se é verdade então não esteja acusar-me de plágio, porque eu estou aqui a tratar de um assunto que preocupa os açorianos. É para isso que fui mandatado, é para isso que me deram esta legitimidade.

**Presidente:** Sr. Deputado, agradecia que concluísse, porque o seu tempo regimental já terminou.

**O Orador:** Não se trata aqui de nenhum plágio.

Relativamente à certificação do Hospital de Ponta Delgada, Sr. Secretário, por amor de Deus, os critérios de certificação são os que são e está certificado, agora quem não certifica o Hospital de Ponta Delgada, quem não certifica o Hospital de Angra ou o da Horta são os açorianos.

Muito obrigado.

**Deputado Domingos Cunha (PS):** Não é verdade! Não apoiado!

**Presidente:** Muito obrigado, Sr. Deputado Aníbal Pires por ter compreendido, rapidamente, que o seu tempo regimental já tinha terminado, gastando só mais 30 segundos.

Vamos passar de imediato, sem perder tempo, porque o dia é longo, para a segunda declaração política por parte do Partido Social Democrata.

Tem a palavra o Sr. Deputado Clélio Meneses.

**Deputado Clélio Meneses (PSD):** Sr. Presidente, saúdo-o neste seu início de funções como Presidente da Mesa.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

A nossa realidade arquipelágica e isolamento fazem com que os transportes aéreos devam constituir uma das principais ocupações dos responsáveis políticos da Região, na mesma medida em que se assumem como uma das maiores preocupações dos açorianos.

Não podendo ser por terra, nem a maior parte das vezes pelo mar, os açorianos só podem sair e entrar nas suas ilhas, e aqueles que nos visitam só podem cá chegar, pelo ar.

Por tudo isto, uma adequada e rigorosa política de transportes aéreos que verdadeiramente sirva os açorianos e promova o desenvolvimento dos Açores deve constituir um pilar essencial da visão e acção política que se tenha sobre a Região.

Na realidade, só existe verdadeiro desenvolvimento quando se conhece e valoriza aquilo com que cada ilha contribui para a valorização do todo regional.

Depois da comunicação social açoriana ter denunciado a situação e os nefastos efeitos da mesma para a sociedade e economia regionais, o Grupo SATA confirmou, ontem, dia 18 de Fevereiro, que irá concentrar a sua nova frota apenas na ilha de São Miguel, deixando, assim, de ter uma aeronave com base no Aeroporto das Lajes, na ilha Terceira.

Tal decisão, pelo que afirma a própria companhia, fundamenta-se na “*racionalização e ganhos de eficiência na operação aérea*”, esquecendo que com isso afecta o interesse público subjacente ao serviço em causa, designadamente ao nível da



protecção civil, da segurança e da normalidade da actividade do transporte aéreo nos Açores, ao mesmo tempo que concretiza mais um passo para a progressiva diminuição da importância política da Terceira no contexto regional.

No fundo, a prometida e anunciada afirmação da centralidade da Terceira não passa dos discursos do Presidente do Governo e de slogans da campanha eleitoral socialista esquecidos logo que passam as eleições.

No entanto, da nossa parte, **o que está em causa é apenas e só uma visão dos Açores que valoriza positivamente aquilo com que cada ilha pode promover o desenvolvimento da Região.**

A localização da Terceira no quadro geográfico das ilhas impõe necessariamente que sejam adoptadas as medidas políticas adequadas, designadamente ao nível dos transportes aéreos.

A SATA com as obrigações e financiamentos que decorrem do serviço público que presta é o instrumento das políticas de transporte aéreo do Governo Regional.

**Por isso, é essencial que, pelo menos, uma das aeronaves da SATA tenha a sua base no Aeroporto das Lajes, na Ilha Terceira.**

Tal imposição decorre, para além do mais, da circunstância de vivermos em ilhas e ser necessário assegurar as respostas ao nível da protecção civil e do apoio às populações em caso de catástrofe ou de qualquer situação de emergência, o que fica claramente comprometido com o isolamento apenas numa ilha de toda a frota da companhia aérea regional.

**Deputado João Costa (PSD):** *Muito bem!*

**O Orador:** **Com a implementação de tal tipo de políticas está a prejudicar-se todas as ilhas dos Açores e, nessa medida, o desenvolvimento da Região e a qualidade de vida dos açorianos.**

Com efeito, perante a decisão em causa e conhecendo-se as **condições meteorológicas do arquipélago**, não é de todo impossível que o agravamento do estado do tempo inviabilize todas as saídas de Ponta Delgada, como já aconteceu por diversas vezes devido a nevoeiros ou ventos fortes do quadrante Norte, mas que permita – a partir da Terceira – a operação para outras ilhas do arquipélago.

Neste cenário e imaginando todas as aeronaves estacionadas em Ponta Delgada, todos os açorianos, turistas, ou viajantes em geral serão lesados e sacrificados por estas naturais eventualidades.

Em tais situações e no caso de haver uma aeronave a operar permanentemente a partir da Ilha Terceira, como até ao presente e desde Março de 1993, a SATA poderia fazê-la descolar, rumando a outras Ilhas dos Açores, garantindo um serviço mínimo ou até mesmo de emergência.

O mesmo se diga no caso de um cenário de catástrofe natural durante a noite na ilha de São Miguel, como, por exemplo, um sismo que afecte a operacionalidade da pista ou ventos fortes que danifiquem as estruturas aeroportuárias ou as próprias aeronaves (estacionadas no aeroporto de Ponta Delgada) inviabilizando a operação a partir deste aeroporto.

Ou, ainda, perante a possibilidade de um acidente na pista de Ponta Delgada que inviabilize o seu funcionamento.

Também nestas eventuais e naturais situações, só com a existência de uma aeronave estacionada permanentemente no Aeroporto das Lajes seria garantido um serviço mínimo nas restantes ilhas do Arquipélago.

A este propósito é importante saber o que pensa o Serviço Regional de Protecção Civil.

Por outro lado, e também do ponto de vista técnico/operacional, não se vê razão para que, tendo sido anunciado pela SATA que um dos Dash 8 – Q200 deverá servir essencialmente as ilhas do Grupo Ocidental, São Jorge e Graciosa, seja colocada esta aeronave em Ponta Delgada, ou seja, na extremidade oposta do arquipélago.

Acresce que a Terceira dispõe, ainda e desde há vários anos, uma estrutura de manutenção e um hangar que se assumem seguramente como mais valias assinaláveis.

Não pode, por isso, fazer sentido a alegação da SATA de que a colocação da “sexta” aeronave em Ponta Delgada se justifica por razões operacionais, para mais que, de acordo com informações oficiais, é aproximado o número de aterragens diárias da SATA em Ponta Delgada e nas Lajes.

É de realçar, ainda, que os primeiros voos do dia da rota Ponta Delgada - Terceira e os últimos voos do dia na rota inversa (Terceira - Ponta Delgada) são aqueles que têm a ocupação mais baixa, devido ao horário inadequado aos interesses do mercado.

Na verdade, a existência destes voos não se prende com o possível mercado destas rotas, mas, simplesmente, com a necessidade de fazer regressar as aeronaves a S. Miguel ao final do dia, fazendo que, no dia seguinte, tenham de ser reposicionadas na Terceira para a partir daí recomeçar toda a série de ligações entre as várias ilhas do Grupo Central e Ocidental.

No fundo, aquilo que deveria ser, apenas e só, a persecução do interesse público no serviço prestado aos açorianos, acaba por ter por base os pretensos interesses de racionalização da empresa, designadamente através destes denominados **voos de recolocação de aeronave**, que acabam por ser uma perda de tempo, de recurso e uma fonte de gastos evitáveis.

**Deputado João Costa (PSD):** *Muito bem!*

**O Orador:** De facto, se estivesse baseada uma aeronave na Terceira, evitar-se-iam as centenas de voos anuais a que esta estratégia operacional obriga, fazendo com que, em vez de se perder tempo e dinheiro com os posicionamentos das aeronaves, se pudessem ganhar duas ou mais ligações diárias que contribuiriam, estas sim, de forma significativa, designadamente, para a melhoria das ligações do Grupo Central com o Grupo Ocidental.

**Deputado João Costa (PSD):** *Muito bem!*

**O Orador:** O mesmo se diga, com o que se passa, sensivelmente a meio do dia, com o regresso de todas as aeronaves a Ponta Delgada apenas com o objectivo de troca de tripulações.

Efectivamente, a tripulação escalada para os voos da manhã, ao fim de determinadas horas de trabalho, tem irremediavelmente de cessar o serviço de voo. Para esse efeito, entrega o avião à tripulação seguinte (escalada para os voos da tarde) sempre em Ponta Delgada, interrompendo, com isso, porventura, ligações importantes no Grupo Central e/ou Ocidental.

No fundo, perdendo-se tempo e gastando dinheiro desnecessariamente!

Se, estivesse, pelo menos, uma aeronave colocada na ilha Terceira, evitar-se-iam, também, estes “voos para troca de tripulações”.

Tudo isto, não se resolve apenas com a pernoita nalguns dias da semana do equipamento e da respectiva tripulação na ilha Terceira, mas apenas com a fixação permanente de uma aeronave nesta ilha.

**É, por isso, essencial, afirmar esta posição política no Parlamento dos Açores, por aquilo que ela significa em termos de assunção de uma visão daquilo que queremos para a nossa Região e, por outro lado, no sentido de suscitar que o Governo Regional afirme se assume como correcta a anunciada decisão da SATA ou se, pelo contrário, vai exigir à Administração da companhia aérea regional que mantenha, pelo menos, um dos seus novos aviões estacionado permanentemente no Aeroporto das Lajes, Ilha Terceira, pois, só deste modo, se servirão melhor os açorianos, como, de resto, é obrigação de todos nós.**

**Com este sentido de responsabilidade política e de cumprimento do interesse público a que estamos vinculados, afirmamos, mais uma vez, que, acima de qualquer interesse parcelar, de partidos, ilhas, ou grupos, estão sempre os Açores e os açorianos.**

**Disse.**

**Vozes dos deputados da bancada do PSD: *Muito bem! Muito bem!***

*(Aplausos dos deputados da bancada do PSD)*

**Presidente:** Muito obrigado, Sr. Deputado Clélio Meneses.

Estão abertas as inscrições.

Tem a palavra o Sr. Deputado Helder Silva.

**(\*) Deputado Helder Silva (PS):** Obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Quero também associar-me às declarações que aqui foram anteriormente feitas e cumprimentar V. Exa. no exercício dessas suas funções de Presidente da Assembleia.

Quero igualmente tecer alguns comentários relativamente à declaração política que acabámos de ouvir e que nos foi apresentada pelo PSD, pela voz do Sr. Deputado

Clélio Meneses que, vestindo aparentemente as vestes de um gestor de frotas regional, nos veio aqui dar indicações à SATA, a nós e ao Governo sobre a melhor forma como deverá ser feita a gestão da frota, os locais onde ela deverá ou não pernoitar e uma intervenção que nos surpreendeu sinceramente, porque é um tipo de intervenção que não é habitual, que não é esperada relativamente a deputados de uma ilha como a Ilha Terceira, porque o tom da sua intervenção, Sr. Deputado assemelha-se, em muito, àquilo que é tom, esse muito mais compreensível, de ilhas que carecem de serviços para poderem assegurar aquilo que é a economia, o emprego e a empregabilidade de algumas ilhas de menor dimensão.

V. Exa. trouxe-nos aqui uma intervenção que me parece muito mais do que preocupado...

**Deputado António Marinho (PSD):** O senhor não esteve atento!

**O Orador:** Eu ouvi! Eu ouvi aquilo que foram as razões que V. Exa. tentou encontrar para conseguir justificar aquilo que é o interesse que V. Exa. quer defender aqui que é o de garantir a permanência de pelo menos um avião no aeroporto da Terceira. É essa a sua intenção.

**Deputado Jorge Macedo (PSD):** Percebeu isso? Percebeu muito bem!

**O Orador:** Eu, muito sinceramente, do ponto de vista racional e de gestão, devo-lhe dizer, Sr. Deputado, que tenho imensa dificuldade em compreender como é que se consegue dar uma resposta racional a uma gestão, que tem que ser empresarial, numa empresa como a SATA, a nossa empresa, que V. Exas. têm muita dificuldade em acarinhar o que é uma obrigação, que não é deste Grupo Parlamentar, não é deste Governo, é de todos os açorianos e, sobretudo, daqueles que têm responsabilidades políticas como V. Exas. e vocês fazem-nos sempre o favor de vir aqui apontar o dedo, a pôr defeitos nas nossas empresas públicas, a uma empresa que hoje dá muito mais e melhores respostas do que aquelas que dava há uma dúzia de anos atrás,...

**Deputado Jorge Macedo (PSD):** 1996!

**O Orador:** ... que serve muito melhor as ilhas do que servia há uma dúzia de anos atrás, ilhas que há 12 anos eram servidas com um voo semanalmente e hoje são servidas diariamente pelos aviões da SATA e V. Exa. acaba por se preocupar apenas com uma questão: “queremos um avião a pernoitar na Terceira”.

**Deputado Jorge Macedo (PSD):** Não fale para o Sr. Secretário. Fale para nós!

**O Orador:** Dito isto, Sr. Deputado, devo também dizer-lhe que se tivesse estado atento às notícias que foram ontem veiculadas pela comunicação social, e designadamente pela RDP, teria ouvido que a Administração a SATA desmentiu a intenção de concentrar os serviços em S. Miguel e afirmou que não está prevista qualquer redução da actividade operacional nem despedimentos na SATA na Terceira.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

**Deputado Clélio Meneses (PSD):** Não é isso que está em causa. Ninguém disse isso!

**Presidente:** Muito obrigado pela intervenção do Sr. Deputado do Partido Socialista, Helder Silva.

Tem a palavra o Sr. Secretário Regional da Presidência.

(\*) **Secretário Regional da Presidência (André Bradford):** Muito obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Devo dizer que esta minha intervenção é feita com alguma desilusão em relação à declaração política do Sr. Deputado Clélio Meneses que tivemos oportunidade de ouvir, desilusão, porque eu acho que a figura regimental que utilizou devia ser utilizada para tratar de questões de âmbito regional e esse discurso devia ser feito com preocupações genuínas de âmbito regional.

O que o senhor aqui fez foi um discurso de quem está preocupado em ser eleito ou agradar ao eleitorado da Terceira e não um discurso de quem está preocupado em arranjar as melhores formas de se governar a Região e todas as ilhas da Região.

**Deputado Pedro Gomes (PSD):** Sr. Secretário, os terceirenses são açorianos.

**O Orador:** A nós, Governo Regional, compete-nos governar as nove ilhas, conjugar interesses, defender os interesses dos açorianos e não defender interesses parcelares ...

**Deputado Clélio Meneses (PSD):** Eu acabei de dizer isso!

**O Orador:** ... que o senhor supostamente acha que são importantes para garantir o seu futuro sucesso eleitoral.

Mas, vamos à questão de fundo que aqui nos trouxe.

Resumindo, a questão é basicamente o facto de haver uma aeronave que antes pernoitava durante toda a semana na Terceira e agora só pernoitará duas noites.

Essa questão para si merece todas as considerações que teceu de impacto regional, mas trata-se de uma questão simplesmente de operacionalidade e de gestão da frota da SATA AIR/Açores que tem a ver com critérios que se prendem com a organização da empresa, com a rentabilidade dos recursos, quer os recursos em aeronaves, quer os recursos humanos.

Por outro lado, o Sr. Deputado leu a notícia que trazia o jornal “A União”, mas depois não leu ou não se lembrou de referir o desmentido da SATA que é muito claro e não deixa nenhum tipo de dúvidas. A SATA diz que não vai haver encerramento de serviços na Ilha Terceira...

**Deputada Carla Bretão (PSD):** Não é essa a questão! Não fuja à questão!

**O Orador:** ... não vai haver diminuição da actividade operacional na ilha Terceira.

Se o objectivo do Sr. Deputado era medir a importância da ilha Terceira no panorama dos transportes aéreos de Região, por aqui é que se mede a importância da ilha Terceira. A ilha Terceira é uma placa giratória fundamental no âmbito dos transportes aéreos na Região e continuará a sê-lo e não é pelo facto do avião passar a pernoitar duas noites que a Ilha Terceira perderá esse peso e essa importância.

Fique descansado Sr. Deputado. O senhor pode dizer ao seu pretense eleitorado que a ilha Terceira mantém toda a sua importância no contexto dos transportes aéreos regionais.

Agora, há aqui uma coisa muito mais grave que é a seguinte: o Sr. Deputado subrepticamente tentou juntar a pernoita de uma aeronave da SATA à questão que se prende com a Protecção Civil nos Açores.

**Deputado António Marinho (PSD):** Ah, pois! Até que enfim!

**O Orador:** O sistema de Protecção Civil nos Açores não se baseia na SATA, Sr. Deputado, o sistema de Protecção Civil nos Açores tem os seus meios e está sedado na Ilha Terceira. O senhor sabe disso e ilegitimamente, de uma forma que não é respeitosa para com os açorianos, procura misturar questões que não são misturáveis, procura confundir os açorianos e levar a pensar que o facto duma aeronave comercial,

que passará a pernoitar duas noites na Terceira, tem impacto no sistema de Protecção Civil nos Açores.

**Deputado Jorge Macedo (PSD):** Evidentemente que tem. Isso é básico!

**O Orador:** Felizmente para os açorianos não tem, Sr. Deputado. O sistema de Protecção Civil nos Açores está centralizado na ilha Terceira, tem meios em todas as ilhas e recomenda-se.

Muito obrigado.

**Vozes da bancada do PS:** *Muito bem! Muito bem!*

**Presidente:** Muito obrigado, Sr. Secretário Regional.

Não havendo mais inscrições, dou a palavra ao declarante, Sr. Deputado Clélio Meneses.

(\* **Deputado Clélio Meneses (PSD):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Se o Grupo Parlamentar do Partido Socialista e o Governo Regional não ouviram a minha intervenção, lamento.

**Vozes dos deputados da bancada do PS:** Ouvimos! Ouvimos!

**O Orador:** Se não compreenderam, tenho muita pena. Agora, se ouviram e compreenderam e disseram o que disseram, isto é mesmo falta de seriedade política e eu aí não comento.

**Vozes dos deputados da bancada do PSD:** *Muito bem! Muito bem!*

**O Orador:** Sobre a questão em causa, não foi a notícia que fez com que o PSD apresentasse esta declaração política, foi a resposta da SATA, foi a confirmação da SATA de que, de facto, vai deixar de haver um avião em permanência na Ilha Terceira. É esta afirmação da SATA que fez com que tomássemos esta posição política.

Por isso, tudo aquilo que disseram foi tentar fugir à questão e é lamentável que, perante um problema com esta dimensão, não a tenham enfrentado, não tenham assumido uma posição clara, tendo, como fazem normalmente, fugido à questão.

Não está em causa se a Terceira tem importância, não está em causa aqui se vai pernoitar, se há placa giratória, está em causa a importância do facto, a necessidade e a essencialidade de haver um avião em permanência por razões de protecção civil, de



segurança e de normal e eficaz serviço de transporte aéreo que sirva todas as ilhas dos Açores. Isso é que é importante e sobre isso, lamentavelmente, nem o Partido Socialista nem o Governo Regional disseram o que quer que fosse. Silêncio absoluto e fizeram aquilo que normalmente fazem, ataques ao PSD e avaliações ao seu passado.

Srs. Deputados do Partido Socialista, Srs. Membros do Governo:

Numa altura de dificuldades que os Açores vivem, numa altura em que cada problema que surge aos açorianos, o que é importante é que unamos esforços e estejamos todos do mesmo lado, o Partido Socialista e o Governo Regional em vez de terem essa atitude, têm uma atitude de conflitualidade, de guerrilha permanente, assumindo sempre este papel de oposição que antecipadamente estão a vestir, querendo ser oposição a tudo.

Perante um problema com esta dimensão, que preocupa os açorianos, que pode ser gravíssimo para a vida dos açorianos, os senhores o que fazem é conflitualidade e ataques, ...

**Deputado Berto Messias (PS):** Os açorianos sabem o que fazemos.

**O Orador:** ... porque, como referi aqui, há um conjunto de exemplos que põem em causa exactamente esta decisão da SATA, nomeadamente ao nível da Protecção Civil.

Imaginem que há um problema no aeroporto de Ponta Delgada com todos os aviões lá estacionados, as outras oito ilhas do Açores ficam limitadas. Isto é que claro, quer em termos de catástrofes, quer em termos de problemas climatéricos, quer em termos de problemas de acidente de aviação.

**Deputado António Marinho (PSD):** Só não vê isso quem não quer!

**O Orador:** Por tudo isto não é admissível que os aviões estejam todos numa ilha. Isto é revelador da vossa falta de bom senso, da vossa falta de seriedade política dizerem, nem que seja em apartes: Ah, queriam todos os aviões na Terceira! Não é verdade.

É importante que haja um avião noutra ilha que não seja S. Miguel, exactamente por razões de interesse público e por razões de interesse regional, ...

**Deputado Jorge Macedo (PSD):** *Muito bem!*

**O Orador:** ... porque para o PSD o mais importante de tudo não é o PSD, como para o Partido Socialista é o PS, o mais importante para o PSD não é cada ilha por si só, para o PSD o que é importante é o interesse regional, o interesse dos Açores e a vida dos açorianos. Isso para nós é que é importante, ao contrário daquilo que tentaram fazer crer.

**Deputado Gaspar Lima (PS):** Vimos isso ao longo de muitos anos!

**O Orador:** Permita-me que conclua, Sr. Presidente.

De facto, o que se vê é que mais uma vez o Partido Socialista e o Governo Regional, em vez de gastarem as suas energias a resolver os problemas dos açorianos, ...

**Deputado José do Rego (PS):** Isso é ficção!

**O Orador:** ... gastam as suas energias a atacar o PSD e a atacar cada deputado do PSD. Isso é a vossa postura, é a vossa responsabilidade, ou, no fundo e ao contrário, não é a vossa responsabilidade, é a falta do sentido de responsabilidade que os senhores vão assumindo a cada dia que passa no exercício das vossas funções parlamentares.

O Governo Regional, perante esta questão e perante a oportunidade de clarificar o que é que pensa sobre o assunto, mais uma vez não teve opinião, andou de roda, andou à volta e acabou apenas e só por atacar o PSD.

Da nossa parte, como dizia, o mais importante são questões que dizem respeito à vida dos açorianos e com esta decisão política está afectado o interesse regional, estão afectadas as várias ilhas dos Açores, inclusive Ponta Delgada e S. Miguel e, sobretudo, está afectada a qualidade de vida dos açorianos, a sociedade açoriana e a economia açoriana, porque para além de razões de protecção civil e segurança, estão também, como demonstrei, em causa razões ligadas à operacionalidade do serviço que da forma como está é bastante prejudicado.

Sr. Deputado Helder Silva, o senhor sabe qual é a ilha mais prejudicada com esta situação?

**Deputado Hélder Silva (PS):** Provavelmente era o Faial!

**Presidente:** Sr. Deputado Clélio Meneses, o seu tempo regimental já terminou.

**O Orador:** Termina já, Sr. Presidente.

É exactamente aquela pela qual o senhor foi eleito, a Ilha do Faial e que se demonstra exactamente pelo actual horário e, sobretudo, por aquilo que resulta da actual política de transportes.

**Deputado Helder Silva (PS):** Provavelmente é o Faial!

**O Orador:** Está prejudicada por isso.

Srs. Deputados, a posição política que o PSD trouxe aqui resulta, obviamente, dum conjunto de contributos técnicos de variadas pessoas das mais diversas áreas que fez com que tivéssemos trazido esta posição aqui, isto é: não é uma posição individual, é uma posição global, abrangente e integrada a este nível, com o contributo de muitos e muitos técnicos, como será nas mais variadas áreas, exactamente com esta abrangência com que vemos o desenvolvimento dos Açores.

Muito obrigado.

**Vozes dos deputados da bancada do PSD:** *Muito bem! Muito bem!*

*(Aplausos dos deputados da bancada do PSD)*

**Presidente:** Muito obrigado, Sr. Deputado Clélio Meneses.

Vamos passar à declaração política seguinte.

Tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Estêvão.

**Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

O PPM-A faz um balanço extremamente negativo da actividade governamental na ilha do Corvo ao longo das últimas legislaturas, em particular nos últimos quatro anos.

**Deputado Mark Marques (PSD):** *Muito bem!*

**O Orador:** O resultado é um saldo governativo que deveria envergonhar qualquer governo democrático. Não se trata sequer de fazer o mínimo possível. Trata-se de abandonar, muitas vezes de forma literal, qualquer esforço de promoção do desenvolvimento da ilha e da qualidade de vida das suas populações.

De forma breve, com o intuito de provar a análise muito negativa que fazemos da actividade governativa, vamos enumerar, por áreas, os principais problemas que o

Governo não resolveu ou, ainda mais grave, deixou que se degradassem, de forma muito acentuada:

**Desporto** – Os Açores possuem cerca de 20 mil atletas federados.

A ilha do Corvo não tem nenhum. Só isto chegaria para dar uma ideia do esforço realizado pelo Governo na promoção do desporto na ilha.

**Deputado Herberto Rosa (PS):** Onde é que tem grupo desportivo?

**O Orador:** A Delegação do Desporto de Ilha não possui orçamento atribuído, pessoal afecto a tempo inteiro ou instalações próprias. Conta, apenas, com o professor de educação física da escola que, com esforço e sem qualquer tipo de recursos, faz o que lhe é possível.

Em termos de infra-estruturas, a ilha do Corvo conta apenas com o ginásio da escola que não possui as dimensões mínimas para competir em qualquer modalidade.

Sazonalmente, a ilha pode ainda contar com um campo de futebol de cinco – muito degradado – que a câmara Municipal ocupa, durante todo o Verão, para aí realizar as sucessivas festas (algo absolutamente condenável, mas que exemplifica bem a falta de sensibilidade do executivo municipal socialista para a importância da prática desportiva).

Os clubes não possuem qualquer oportunidade de se constituir porque a ilha não possui jovens suficientes para integrar escalões de formação e, sem estes, não existem condições para financiar um clube (para não falar dos custos adicionais que resultam da nossa localização e isolamento em termos de transportes).

As soluções são óbvias: construção de um complexo desportivo na ilha, afectação de recursos próprios à delegação do desporto local, apoio jurídico e económico à constituição de um clube local e definição de apoios financeiros específicos (tendo em conta a impossibilidade prática de se poder contar com as verbas da formação).

**Cultura** – O apoio à actividade cultural ou a promoção de eventos de carácter cultural tem sido residual. O museu, previsto desde 1977, foi transformado em centro de interpretação ambiental e ainda não abriu, embora tivesse sido inaugurado em 2007. O espólio do artesanato e dos utensílios locais desaparecem a um ritmo vertiginoso.

Não existem infra-estruturas específicas para o teatro, dança ou para o cinema. Muitos dos edifícios classificados estão em ruínas e alguns desapareceram.

**Sector das pescas** – O principal problema que se coloca a este sector é o escoamento da produção, que é realizada de forma muito limitada. Em resultado desta situação, o preço praticado na lota do Corvo chega a ser metade do registado na vizinha ilha das Flores.

Outro problema grave é a lotação do cais do Porto da Casa. As cerca de trinta embarcações de pesca profissional e de recreio...

**Deputado Gaspar Lima (PS):** Onde é que elas estão?

**O Orador:** ... já não cabem no Porto, facto que dificulta, cada vez mais, a actividade profissional deste sector. É necessário aumentar a barra do Porto. O Porto não dispõe actualmente de iluminação e a grua apresenta graves limitações no seu funcionamento.

A Direcção Regional promoveu algumas melhorias na lota (ainda não concluídas), mas continua sem dar resposta aos três problemas principais do sector: o preço, o transporte da produção e o redimensionamento do Porto.

**Saúde** – A Assembleia Municipal do Corvo solicitou, em 2006, “a urgente colocação, na unidade de saúde da ilha, de mais um médico, de forma a quebrar o actual situação de extrema dependência unipessoal que condiciona a liberdade de expressão – e de escolha – em relação ao desempenho profissional do clínico”. Em resposta a esta solicitação, Secretaria Regional comprometeu-se a, sazonalmente, colocar um segundo médico para permitir uma outra opção a muitos dos utentes insatisfeitos com o desempenho do único clínico da ilha. Não é verdade, Sr. Secretário?

Ainda não veio uma única vez! O Governo prometeu a vinda, com maior regularidade, de várias especialidades médicas. Aconteceu, precisamente, o contrário. As deslocações de médicos das diversas especialidades diminuíram imenso até ao ponto de se tornarem quase inexistentes.

**Transportes** – Outra área muito deficitária. Durante os últimos quatro anos as rupturas de abastecimento de mercadorias e combustíveis continuaram a ocorrer com uma regularidade revoltante.

O Governo nunca exigiu o cumprimento do contrato à empresa responsável pelo transporte de mercadorias ao longo da anterior legislatura. Neste sector, importa referir o funcionamento completamente irregular dos transitários que não se responsabilizam, sequer, pelo extravio da mercadoria.

Nos transportes aéreos a ilha continua condicionada à existência de apenas três ligações aéreas semanais (mesmo no Verão, quando todas as outras ilhas já beneficiam de ligações diárias). É de registar, apenas, a aquisição de um barco que fará o transporte de passageiros entre as ilhas das Flores e do Corvo. Mesmo assim, o mesmo esteve completamente parado entre os dias 12 de Novembro de 2008 e o dia 5 de Janeiro de 2009.

Senhor Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Vou continuar a descrever, de forma breve, a situação – por sectores – em que vive a ilha do Corvo:

**Turismo** – Abandono, puro e simples. A exclusão, o ano passado, da ilha do Corvo do Programa 60+ foi um episódio vergonhoso. As acessibilidades são paupérrimas. O apoio concreto ao turismo rural é inexistente. O esforço de promoção do Corvo como destino turístico é meramente residual. No terreno, a presença governamental neste sector é nula. A ilha do Corvo é, aliás, a única ilha sem um serviço de turismo regional.

**Segurança Social** – Neste sector, a ilha encontra-se num estado de quase total abandono. Os técnicos já nem se deslocam ao Corvo, quer no âmbito das suas funções burocráticas normais, quer no acompanhamento e rastreio de situações sociais que possam potencialmente merecer uma intervenção por parte destes serviços.

**Agricultura** – Nesta área, os problemas do Corvo são os mesmos que afectam, na generalidade, o conjunto da Região. Atraso no pagamento dos subsídios, ...

**Secretário Regional da Agricultura e Florestas (Noé Rodrigues):** É mentira!

**O Orador:** ... fraca diversidade do sector, má informação sobre o conjunto dos apoios da União Europeia e deficientes condições de transporte marítimo do gado.

**Ambiente** – A favor do desempenho governamental nesta área regista-se a criação do Parque Natural e a classificação da ilha como Reserva da Biosfera. Duas iniciativas que registámos com agrado.

Como em tantas áreas, critica-se o facto de nenhuma destas iniciativas ter sido concretizada, de forma prática. O processo de formação do Parque Natural iniciou-se em 2006, mas, até ao momento, só possui uma existência virtual (não tem órgãos nomeados, não tem plano de acção, não tem recursos ou seja existe apenas no plano das intenções). O mesmo se poderia dizer da Classificação da Ilha como Reserva da Biosfera em que não se registou, até ao momento, nenhuma iniciativa concreta no terreno.

No terreno está, desde há muito, uma lixeira a céu aberto. Vamos ver se é este ano que se resolve o problema, Sr. Secretário.

**Secretário Regional da Ambiente e do Mar** (*Álamo Meneses*): Ah, sim! O Governo é que vai resolver esse problema?

**O Orador:** O Sr. Secretário tem que fazer alguma coisa. Por isso é que é Secretário do Ambiente. Espero que não faça a mesma coisa do que fez como Secretário da Educação.

**Educação** – Nesta área, a velha aspiração é a criação do ensino secundário (que já existe em todas as ilhas). O governo continua sem autorizar esta possibilidade.

**Secretário Regional da Ambiente e do Mar** (*Álamo Meneses*): Isso é mentira. O senhor sabe que isso é mentira! Isso não se faz. O senhor foi parte da solução!

**O Orador:** Eu já lhe explico.

**Presidente:** Sr. Deputado Paulo Estêvão faça o favor de concluir a sua comunicação.

**O Orador:** Respondendo ao Sr. Secretário, quero dizer-lhe que o modelo que o senhor propôs era a fusão do 10º, 11º e 12º ano numa única turma e isso não dava condições absolutamente nenhuma para que os alunos tivessem uma aprendizagem com qualidade. É isto que o senhor tem que perceber e foi por isso que as pessoas não aceitaram aquela decisão.

**Secretário Regional da Ambiente e do Mar** (*Álamo Meneses*): Tenha vergonha!

**O Orador:** Termino com a questão da Delegação da Assembleia Legislativa da Ilha do Corvo. É uma questão de legalidade e de justiça. Continuo sem perceber por que razão não é resolvida com celeridade.

Em síntese, espero que nesta legislatura estes, e muitos outros problemas da Ilha do Corvo, se possam vir a resolver com o esforço de todos. Eu, pela minha parte, tudo farei para que assim venha a suceder de forma a não defraudar todos os que depositaram a sua confiança em mim.

Disse!

**Deputado José Manuel Bolieiro (PSD):** *Muito bem!*

**Presidente:** Muito obrigado, Sr. Deputado Paulo Estêvão.

Estão abertas as inscrições.

Tem a palavra o Sr. Deputado Guilherme Nunes.

**(\*) Deputado Guilherme Nunes (PS):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Vou responder a algumas questões levantadas pelo Sr. Deputado Paulo Estêvão, uma vez que não consigo responder a todas as que o senhor aqui trouxe na sua declaração política.

Eu gostaria de começar por ler aqui um parágrafo da moção de estratégia global, aprovada no Congresso do PS: “A democracia em que vivemos nos Açores, pujante de liberdade, dá-lhes, felizmente, o direito de dizer; mas a realidade, essa que todos afinal vemos, retira-lhes também, felizmente, o mérito e a razão.”

**Vozes dos Deputados da bancada do PS:** *Muito bem! Muito bem!*

**O Orador:** Sr. Deputado Paulo Estêvão, faz-me muita confusão pensar como é que podem viver pessoas no Corvo com toda esta desgraça que o senhor preconiza para a ilha. Como é que vivem pessoas lá há centenas de anos? Eu, por exemplo, moro lá há 50 anos, quatro ou cinco décadas antes do senhor lá chegar.

Com a desgraça dos transportes, da saúde, da educação, da cultura, etc, como é que vivem pessoas naquela ilha? É tudo desgraças. Nem leite nós temos no Corvo!

O senhor deu uma conferência de imprensa há uns tempos a dizer que faltavam, e voltou a falar nisso agora, produtos essenciais, que faltava isto e aquilo e que nem leite há.



Eu vou dizer-lhe o seguinte: em 50 anos de vida no Corvo não me lembro de faltar leite no Corvo. Pode faltar algum leite nas mercearias, mas nas casas das pessoas não falta leite.

Quero também dizer-lhe que há mais de 1000 bovinos no Corvo e desses bovinos alguns são vacas e dão leite e esse leite não sai da ilha.

*(Risos da bancada do PS)*

Podemos não ter leite para uma produção industrial e falta de vez em quando.

O Sr. Secretário Regional da Agricultura até teve que mandar vacas para lá para que os agricultores conseguissem produzir queijo em quantidade para exportar.

Na altura que o senhor deu a conferência de imprensa, numa quarta-feira, e disse que faltava leite, o Sr. Secretário Regional da Economia já tinha resolvido o problema na segunda-feira antes e o senhor deve ter ouvido falar disso e então deu a conferência de imprensa na quarta-feira seguinte.

**Deputada Carla Bretão (PSD):** Se não fosse a conferência de imprensa o Sr. Secretário não tinha resolvido o problema.

**O Orador:** No seu entender o que o Governo Regional faz é cometer pecados, comete os pecados todos e não são quaisquer pecados, são pecados mortais e, Sr. Deputado, a penitência é que decide. Está mais do que visto.

Olhe, Sr. Deputado, são tantos pecados, tanta desgraça junta que já nem os pastorinhos e o Espírito Santo nos podem valer. Talvez nos valha Santo Estêvão.

*(Risos da Câmara)*

O Sr. Deputado não leve a mal, porque esta do Santo Estêvão é brincadeira.

**Vozes da bancada do PSD:** É carnaval!

**O Orador:** Com toda esta desgraça não se compreende como é que pessoas e até famílias inteiras se mudam de terras grandes, que têm tudo, para uma terra daquelas.

*(Aplausos das bancadas do PS e do Governo)*

**O Orador:** Como é que se mudam famílias para uma terra onde só acontecem desgraças, coisas negativas, coisas ruins. Isso não é muito compreensível.

Sr. Deputado, as pessoas não se mudam para piorar a sua vida e muito menos levam a família inteira, com filhos pequenos que têm mais necessidades do que os adultos, ...

**Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Não vá por aí!

**O Orador:** ... as pessoas mudam-se porque lá se vive bastante bem. Mudam-se porque nos últimos 12 anos os governos do Partido Socialista têm investido muitos milhões de euros na nossa ilha, em todas as áreas, para melhorar a nossa qualidade de vida, que já não era má de todo.

O PS e o Governo cumprem as promessas que fazem. Só prometemos o que está aqui plasmado no nosso manifesto eleitoral, não prometemos mais nada, Sr. Deputado. Podem perguntar a qualquer corvino que ele sabe o que é que nós prometemos. Estão aqui inscritas as obras que vamos construir na legislatura.

É isso que vamos fazer e já estamos a cumprir e posso-lhe dizer que em relação à Estrada Leste as obras estão a decorrer e já tem o segundo troço praticamente concluído; as casas de aprestos já estão em fase final; a nova lota já foi iniciada e, portanto, isto são promessas desta legislatura e há outras que vão ser lançadas ainda no presente ano.

Quero dizer-lhe que não conheço nenhuma obra do seu partido no Corvo nem em sítio nenhum dos Açores, nem no País.

*(Risos da bancada do PS)*

**Deputado Rui Ramos (PSD):** Há medicamentos que são muito bons para a memória!

**Presidente:** Sr. Deputado Guilherme Nunes, já terminou o seu tempo. Agradecia que concluísse.

**O Orador:** Concluo já, Sr. Presidente.

Tinha muita coisa para falar, mas não tenho mais tempo.

Portanto, aquilo que nós prometemos, vamos cumprir, Sr. Deputado. O PS cumpre as suas promessas.

Era isto que eu lhe queria dizer.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

*(Aplausos das bancadas do PS e do Governo)*

**Presidente:** Muito obrigado, Sr. Deputado.

Quero agradecer a compreensão rápida do Sr. Deputado Guilherme Nunes em terminar logo, porque o seu tempo regimental tinha acabado. Obrigado pela sua rapidez na conclusão da sua intervenção.

Tem a palavra o Sr. Secretário Regional da Presidência.

**(\*) Secretário Regional da Presidência (André Bradford):** Muito obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Eu vou ser muito breve, porque acho que mais uma vez se fez utilização parcelar duma figura regimental que se presta a outro tipo de abordagem.

Esta é a minha opinião, mas de qualquer forma percebo a preocupação do Sr. Deputado Paulo Estêvão na defesa dos interesses da ilha pela qual foi eleito. Percebo que o faça, gostaria é que o fizesse com outro tipo de equilíbrio e de justiça, salientando o que era bom e não se fixando naquilo que supostamente é mau, porque até, na sua visão, o número de barcos ter aumentado no Corvo é mau e a culpa é do Governo.

Portanto, é difícil fazer um debate sincero, aberto e um debate que tenha consequências positivas para os açorianos e, em particular, para os corvinos, partindo desse tipo de análise.

Além do mais, parece-me que isto é uma mistura de campanha eleitoral para as autárquicas com a análise do Plano e Orçamento.

O Sr. Deputado está, com certeza, a preparar a sua análise das propostas do Plano e Orçamento e então achou que tirava umas coisinhas aqui e outras ali e vinha cá queixar-se antes de elas serem anunciadas no âmbito do Plano e Orçamento.

Nós conhecemos a técnica, conhecemos a estratégia. Era esse o seu objectivo, mas para isso não pode, infelizmente, contar connosco.

Muito obrigado.

**Presidente:** Muito obrigado, Sr. Secretário Regional.

Quero informar a Assembleia de que o Sr. Deputado Paulo Estêvão já terminou o seu tempo regimental, mas vou conceder-lhe um minuto e meio, sendo ele o declarante.

Tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Estêvão.

(\* **Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Muito obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Eu quero dizer-lhe, Sr. Deputado Guilherme Nunes, que não está cá e não lhe posso dizer olhos nos olhos, o que é bastante desagradável, e penso que era importante que não voltasse a suceder nesta Assembleia, fazer referência às famílias, aos filhos e às mulheres dos deputados.

Isso é lamentável e não se faz política assim e quero dizer-vos que não se faz política assim, não se faz política com referências às famílias, não se faz política com referência aos filhos dos deputados. Não se faz esse tipo de política.

Mais:

Não lhes admito que toquem na minha família e já o tentaram fazer.

Vou-lhe dizer mais em relação a esta questão:

O Sr. Deputado não sabe que falta o leite, que faltam os produtos e sabem porquê? Porque o Sr. Deputado não vive lá, vive aqui na Horta e, portanto, não se pode aperceber que estas coisas faltam na ilha do Corvo. Isto é a verdade absoluta.

Os corvinos sabem que tudo o que eu aqui disse é verdade.

Falei na ausência de complexo desportivo, é verdade. Alguém me desmentiu? Não!

Falei no Ensino Secundário e o Sr. Secretário queria criar uma turma de 10º, 11º e 12º ano. Quantos de vocês que aqui estão iriam inscrever os vossos filhos numa turma com estas características? Digam-me quantos é que o iriam fazer?

**Secretário Regional do Ambiente e do Mar (Álamo Meneses):** Eram 4 alunos!

Tenha vergonha!

Mais uma vez o senhor faltou à verdade.

**O Orador:** O Sr. Presidente deu-me uma tolerância, mas se não me interromperem eu consigo terminar.

**Presidente:** Sr. Deputado Paulo Estêvão, o Sr. Secretário Cláudio Lopes acabou de me informar que o seu tempo já terminou. Agradecia que concluísse com rapidez.

**O Orador:** Mas fui interrompido em cerca de 30 segundos.

**Presidente:** O senhor já vai com 105 segundos. Agradecia que concluísse.

**O Orador:** Quero dizer-lhes ainda o seguinte:

Quando falei na cultura, é verdade. O que é que foi feito em termos culturais?

Aqueles edificios e todo aquele caso histórico não está em ruínas? Foi o próprio Sr. Presidente do Governo Regional que o disse na campanha eleitoral.

É verdade que foi criado um parque natural, mas onde é que estão os órgãos de gestão? Os senhores desmentiram-me isto? Os senhores desmentiram alguma das coisas que eu aqui apresentei?

É verdade que é um cenário de catástrofe, porque a ilha foi completamente abandonada nos últimos anos. É verdade!

E mais:

Isto é um problema regional, Sr. Secretário, e vou dizer-lhe porquê. Porque a nossa Região tem que ter coesão territorial, coesão económica, coesão social e não é deixando ilhas como a ilha do Corvo para traz que se resolvem esses problemas.

Eu acredito nos Açores prósperos, mas vamos a todas as ilhas e não apenas a algumas.

É por isso que eu apresentei todos estes problemas aqui. Sobre os problemas que aqui apresentei, em relação aos diferentes sectores da ilha, nenhum deles foi desmentido, porque vocês sabem que esta informação que vos dei é verdadeira e sabem que, do ponto de vista cultural, desportivo e do ponto de vista das infra-estruturas a ilha do Corvo foi completamente abandonada.

**Presidente:** Sr. Deputado Paulo Estêvão, agradecia que concluísse, com rapidez, pois o seu tempo já terminou há muito.

**O Orador:** Termino, dizendo ao Sr. Secretário da Presidência que já demonstrei nesta Casa que luto por convicções. Não faço propaganda neste Parlamento, falo de

factos e os senhores não conseguiram desmentir nenhum deles. Propaganda fazem os senhores.

**Presidente:** Muito obrigado, Sr. Deputado Paulo Estêvão. Peço a sua compreensão, mas o prolongamento foi concedido porque o senhor era declarante. Agradeço a sua compreensão, mas os tempos são para cumprir e o dia de hoje é muito longo.

Muito obrigado.

Terminadas as declarações políticas e não havendo nenhuma comunicação do Governo Regional, ao abrigo da alínea c) do artigo 71º, vamos passar ao tratamento de assuntos de interesse político relevante, nos termos da alínea d) do artigo 71º e do artigo 76º do Regimento.

Tem a palavra para uma intervenção o Sr. Deputado Pedro Medina.

**Deputado Pedro Medina (CDS/PP):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

O objectivo da criação de Entidades Públicas Empresariais mais do que um desejo deve ser um desígnio de modernidade e de aplicação de conceitos, que são seguidos por todo o mundo empresarial.

Só assim é que se pode ambicionar a ter um Sector Público Empresarial com melhor desempenho, aumentando a competitividade, o crescimento e os níveis de eficiência de um Estado, de uma Região.

Numa frase, é preciso tentar atingir o nível de Excelência na gestão das empresas tuteladas pelo Estado.

A Excelência implica elevar o paradigma da gestão, responsabilizando os gestores pelo cumprimento dos objectivos estratégicos previamente definidos.

As empresas públicas devem zelar pelo bem-estar da população, têm elevada importância social, e pelo seu impacto na Economia e no investimento devem ter objectivos claros e ambiciosos, no respeito pelas melhores práticas empresariais.

Empresas públicas são de todos nós, uma vez que os capitais nelas investidos não são mais do que a aplicação de dinheiros públicos.

Os critérios de rigor e transparência devem contribuir para o reforço da fiabilidade, não só a nível dos modelos de gestão, mas também da informação que prestam sobre a sua situação financeira e sobre o seu desempenho.

**Deputado Artur Lima (CDS/PP):** *Muito bem!*

**O Orador:** Para isso devem reforçar o conhecimento das actividades executadas, aumentar a interacção entre a tutela e os organismos tutelados, numa perspectiva de definição de competências, responsabilização social, representação e rigor, adequadas ao papel do Estado na sociedade, transmitida de forma transparente e saudável.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Nos Açores muito está ainda por fazer para que os paradigmas de gestão e de transparência na informação transmitida aos diversos agentes económicos e sociais, seja uma realidade.

Tomemos como exemplo a Agência para a Promoção do Investimento dos Açores, E.P.E, (APIA).

A APIA, Agência constituída em 2006, tem falhado estrondosamente num dos princípios que devem nortear as empresas do Estado.

Refiro-me à informação transmitida de forma transparente e saudável, assim como no não alcançar de um dos seus objectivos mais emblemáticos – a captação de capital externo.

Aglutinadora de dinheiros públicos – só em contratos-programa já lá vão 1.503.000 euros transferidos, em dois anos e meio, para fazer face a encargos de funcionamento –, destacam-se, desde já, os encargos com o pessoal que, em 2007, atingiram os 324.000 euros para custear despesas com cinco funcionários.

Temos contratos-programa mal definidos, com desvios orçamentais na ordem dos 50%.

É, em suma, uma empresa de natureza burocrática, sem capacidade de desenvolvimento da sua componente de natureza económica.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

É pena que o facilitismo no apetrechamento nas suas infra-estruturas físicas e nos seus recursos humanos não tenha retorno na contribuição de forma significativa para o aumento da produtividade e competitividade da Economia regional e, consequentemente, para a aproximação do PIB *per capita* gerado na Região às médias nacional e comunitária, de acordo com o Decreto legislativo Regional nº 24/2006/A, alterado recentemente.

Por isso afirmamos que a Agência para a Promoção e Investimento dos Açores não tem justificado a sua existência.

Sejamos sensatos: para que serve uma Entidade Pública Empresarial que não contribui para o desenvolvimento dos Açores, a não ser para o aumento da despesa das Contas Públicas Regionais.

Disse.

**Deputado Artur Lima (CDS/PP):** *Muito bem!*

*(Aplausos da bancada do CDS/PP)*

**Presidente:** Muito obrigado, Sr. Deputado Pedro Medina.

Estão abertas as inscrições.

Tem a palavra o Sr. Deputado José do Rego.

(\* **Deputado José do Rego (PS):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo, Sr. Deputado Pedro Medina:

Em primeiro lugar queria saudar a sua intervenção por fazer uma leitura correcta do que é que deve ser feito ou o que é que deve ser o sector público empresarial regional.

Nesta Casa é a primeira vez que alguém faz uma leitura correcta do que é que deve ser o sector público empresarial na Região, porque para outros partidos e para outras pessoas, muitas vezes essa compreensão não é feita nos termos que o Sr. Deputado aqui apresentou, que foi correcta e que é a mesma visão do Partido do Socialista.

A visão do Partido Socialista é que o sector público empresarial deve existir em determinadas áreas, deve servir os açorianos, com este tipo de entidades ou de empresas que o Governo tem criado nos Açores.

Relativamente aos contratos-programa feitos com essas entidades, em relação à avaliação deste sector, queria dizer que o Governo tem, ao longo dos anos, aperfeiçoado os sistemas de controlo do sector público empresarial.

Ainda no mandato anterior aprovámos um novo Estatuto do Gestor Público, que é um contributo para a gestão das empresas públicas e, portanto, é um ponto positivo do mandato passado que devo apresentar aqui.



Em relação à gestão do sector público empresarial no global, quer na Conta de 2006 que já tem, quer na Conta de 2007 que entrou, o Sr. Deputado pode ver o progresso que tem acontecido a nível do sector público empresarial da Região, os progressos dos resultados líquidos apresentados por essas empresas e da relação entre a Região e empresas do sector público empresarial da Região.

Relativamente à APIA o que o senhor trouxe aqui hoje não é novidade nenhuma, foi a análise que fez aquando da discussão do diploma.

O que eu tenho a dizer sobre esta matéria, é que a APIA foi uma agência que foi importante aquando da sua criação para a procura de investimento externo à Região, que não é só investimento estrangeiro, mas investimento doutras regiões como seja o Continente ou até a própria ilha da Madeira, que tem vindo de algumas partes do país algum investimento para a Região e esta agência tem importância na captação desses investimentos.

Sobre a análise que fez relativamente à agência, há que ter em conta que essa agência tem pouco mais de dois anos e, portanto, os resultados que essa agência poderia trazer para os Açores estão para o Governo Regional constantemente em análise; partilhamos em parte e que a reflexão que aqui trouxe, mas no global achamos que a agência é e continuará a ser importante para os açorianos.

**Presidente:** Muito obrigado, Sr. Deputado José do Rego.

Tem a palavra o Sr. Presidente do Grupo Parlamentar do PSD, António Marinho.

(\*) **Deputado António Marinho (PSD):** Obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Em primeiro lugar para deixar uma nota em relação à intervenção do Sr. Deputado Pedro Medina, que merece da nossa parte integral acolhimento e concordância com os princípios enunciados e que são efectivamente os correctos, são a forma de abordar correctamente a existência de um sector público no tempo certo relativamente às zonas de actividade correctas e, portanto, comungando completamente daquilo que o Sr. Deputado Pedro Medina aqui nos veio trazer.

A razão da minha intervenção é para fazer esse elogio, mas também a rejeição em relação àquilo que disse o Sr. Deputado José do Rego no início da sua intervenção em que parecia que o que estava a fazer era um pedido de esclarecimento relativamente a

uma intervenção feita por alguém do PSD, dizendo que tinha sido a primeira vez que aqui tinha sido feita uma leitura adequada, correcta do que é que devia ser o sector público empresarial regional.

Sr. Deputado José do Rego, há propósitos e despropósitos e o senhor teima em ser despropositado e acabou de o ser e eu lembrava-lhe que, quando aqui foi feita a discussão do sistema jurídico do sector público empresarial regional – o senhor sabe muito bem e se o não admitir não está a ser honesto – todos os partidos na altura, quer em comissão, quer depois aqui em plenário, da discussão que dele fizemos, deram contributos, naturalmente, num ou noutro ponto com entendimentos relativamente diferentes e com certeza que se lembra da forma como decorreu essa discussão.

Se acha que isso não é comungar dos mesmos princípios, então significaria que, quando os senhores fizeram essa Proposta de Decreto Legislativo Regional, nela não introduziram os tais princípios correctos que agora acabaram de ser aqui apresentados pelo Sr. Deputado Pedro Medina.

Portanto, é completo o seu despropósito em relação a essa matéria e aproveita qualquer coisa, como já é timbre da vossa parte, para atacar o PSD. Obviamente o tiro saiu-lhe completamente fora do alvo, porque o que o senhor fez aqui foi uma coisa despropositada.

Uma vez que estou a fazer esta intervenção, deixo só mais uma nota: é pena que os tais princípios, que o senhor considera correctos, e que são correctos, apresentados pelo Sr. Deputado Pedro Medina, não sejam aplicados no dia-a-dia da gestão do sector público empresarial regional com tudo aquilo que de mau existe, algumas coisas certamente boas, mas que ao nível da gestão das empresas que integram o universo do SPER, designadamente nas sociedades anónimas se veja aquilo que se vê, que os jornais noticiam e que, provavelmente, ainda no dia de hoje vamos ter oportunidade de falar um pouco, quando discutirmos a Conta da Região Autónoma dos Açores.

**Deputado Clélio Meneses (PSD):** *Muito bem!*

**O Orador:** Mais uma vez estamos aqui no mero plano das declarações bombásticas que não integram absolutamente nada, ou seja, são declarações bombásticas, vazias

de conteúdo e perfeitamente despropositadas como aquelas que o senhor acabou de fazer.

**Vozes da bancada PSD:** *Muito bem! Muito bem!*

**Presidente:** Muito obrigado, Sr. Deputado António Marinho.

Passo de imediato a palavra ao Sr. Deputado Pedro Medina.

(\*) **Deputado Pedro Medina (CDS/PP):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

A questão da Agência para o Investimento dos Açores foi trazida hoje aqui a plenário, porque até ao dia de hoje o sentimento que nós temos é que a APIA não “pia” e, portanto, do ponto de vista dos objectivos ambiciosos que esta Agência tem, e apresentados aqui de uma forma genérica em relação às entidades públicas, deve transmitir a informação de uma forma saudável e de uma forma que toda a gente perceba e saiba quais são os caminhos que uma Agência com a importância que esta tem aqui na Região Autónoma dos Açores.

**Deputado Artur Lima (CDS/PP):** *Muito bem!*

**O Orador:** Nós estamos a falar da captação de capital externo, nós estamos a falar de relações que o preâmbulo do Decreto Legislativo Regional nº 24/2006/A refere explicitamente o contributo para a aproximação do PIB *per capita* nacional e comunitário.

Fala também de relações entre a APIA e a API, relações privilegiadas de cooperação e entreajuda. Que relações são essas? Que benefícios é que tem trazido para a Região? Qual a captação de investimentos que tem trazido para a Região?

Aquilo que nós sabemos foi o que foi dito numa entrevista recente, num órgão de comunicação social dos Açores, a dizer que, de facto, e atendendo àquilo que nós já dissemos, a APIA já se apetrechou ao nível das infra-estruturas físicas, ao nível do seu recrutamento de pessoal, que não sabemos se irá ficar por aqui ou não, mas depois, não satisfeito com essas reivindicações, dizem que é preciso ainda mais 250 mil habitantes aqui nos Açores para que essa Agência possa fazer planeamento.

Não havendo, desse ponto de vista, resultados desta Agência a nível da Região e a nível de contas prestadas; havendo aqui contratos-programa que nós simplesmente fazemos uma ligação com os custos associados a essa empresa e não com projectos

que possam trazer uma mais valia para a Região e atendendo a que é preciso termos o dobro da população do que aquela que nós temos actualmente, não faz sentido a existência desta Agência e a própria Secretaria Regional da Economia poderia ter a incumbência da captação desse dito capital que nós sabemos que é muito difícil. O próprio Sr. Presidente da APIA já disse, de facto, que ninguém quer saber de nós para nada. Assim vai ser difícil nós lá chegarmos.

Muito obrigado.

**Deputado Artur Lima (CDS/PP):** *Muito bem!*

**Presidente:** Muito obrigado, Sr. Deputado Pedro Medina.

Tem a palavra o Sr. Deputado José do Rego.

(\*) **Deputado José do Rego (PS):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Queria, em primeiro lugar, responder ao Sr. Deputado António Marinho, que acusou o toque que passei para o PSD relativamente ao sector público empresarial regional; relativamente à análise que fez o Sr. Deputado Pedro Medina não foi a análise que o PSD fez aquando da campanha eleitoral e que propôs aos açorianos. Foi neste âmbito que fiz a crítica relativamente ao sector público empresarial regional.

O ex Secretário-Geral do PSD, consigo ao lado, disse que uma das suas principais medidas era limpar o sector público empresarial regional, eliminar as empresas públicas da Região. É neste sentido que o enquadramento do Sr. Deputado Pedro Medina é correcto. Da parte do PSD foi essa resposta que o Sr. Deputado António Marinho aqui deu e o repto que eu já lancei aqui várias vezes foi: quando é que o PSD fazia o mesmo nas suas autarquias. Foi neste sentido que eu lancei esta questão e da parte do PSD continuo à espera dessa resposta.

O PSD, em termos de campanha eleitoral, propõe-se, perante os açorianos, fazer uma limpeza quase radical no sector público empresarial regional.

Portanto eu continuo a dizer que o sector público empresarial regional é necessário para o desenvolvimento dos Açores e aquele enquadramento foi correcto.

Relativamente à actividade da APIA em relatar os contratos-programa, acho que fui claro: o tempo que a Agência tem, o estado em que a economia mundial está, a própria economia portuguesa e a economia da Região Autónoma da Madeira e face

ao volume de negócios que a APIA tinha em carteira, alguns estão em *stand by* em todo o mundo e, portanto, a Região Autónoma dos Açores não é diferente.

O senhor diz que é zero, eu direi que não é e houve contactos importantes feitos e em carteira pela Agência de Investimento que, no futuro, se a economia mundial e portuguesa melhorarem, nós temos condições de investimentos nos Açores que não há em muitas partes do território continental ou madeirense.

**Deputado Lizuarte Machado (PS):** *Muito bem!*

**Presidente:** Muito obrigado, Sr. Deputado José do Rego.

Tem agora a palavra o Sr. Deputado António Marinho.

(\*) **Deputado António Marinho (PSD):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Apenas uma declaração muito rápida.

Sr. Deputado José do Rego, desculpe que lhe diga, mas o senhor contradiz-se.

Primeiro diz que nunca tinha sido apresentado neste Parlamento uma visão como aquela do Sr. Deputado Pedro Medina e depois refere-se à campanha eleitoral. São confusões da sua parte.

Quanto à questão da limpeza do sector público empresarial regional, com certeza. A higiene do sector público empresarial regional é urgente, nos termos em que foi apresentado pelo Sr. Deputado Pedro Medina. É urgente limpá-lo e aplicar boas regras, boas práticas e o espírito que estava presente na intervenção do Sr. Deputado Pedro Medina.

Portanto, aquilo que o senhor acabou de dizer, mais uma vez foi em despropósito.

**Presidente:** Muito obrigado, Sr. Deputado.

Não havendo mais inscrições, encerramos o debate sobre a intervenção do Sr. Deputado Pedro Medina.

Vamos fazer um intervalo de 11 minutos.

*(Eram 11 horas e 50 minutos)*

**Presidente:** Srs. Deputados, agradeça que ocupassem os seus lugares.

Vamos recomeçar os vossos trabalhos.

*(Eram 12 horas e 5 minutos)*

Para uma intervenção de interesse político relevante, tem a palavra o Sr. Deputado José Cascalho.

**Deputado José Cascalho (BE):** Sr. Presidente da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

A ciência é hoje fundamental para o desenvolvimento das Regiões. Olhar para os Açores sem cientistas é olhar para uma região sem futuro.

Como em qualquer região, na Região Autónoma dos Açores, a intervenção do Homem tem sempre de ser cuidada, de ser avaliada e decidida em comunhão com o seu valor Patrimonial e Ambiental. A ciência tem aí um papel decisivo, ao proporcionar dados para uma avaliação custo/benefício das intervenções e dos planos que pretendem o progresso e o desenvolvimento da Região.

Nos Açores o papel dos cientistas tem tido uma visibilidade sempre crescente. Por exemplo na recentemente apresentação e discussão das razões que contribuíram para a falta de água em Angra do Heroísmo, ou na definição de limites de captura de certas espécies nos mares da Zona Económica Exclusiva dos Açores ou ainda na demonstração de como a biodiversidade deve ser considerada um precioso legado que não podemos destruir sob pena de estarmos a hipotecar as gerações vindouras.

Mas o que vemos hoje nos Açores?

A percentagem de licenciados é das mais baixas da Europa, é de **7.7%** da população segundo os dados do Anuário Estatístico da Região de 2007. Isto significa que **menos de 8 pessoas em 100** têm a licenciatura. Por outro lado a taxa de transição/conclusão do ensino secundário é de **67,4% nas áreas curriculares de ciência**. Isto significa que **35 em 100** não completam o Secundário, não estando portanto aptos a frequentar um nível superior.

Existem por isso dois objectivos que consideramos fundamentais e urgentes para a Região e que se prendem com a Educação e Ciência:

Um apoio sério à investigação;

O crescimento sustentado do número de pessoas com formação superior;

Discutamos então o primeiro objectivo.

Na última legislatura a Direcção Regional da Ciência propôs uma linha estratégica de apoio à Ciência que consideramos muito interessante, patrocinando projectos que se enquadraram em grupos de investigação da Região. Esta é uma orientação que subscrevemos e com a qual nos revemos. É preciso apostar nela, mantendo-a e impulsionando-a.

É que assistimos com alguma inquietude o que o futuro reserva, detectando aqui e ali vontade política para que se constituam projectos cuja vertente empresarial é a matriz principal. Não somos contra o investimento nas empresas que pretendam desenvolver projectos inovadores, mas esta participação não se traduz, por si só, em emprego mais qualificado nem traz mais conhecimento (“know-how”) para a Região. A política de apoio às empresas terá de ser sempre uma política complementar e nunca a **política para a Ciência** na Região Autónoma dos Açores.

Constatamos por outro lado, com preocupação o alheamento e/ou falta de articulação e pro-acção do Governo em relação ao resultado de certos projectos científicos apoiados pela Região, em que se apresentam soluções para problemas ou se fazem descobertas que podem impulsionar o desenvolvimento da Região. Esta **falta de articulação e de pro-acção** deve ser corrigida quanto antes, sob pena de **uma perda incalculável** de riqueza para a Região.

Detenhamo-nos em três casos paradigmáticos para percebermos a dimensão do problema:

O primeiro é o projecto INTERFRUTA que, apoiado pela Comunidade Europeia e pela Região, permitiu que diferentes investigadores criassem entusiasmo entre fruticultores participantes nesse projecto. Esta é uma experiência que deve ser impulsionada apostando, por exemplo, na expansão da área de produção que poderá promover o renascimento da actividade da fruticultura na região, dinamizando o mercado interno de fruta, por exemplo. Apostar neste projecto significa apostar numa agricultura assente na luta química Aconselhada, na Protecção Integrada e na Produção Integrada que têm sido desprezadas na Região. Significa, criar emprego formando jovens agricultores e fixando população nas ilhas mais pequenas.

O segundo exemplo é o **combate às térmitas**, cujo esforço dos Cientistas tem neste caso tornado fácil o acesso à informação que é produzida como um produto **pronto a consumir para políticos**.

Não há desculpas para protelar uma intervenção política e efectuar o investimento necessário, onde há diagnóstico e prognóstico, onde a avaliação custo/benefício é claríssima. Para dar um exemplo actual do problema, sabendo nós que ele tem sido debatido recursivamente nesta casa, estima-se que a praga atinja já 25% das casas em Angra, mas se num prazo de 10 anos nada for feito, pode chegar a 50% do parque habitacional de Angra.

O terceiro é a comprovação recente, feita por investigadores da Universidade dos Açores e publicada em revistas internacionais de referência, que os produtos, leite e seus derivados e a carne dos Açores têm gordura de melhor qualidade quando comparados com outros produtos noutras regiões do País.

Para quem já ouviu falar do Ómega3 e do CLA, sabe que estes ácidos-gordos têm efeitos na prevenção do cancro, dos diabetes, das doenças cardio-vasculares. São produtos com estes ácidos-gordos que são vendidos pelo dobro ou triplo do preço num Supermercado quando comparados com outros equiparados mas que não têm estas características.

Ora nestes estudos mostrou-se que a carne dos Açores é melhor que a carne que se vende em Lisboa com o cognome de carne “Ómega 3”. Isto quer dizer que a carne dos Açores é muito mais “Ómega 3” e que por essa razão pode e deve ser também muito mais valorizada. O mesmo se passa com o leite e seus derivados mas com diferenças ainda mais significativas. Esta é uma vantagem competitiva que não é de desprezar.

Estes exemplos ilustram a forma como a ciência pode servir como alavanca para o progresso da Região, criando nichos de mercado, impulsionando novas áreas de investimento. **Reitero que a ciência é um parceiro essencial neste trajecto**, é nela que reside o conhecimento, pilar para o arranque e manutenção dos novos negócios em áreas inovadoras e por vezes muito lucrativas.



Recuperando agora o segundo objectivo, “O crescimento sustentado do número de pessoas com formação superior” e discutindo-o muito sucintamente, acrescentamos o óbvio:

A região tem de aumentar a percentagem de pessoas com formação superior. Seria desejável estabelecer metas políticas claras para 2012, por exemplo duplicar a % de pessoas com formação superior na Região.

Mas este esforço tem de ser sustentado. Importa por isso reforçar o emprego científico, e em simultâneo canalizar o investimento para áreas de investigação que contemplem a produção de mais doutorados e a abertura de espaço para o trabalho de pós-doutorados.

Finalmente, importa que as Escolas Secundárias promovam o Ensino Superior como a Próxima Etapa, criando medidas extraordinárias para cativar e apoiar aqueles que têm qualidade para seguir os cursos que desejam, investindo em contratos programa com as Escolas no sentido de reduzir o Absentismo e promovendo, em simultâneo, a ciência e a cultura de forma integrada em toda a Região.

Disse.

**Presidente:** Muito obrigado, Sr. Deputado José Cascalho.

Estão aberta as inscrições.

Não havendo mais inscrições dou a palavra ao Presidente do Grupo Parlamentar do Partido Socialista, Sr. Deputado Helder Silva.

(\* **Deputado Helder Silva (PS):** Muito obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Quero começar por cumprimentar o Sr. Deputado José Cascalho pela sua intervenção, pelos contributos que aqui trouxe e que me pareceram muito sérios, muito seriamente focados e apresentados a esta Casa e dizer-lhe que partilho de algumas das preocupações que aqui apresentou.

Quero reconhecer também aquilo que tem sido um crescimento enorme, porque este é o ponto de partida para conversarmos sobre aquilo que é o papel da investigação e aquilo que é a importância de continuar a apostar e reforçar a investigação na Região Autónoma dos Açores. Não o podemos fazer sem constatar os factos que são

indesmentíveis e esses factos passam por apoios redobrados crescentes e que têm crescido exponencialmente.

Devo confessar que não tenho aqui números comigo, mas provavelmente o Sr. Secretário tê-los-á e poderá concretizar, digamos, aquilo que tem sido o crescimento dos apoios ao nível da investigação, apoios à investigação em grande parte focados para a Universidade.

O Sr. Deputado focou aqui três exemplos que considero paradigmáticos daquilo que têm sido projectos de fusão com o mundo empresarial e de alavancagem do próprio mundo empresarial através de investimento ao nível da investigação.

Falou aqui no caso da PROFRUTA, falou na questão do combate às térmitas e também naquilo que é a qualidade dos nossos produtos de leite e carne e temos muitos outros exemplos que podem ser dados como, por exemplo, o caso da geotermia que é um caso também exemplar daquilo que é a importância da investigação e a ligação com o mundo empresarial.

O caso das cavidades vulcânicas, das cavidades geológicas que têm tido um apoio muito grande, e eu conheci bem, durante alguns anos, enquanto Secretário do Ambiente, que continuou e que cresceu durante os últimos anos têm também uma importância muito grande, não tanto ao nível empresarial, no sentido mais restrito, mas ao nível daquilo que é um produto importante e que tem reflexos do ponto de vista económico. Refiro-me concretamente ao nosso ambiente, à sua qualidade e à forma como o apresentamos a quem nos visita.

O caso das pescas é um caso paradigmático e é um bom exemplo daquilo que tem sido um sector que, ao nível da investigação, tem trazido um *aport* importantíssimo e um benefício grande para a Região, do ponto de vista, por um lado, da gestão dos nossos recursos e, por outro, também ao nível político, já que nos tem dado contributos importantes para aquilo que é a nossa participação nos fóruns políticos.

No caso do ambiente marinho, numa forma mais restrita, o Departamento de Oceanografia e Pescas tem feito também investigação muito importante.

A pecuária também tem sido servida por investigação apoiada pela Região e com contributos importantes na resolução de muitos problemas que eram problemas sérios

aqui há alguns anos e que têm, entretanto, desaparecido graças à investigação, ao trabalho e ao esforço que tem sido feito.

Existe, de facto, um conjunto vasto de áreas, mas eu reconheço que há aqui uma necessidade, e penso que devemos todos reconhecer, de melhor concertação entre aquilo que é o mundo da investigação com o mundo da decisão política em que foi centrada a investigação.

**Presidente:** Sr. Deputado, agradeça que concluisse.

Sr. Presidente, não quero terminar, e peço só mais um segundo, sem fazer uma referência àquilo que são projectos fundamentais nesta visão e nesta abordagem de fusão da ciência com o mundo empresarial. Refiro-me designadamente aos parques tecnológicos que têm sido anunciados e, nalguns casos, concretizados.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

**Presidente:** Muito obrigado, Sr. Deputado Helder Silva.

Tem a palavra o Sr. Deputado Luís Paulo Alves.

(\* **Deputado Luís Paulo Alves (PS):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Eu pedi a palavra para cumprimentar o Sr. Deputado José Cascalho pelo registo do tema que introduziu da inovação e da ciência no debate aqui na Assembleia e para dar um testemunho acerca duma parte da questão aqui trazida, nomeadamente no que concerne à cooperação entre as empresas e as entidades científicas e à necessidade do seu aprofundamento.

Quero testemunhar que neste momento existem empresas nos Açores, nomeadamente na vertente da exploração, da nossa capacidade devido ao modo de maneio na agricultura, dos produtos a ela ligados, a carne e os lacticínios.

Existem protocolos estabelecidos com o Instituto da Inovação e com a Universidade dos Açores. Ao abrigo desses protocolos há estudos científicos também já desenvolvidos, inclusivamente houve uma missão científica mista, formada por cientistas da Universidade dos Açores, técnicos do INOVA e técnicos de empresas de lacticínios que se deslocaram ao Instituto Mor Parker, na Irlanda, para aprofundar um pouco essas questões.

Há, de facto, um campo exploratório que deve ser incentivado, deve ser alargado nesse trabalho e, portanto, era este testemunho que eu queria aqui deixar.

Isso está também a ser feito noutras vertentes, nomeadamente na universidade, conjuntamente com empresas, aprofundando a situação de reciclagem do soro para produção, por exemplo, de outros componentes valorizados como o etanol ou o álcool alimentar, são tudo projectos que têm como suporte os institutos de conhecimento que nós temos nos Açores, como sejam a Universidade dos Açores, o Instituto de Inovação e a Escola de Novas Tecnologias, a partir dos quais podemos desenvolver o suporte científico – aí estou de acordo consigo – que dinamize depois a inovação nas empresas.

Sem base científica não é possível haver processo inovador e neste sentido congratulo-me com o registo que aqui trouxe, acrescentando estes meus testemunhos que são, sem dúvida, fundamentais para produzirmos aquilo que é necessário produzir nos Açores com um valor diferenciado daquilo que se produz noutros sítios do planeta.

Temos a possibilidade de o fazer, não devemos perder essa oportunidade, tanto mais que é por aí que conseguiremos valorizar as nossas produções e distinguir aquilo que é nosso daquilo que existe massivamente noutros sítios.

Muito obrigado.

**Presidente:** Muito obrigado, Sr. Deputado Luís Paulo Alves.

Dou agora a palavra ao Sr. Secretário Regional da Presidência.

(\*) **Secretário Regional da Presidência** (*André Bradford*): Muito obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Gostava de começar também por saudar o Sr. Deputado José Cascalho pela forma equilibrada e conseqüente como abordou a questão da investigação e do passar da ciência no desenvolvimento da Região.

Essa é, de facto, também uma preocupação do Governo. Tem sido evidente, quer numa primeira fase, na autonomização orgânica dessa área de governação na estrutura do próprio Governo Regional, quer depois, de forma também gradual, como se tem vindo a assistir, no reforço do incentivo e da aposta financeira de recursos

públicos que o Governo tem canalizado precisamente para essa área da nossa vivência colectiva.

Essa aposta decisiva do Governo Regional, e julgo que acabou por reconhecê-la também quando referiu o papel sempre crescente que a investigação tem tido na Região, tem-se materializado de várias formas e julgo que é consensual entre nós que a Região se tornou uma referência internacional em determinados domínios de investigação e a Horta, cidade onde estamos, é um bom exemplo disso, no campo da Oceanografia e Pescas.

Somos também hoje parte integrante e activa de redes internacionais europeias e até de âmbito muito mais alargado de investigação. Isso acontece no Pico onde existe uma estação meteorológica de grande importância e acontecerá em breve na Graciosa, onde no final do próximo mês será possível fazer a formalização da criação duma estação móvel de observação de nuvens no âmbito das alterações climáticas, numa parceria com o Departamento de Energia dos Estados Unidos da América.

Portanto, estes são factos e são dados que demonstram que ganhamos maior relevância.

Acontece também em Santa Maria onde existe, como sabe, uma Estação da Agência Europeia Espacial e isso não acontece por acaso, acontece porque há uma aposta, acontece porque há a divulgação da marca Açores neste domínio.

As entidades internacionais que trabalham nessas áreas reconhecem perfeitamente a importância, a utilidade e as potencialidades dos Açores nesses domínios.

Portanto, é por causa disso que é possível os Açores ganharem uma nova projecção nessa área.

Temos outros exemplos que se prendem com a existência nos Açores, no caso em S. Miguel, de delegações de empresas de âmbito internacional que têm produtos de ponta a nível mundial no domínio das telecomunicações e tecnologias e que têm também delegações nos Açores.

Isso volta a acontecer porque se reconhece a importância e capacidade da Região, mas não ficamos por aí. Temos previsto, e é uma aposta do Governo Regional, a criação de parques tecnológicos, temos previstas infra-estruturas de apoio à investigação, temos um sistema de financiamento de investigação, como o Sr.

Deputado sabe, temos bolsas para investigadores e outros trabalhos nas áreas científicas.

Portanto, o Governo Regional dos Açores tem sido um dos principais parceiros da Universidade dos Açores no que diz respeito à prestação de serviços em diversas áreas de investigação, e aqui já foram mencionadas algumas, e isso é também bastante relevante.

Recentemente foram anunciadas as conclusões de um estudo de âmbito e de qualidade internacional relativamente à leptospirose, que foi uma parceria da Universidade dos Açores e do Governo Regional, no âmbito do Acordo de Cooperação e Defesa com os Estados Unidos e, portanto, mais um exemplo daquilo que é possível fazer e que se começa a fazer com bastante relevância.

Gostava ainda de deixar mais uma nota para um projecto que me parece central, que este ano terá desenvolvimento, e que se prende com o chamado NASCEM, que é a criação de um centro observatório de análise das alterações climáticas nos Açores, envolvendo parcerias com a Universidade dos Açores, com os Estados Unidos e com a Europa, mais concretamente com a Alemanha e Espanha.

**Presidente:** Sr. Secretário, agradecia que concluísse.

**O Orador:** Termina já, Sr. Presidente.

Parece-me que essa é mais uma manifestação da nossa vocação e do seu aproveitamento em projectos de interesse e de relevância reconhecida.

Muito obrigado.

**Presidente:** Muito obrigado, Sr. Secretário Regional da Presidência.

Dou agora a palavra ao Sr. Deputado José Cascalho.

(\*) **Deputado José Cascalho (BE):** Obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

É só para chamar a atenção da importância de trazer o “*know-how*”, trazer o conhecimento para a Região.

Portanto, não basta que venham empresas de fora e que se estabeleçam, não basta que haja projectos de alto nível tecnológico para que o conhecimento seja, fique e esteja aqui assente na Região e um exemplo desses é o caso da geotermia, onde não existem propriamente muitas pessoas a investigar geotermia aqui na Região.

Acho que este aspecto ficou bem claro na intervenção que fiz e dos exemplos que dei alguns são positivos, como o CLIMAT, mas há outros como a questão da biodiversidade e todo o trabalho que tem sido feito, embora existam novas coisas que estão em cima da mesa que é preciso tomar em atenção.

Há, de facto, bons exemplos que têm sido cumpridos e realizados com o apoio do Governo, mas em relação a estes três maus exemplos é preciso tomá-los em atenção, é preciso tomar em atenção a questão das térmitas, é preciso tomar em atenção esta questão do leite e, portanto, estas são questões que eu acho que são importantes para o futuro da Região e poderão trazer, de facto, conhecimento importante para o desenvolvimento da Região.

Obrigado.

**Presidente:** Muito obrigado, Sr. Deputado José Cascalho.

Não havendo mais inscrições, encerramos o debate sobre a intervenção do Sr. Deputado José Cascalho.

Tem a palavra para uma intervenção de interesse político relevante o Sr. Deputado Cláudio Lopes.

Sendo ele Secretário, agradecia ao Sr. Deputado Mark Marques que o substituísse aqui na Mesa.

Muito obrigado, Sr. Deputado.

*(Neste momento o Sr. Deputado Cláudio Lopes foi substituído na Mesa pelo Sr. Deputado Mark Marques)*

**Deputado Cláudio Lopes (PSD):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

O desenvolvimento e o progresso verificados, desde 1976, vou repetir esta data: 1976, na nossa Região, devem às autarquias muitas das suas páginas mais douradas e para o futuro voltam a convocar o Poder Local para um papel decisivo e determinante.

Em ano que encerra mais um mandato autárquico, e em que teremos eleições para um novo mandato, o décimo do nosso regime autonómico e democrático, aproveito este

momento, para, desta Câmara, saudar todos os autarcas em exercício e todos os que ao longo destes anos, nos diversos órgãos do Poder Local e de Santa Maria ao Corvo, deram o melhor no desempenho das suas nobres funções para servir as populações dos nossos Concelhos, das nossas Freguesias e dos diversos lugares mais isolados das nossas ilhas.

**Deputado Clélio Meneses (PSD):** *Muito bem!*

**O Orador:** Aproveito a mesma oportunidade para deixar uma palavra de encorajamento e de bom sucesso a todos os que no próximo acto eleitoral estarão disponíveis para o desempenho de tão nobres tarefas.

Novos tempos oferecem-nos novos desafios. E para novos desafios devem apresentar-se novas soluções. Por isso se espera, também, uma nova atitude do Poder Local, face aos novos desafios deste século XXI.

O Poder Local terá de reposicionar-se num novo contexto social, cultural e económico, e passar a ter uma visão de desenvolvimento mais integrado, da ilha e da Região, rompendo gradualmente com a visão estreita de um espaço de intervenção que vá apenas até ao limite geográfico das fronteiras do Concelho e/ou da Freguesia.

Os novos tempos reclamam mais visão estratégica, agora mais do que nunca. Seremos porventura levados a admitir que o mais difícil está para vir. Muito já foi feito, todavia há ainda muito a fazer.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Os tempos actuais são de grandes dificuldades para todos.

A crise, que de financeira passou a económica e vai, certamente, trazer como consequência crises sociais, não passa ao largo das nossas ilhas, das nossas famílias, dos cidadãos açorianos. Poderá não ter um impacto tão profundo como noutras paragens do País, da Europa ou do Mundo. Mas que deverá colocar de alerta os nossos Governos, Regional e Local, parece uma inevitabilidade e um imperativo moral e político.

**Deputado Clélio Meneses (PSD):** *Muito bem!*

**O Orador:** O facto é que os Governos reconhecendo já alguns contornos da crise ou precavendo alguns dos seus efeitos mais nefastos, apressam-se a implementar um conjunto de medidas urgentes e de excepção para atenuar esses possíveis efeitos.



E se isso é verdade em relação ao Poder Regional é igualmente verdadeiro em relação ao Poder Local da Região. Basta estar atento às notícias que vão por aí circulando, para perceber que as Câmaras Municipais, intensificam já as suas políticas de carácter social, nas mais diversas modalidades e quadros de intervenção municipal.

Essas políticas vão desde apoios a famílias mais carenciadas no domínio da habitação, redução de tarifas, taxas municipais e do IMI, na atribuição de bolsas de estudo, na criação por exemplo do cartão jovem com descontos em vários serviços prestados pelos Municípios, no cartão para idosos ou para aglomerados mais numerosos e outras medidas similares. No fundo, o aprofundamento de uma política social municipal que há já vários anos vem sendo prosseguida pelos Municípios mas que agora tende a generalizar-se e a intensificar-se.

Ao contrário de outros, não confundimos o plano de intervenção municipal com a actuação regional, nem analisamos a quantidade e qualidade das medidas que um Poder e outro estão a implementar como se de uma competição se tratasse.

**Deputado Pedro Gomes (PSD):** *Muito bem!*

**O Orador:** Na luta política preocupamo-nos com o bem-estar das populações.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Neste tempo de dificuldades, os cidadãos esperam também, dos seus Governos, maior solidariedade e mais união.

E se o fim último que os Poderes públicos pretendem é o mesmo, isto é, o desenvolvimento sustentado dos Açores e o bem-estar de todos os açorianos, então não há mais espaço de compreensão para que os Poderes Regional e Local, respeitando a sua autonomia e competências próprias, passem mais tempo de costas voltadas, devendo sim convocar todas as energias e reunir todas as sinergias para trabalhar em prol do bem comum e de um desenvolvimento sustentado e equilibrado.

As palavras-chave são: **descentralização** e **subsidiariedade**.

Isto é, interacção entre os Poderes, de forma bilateral, num exercício de cooperação e colaboração, em que os Poderes mais poderosos devem ajudar os que menos meios têm, e transferir para estes tarefas que os mesmos possam realizar com maior eficiência, eficácia, racionalidade e celeridade.

**Deputado António Marinho (PSD):** *Muito bem!*

**O Orador:** Mas a subsidiariedade não pode começar em Bruxelas e terminar no Terreiro do Paço ou no Palácio de Santana.

Tem de descer ao mais baixo patamar da Administração e do Poder instituído, às Câmaras Municipais e às Freguesias, até porque é neste patamar que chegam todos os dias e de forma mais directa e premente, os anseios das populações.

Exige-se portanto aos governantes, no Poder Regional ou no Local, que não se deixem contagiar por vaidades e egocentrismos inúteis e que não façam da intriga político-partidária a forma de relacionamento institucional.

**Deputado Clélio Meneses (PSD):** *Muito bem!*

**O Orador:** Deixemo-nos de protagonismos individualistas e inconsequentes e demos sim espaço e condições à **parceria** e à visão de conjunto no desenvolvimento global e integrado de que precisamos, para convergirmos mais depressa com o País e com a Europa.

A experiência destes últimos anos não tem sido, lamentavelmente, a mais feliz em muitas ocasiões e em muitos casos concretos. Não afirmo aqui que a culpa estará apenas de um dos lados. O que se espera, ao fim e ao cabo, é de quem pode mais que seja solidário com quem pode menos. E isso nem sempre tem acontecido.

**Deputado Clélio Meneses (PSD):** *Muito bem!*

**O Orador:** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo: Fico, cautelosamente, entusiasmado com uma, parece que, renovada vontade deste novo Governo Regional em encontrar no Poder Local um parceiro privilegiado para trabalhar em complementaridade no desenvolvimento regional.

Aqui recordo as palavras do Senhor Presidente do Governo na tomada de posse do X Governo Regional: **“reforçaremos a cooperação técnica e financeira com as autarquias nos seus novos mandatos, apoiando-as no quadro de delimitação de competências estabelecido e da Lei de Finanças Locais, com total transparência e observância da neutralidade partidária” (fim de citação).**

É uma vontade que se renova no discurso e que todos esperamos se comprove realmente na acção.

Essa importante parceria deve, em nossa opinião, assentar na contratualização de transferências de competências, baseadas em 3 princípios:

- a) **Na clareza.** É necessário que fique claro a quem compete fazer o quê?
- b) **Na suficiência da transferência dos meios** necessários para a concretização dessas competências.
- c) **Na eficácia.** Isto é, com a mesma despesa pública fazer mais e melhor.

**Deputado José Manuel Bolieiro (PSD):** *Muito bem!*

**O Orador:** A relação entre os Poderes tem de ser de confiança e não ao contrário!

Tem de haver diálogo e concertação entre os Governos Regional e Local! Tem de haver partilha de responsabilidades e complementaridade na acção! E isso será tão mais eficaz quanto mais exigentes e rigorosos forem os termos e as condições em que essas relações se estabelecem. Não faz nenhum sentido que estas relações se estabeleçam por critérios de simpatia política ou dependam do humor momentâneo de um qualquer governante.

**Deputado Clélio Meneses (PSD):** *Muito bem!*

**O Orador:** Estamos no início da execução de mais um Quadro Comunitário de apoio. Um quadro financeiro ainda bastante generoso para a nossa Região, um quadro financeiro em que vai chegar à Região 1.538 milhões de euros até 2013. Aos 19 Municípios da Região o Governo destinou apenas uma pequena fatia deste bolo, igual a 191 milhões de euros (12,4%) do total. Isto é manifestamente pouco para quem tem tantos desafios e compromissos a concretizar.

É verdade que o Poder Local tem revelado ao longo deste anos e dos anteriores quadros comunitários de apoio ser um excelente executor, mas não se lhe pode é pedir milagres.

Nesta repartição de fundos esperava-se uma atitude mais respeitadora, mais justa e mais solidária do Governo para com os Municípios. Já aqui o denunciámos em devido tempo e hoje aqui o relembramos.

Mas os próximos 4 anos serão os anos fulcrais da utilização dos fundos do QRESA, e se houver expressa vontade política é sempre tempo de emendar a mão e de rever certas decisões.

Esperamos então que finalmente nos próximos tempos e a começar desde já, o Governo Regional experimente uma nova, diferente e melhor plataforma de relacionamento institucional com as autarquias da Região, sem afeições de carácter

político-partidário nem de outra qualquer habilidade política, mas uma relação de justiça e equidade, no mais íntimo respeito por quem foi legitimamente eleito por vontade popular.

**Vozes da bancada do PSD:** *Muito bem! Muito bem!*

**O Orador:** Como dizia, há um século atrás, Rodrigues Sampaio:

**“ se não podemos fundar a cidade de Deus, nem povoar a ilha da utopia, poderemos ao menos dar um passo no caminho do progresso e preparar-nos para um futuro melhor...”**”.

Disse.

**Deputados António Marinho e Pedro Gomes (PSD):** *Muito bem!*

*(Aplausos da bancada do PSD e do Sr. Deputado Paulo Estêvão do PPM)*

**Presidente:** Muito obrigado, Sr. Deputado Cláudio Lopes.

Estão abertas as inscrições.

Não havendo mais inscrições, dou a palavra ao Sr. Deputado Lizuarte Machado.

**(\*) Deputado Lizuarte Machado (PS):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo, Sr. Deputado Cláudio Lopes:

Nunca é demais relevar a importância do poder local. Nesse aspecto estamos inteiramente de acordo.

Aliás, em termos pessoais relevo de tal maneira a importância do poder local que eu próprio já fiz parte consigo de um executivo camarário e, portanto, desse ponto de vista é perfeitamente claro. O poder local tem tido uma importância enorme no País e na Região. Isso é absolutamente indiscutível, mas é evidente que é preciso também não confundir, como disse e muito bem, o plano regional com o plano local ou com qualquer outro plano e o Partido Socialista e o Governo Regional não o confundem e os governos socialistas tanto não o confundem que fizeram aquilo que se pode chamar “estender a passadeira vermelha ao poder local” ao criarem a figura do projecto municipal de interesse comum. Nunca antes tal sequer tinha sido pensado.

O que se espera é que, efectivamente, o poder local, seja qual seja a sua cor política, corresponda a este estender de passadeira por parte do Governo Regional, porque esta

é uma figura absolutamente vital para o desenvolvimento dos Açores, para o desenvolvimento dos nossos concelhos e das nossas ilhas.

Queria terminar fazendo apenas duas observações: uma é de que o Sr. Deputado Cláudio Lopes, felizmente e ainda bem, contrariamente ao que diz o PSD, não reconhece que neste momento se viva nenhuma crise ou pelo menos nenhuma crise significativa na Região. Isso contraria o seu partido político, contraria o PSD e corresponde verdadeiramente à realidade daquilo que vivemos e ao facto que devemos estar preocupados, devemos preparar-nos para qualquer cenário, ...

**Deputado Pedro Gomes (PSD):** Olhe que o Sr. Presidente do Governo não disse isso.

**O Orador:** ... mas neste momento, felizmente, não vivemos na Região nenhuma crise digna de registo e relevo essa posição.

Por outro lado, queria terminar dizendo que me pareceu – não sei se foi, mas se foi seja bem-vindo à luta Sr. Deputado Cláudio Lopes – que este podia ser o lançamento da sua candidatura à Câmara Municipal das Lajes do Pico. Se foi, seja bem-vindo.

**Deputado Cláudio Lopes (PSD):** Está preocupado com isso? Isso já é outra preocupação!

**Presidente:** Muito obrigado, Sr. Deputado Lizuarte Machado.

Tem a palavra o Sr. Deputado António Pedro Costa.

(\*) **Deputado António Pedro Costa (PSD):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

**Deputado José San-Bento (PS):** Mais um candidato!

**O Orador:** Não tenho essas pretensões. Já fiz o meu papel e muito bem feito, graças a Deus, e dispenso essas bocas do Sr. Deputado.

Foi com muito gosto que exerci o mandato de Presidente da Câmara, com a eficácia e com a eficiência que os ribeiragrandenses reconhecem.

Eu queria, em primeiro lugar, saudar as palavras do meu colega Cláudio Lopes, subscrever as preocupações que ele aqui trouxe e partilho da sua visão em relação ao poder local e registo, sobretudo, as palavras quanto ao CRESA, porque foi uma desilusão para as autarquias o que o Governo fez com o CRESA, designadamente a falta de solidariedade, porque com o nível de investimento que as autarquias fizeram,

estavam à espera que se lhes desse outros meios exactamente para poderem promover toda a dinamização económica dos seus concelhos, o que não foi feito.

*(Aparte inaudível do Sr. Deputado José San-Bento)*

**O Orador:** O senhor tenha calma, porque sabe o que é que fez.

Como se sabe, Sr. Presidente, todas as câmaras municipais e as juntas de freguesia conseguem ter um papel determinante nos investimentos. O pouco que têm conseguem rendibilizar muito mais do que o Governo todas as verbas que lhes são atribuídas.

Por isso, acho que uma palavra de ordem é a cooperação e neste momento é preciso cooperar mais entre o governo e as autarquias. Esta palavra cooperação, quanto a mim, não tem sido, nalguns casos, devidamente acautelada, porque cooperar e colaborar serve muito mais para rendibilizar os meios e as autarquias, com os pouco meios que têm, certamente poderiam fazer muito mais.

Portanto, aquela perspectiva de cooperação, que aqui é trazida, deve ser exactamente incrementada.

A parceria é muito importante, porque vamos passar das palavras, dos discursos aos actos. Falou-se, e muito bem, de que é preciso a partir de agora uma outra atitude com as autarquias, com maior cooperação e colaboração.

De facto, o que se tem visto, infelizmente, é que, na prática, o Governo fecha os olhos, coarcta os meios para algumas autarquias que têm criado algum ciúme ao Governo Regional e isso é mau.

**Presidente:** Sr. Deputado António Pedro Costa, terminou o seu tempo. Agradecia que concluísse.

**O Orador:** É uma desilusão nestes casos.

As autarquias podem fazer muito mais e o Governo tem a obrigação, neste momento de crise, de dar mais meios às autarquias para poderem prosseguir com o desenvolvimento, com a cooperação e, sobretudo, com a dinamização dos nossos concelhos.

Muito obrigado.

**Presidente:** Muito obrigado, Sr. Deputado António Pedro Costa.

Tem agora a palavra o Sr. Deputado Cláudio Lopes.

(\*) **Deputado Cláudio Lopes (PSD):** Muito obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Não há muito mais a acrescentar à minha intervenção, apenas agradeço o registo que também foi feito pelo colega de bancada, António Pedro que, aliás, fê-lo em conhecimento pleno do que é o exercício do poder local, em que foi durante vários anos ilustre autarca desta Região, sufragado em vários sufrágios universais, saindo deles vitorioso e, portanto, acho que devemos respeitar a legitimidade dos seus testemunhos, porque ele bem o merece.

**Deputado António Marinho (PSD):** *Muito bem!*

**O Orador:** Relativamente às palavras que me foram dirigidas pelo Sr. Deputado Lizuarte Machado, eu também registo com algum interesse essa nova alínea que se acrescenta às intenções do Governo de encontrar com o poder local projectos de interesse comum. Registo o interesse e a boa intenção. Veremos se na prática tal vai suceder ou não e faço fé que suceda.

Relativamente ao aparte que me faz, sobre se isto é uma preparação para a minha candidatura à Câmara, devo tranquilizá-lo, Sr. Deputado, de que nesse peditório já dei o meu contributo modesto, sei aquilo que fiz e aquilo e sou. Fique descansado e tranquilo, porque o PSD das Lajes já tem o seu candidato natural à Câmara e não há que ter preocupações quanto a isso.

**Deputado José San-Bento (PS):** Mais uma câmara que vai à vida!

**O Orador:** Eu sei que o senhor tinha algumas preocupações se eu fosse candidato, mas não tenha preocupações. Nesse peditório eu já dei e como diz o cantor: “dez anos é muito tempo”.

Eu quero terminar esta minha intervenção sublinhando e relevando uma vez mais a importância, que aqui foi também sublinhada pelo Deputado António Pedro, da cooperação entre os dois níveis de poder na Região, o poder regional e o poder local.

**Presidente:** Sr. Deputado, agradeça que concluisse.

**O Orador:** Quando falo do poder local, falo de câmaras municipais e de juntas de freguesia, dando um ênfase especial ao papel e à missão difícil que têm as juntas de

freguesia e quando falo do poder local, não falo do poder local do PSD, falo do poder local eleito por todos os partidos, nos mais diversos lugares e ilhas desta nossa Região.

Quero também acrescentar um pouco mais à intervenção, dizendo o seguinte.

Eu não venho aqui fazer uma intervenção de ânimo leve e apenas para cumprir um tempo do PTAP, venho para denunciar mais uma vez uma questão que, no seu passado mais recente, não foi talvez sucedida da forma como deveria ter sido, em prejuízo dos destinatários finais dos governos locais e regional, que são os cidadãos desta Região, e os destinatários são exactamente os mesmos, quer se trate do poder local, quer se trate do poder regional.

Portanto, deve ser nessa perspectiva que devemos preocupar-nos todos em reunir energias e sinergias para servir cada vez melhor, cada um ao seu nível, respeitando a sua autonomia e as suas competências, os cidadãos e fazer melhor o desenvolvimento regional.

A história mais recente diz-nos que nem sempre essa compreensão solidária e subsidiária do Governo Regional em relação ao poder local conheceu bons momentos e devo só lembrar dois ou três episódios.

**Presidente:** Sr. Deputado Cláudio Lopes, o seu tempo já terminou. Agradecia que concluísse.

**O Orador:** Eu compreendo a sua missão e, partindo dela, vou ser solidário com o Sr. Presidente e vou concluir imediatamente.

Devo só denunciar as situações em que essa cooperação não foi tão saudável quando, por exemplo, se aprovou a nível da Assembleia de República a Lei de Finanças Locais, que é penalizante para os municípios mais pequenos e na Região temos exactamente uma estrutura de municípios que são penalizados por esta Lei de Finanças Locais.

Devo falar, por exemplo, duma falta de justiça e de equidade quando se repartiram de novo, e uma vez mais de forma eleitoral, os fundos comunitários deste actual Quadro Comunitário de Apoio.

Muito obrigado.

**Presidente:** Muito obrigado, Sr. Deputado Cláudio Lopes.



Não havendo mais inscrições, dou a palavra, para uma intervenção, ao Sr. Deputado Alexandre Pascoal.

**Deputado Alexandre Pascoal (PS):** Sr. Presidente da Assembleia, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Vivemos tempos conturbados e de mudança. Não apenas em termos económicos mas com impacto directo no modelo societário em que nos encontramos e que com relutância abdicaremos. A não ser que sejamos obrigados a isso. E antes que sejam necessárias a adopção de medidas drásticas no nosso modo de vida será fundamental a assimilação de “boas práticas”.

A emergência ambiental global exige que se adoptem medidas emergentes e condizentes com a necessidade da aplicação de comportamentos em prol de uma sustentabilidade ambiental.

Neste sentido programas como o Eco-escolas que vimos aqui referenciar são disso um bom exemplo daquilo que pretendemos em termos futuros, no que concerne à denominada Educação Ambiental.

O **Programa Eco-Escolas** - com ampla adesão e implementação nos Açores - é uma iniciativa de âmbito europeu sob a responsabilidade da Fundação para a Educação Ambiental.

A sua aplicação está orientada fundamentalmente às escolas do ensino básico, numa acção que visa melhorar a consciência ambiental da comunidade escolar através da aplicação de conceitos e ideias à vida quotidiana da escola e dos próprios alunos.

Implementado em Portugal desde o ano lectivo 1996/97, o Programa Eco-Escolas completou em 2006 a sua 1ª década. Actualmente a sua aplicabilidade está disseminada em concelhos pertencentes a todos os distritos e regiões autónomas do país, localizando-se o seu maior número nas escolas dos distritos de Lisboa e do Porto.

Nos Açores, o programa tem vindo a ser desenvolvido desde o ano lectivo 1999/2000 com o apoio da Secretaria Regional do Ambiente e do Mar através da sua Rede de Ecotecas, sendo que em 2007/08 foram 75 as escolas açorianas galardoadas num universo de 86 escolas inscritas, envolvendo um total de 14.188 alunos.

O projecto Eco-escolas conseguiu neste ano lectivo de 2008/09 um número recorde de estabelecimentos de ensino aderentes, num total de 106, compreendendo o todo regional, desde Sta. Maria ao Corvo, envolvendo um universo de 16.982 alunos.

Sr. Presidente da Assembleia, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Para além do universo escolar este programa tem como intuito principal extravasar e estimular junto dos mais novos, no quais irá assentar a construção do futuro destas ilhas, a tomada de consciência do impacto que os seus comportamentos, pessoais e familiares, têm no Ambiente.

A execução do programa é seguida por intermédio de uma organização e metodologia faseadas, sendo que após a apresentação da candidatura do estabelecimento de ensino ao programa é necessária a formação de um conselho de coordenação do programa nas escolas, que prepara e acompanha de perto as actividades, além de colaborar directamente com os municípios e as organizações locais que participam no apoio às Eco-escolas e nas suas actividades.

A coordenação escolar deverá, igualmente, colaborar de forma permanente com os promotores nacionais do programa, respeitando a componente democrática e o diálogo que rege a Eco-escola. O conselho escolar é constituído por um único professor e se for esse o entendimento por um conjunto de docentes.

Impõe-se neste processo de implementação do programa a elaboração de uma auditoria/diagnóstico que incidirá na realidade ambiental do estabelecimento de ensino, aliada a uma análise do público-alvo, e que contribuirá para clarificar as áreas de intervenção e as metodologias a adoptar.

Nos elementos necessários à sua prossecução é necessário um plano de acção, no qual estarão delineadas as estratégias, objectivos e prazos a cumprir. Nesta implementação do plano de acção, acontece a verificação da monitorização do programa, bem como, a avaliação do mesmo, e no seguimento deste todo o desenvolvimento do trabalho curricular, a sua divulgação perante a comunidade e a adopção de um *Eco-código*.

O *Eco-código* é um dos pontos determinantes deste processo, porque está relacionado com a definição de objectivos e comportamentos a cumprir pelo aluno numa dada

temática, que pode estar relacionada com a Água e/ou a Biodiversidade, entre outros assuntos de igual importância.

O incentivo à adopção de um *Eco-código* surge na possibilidade da escola apresentar uma candidatura a um concurso nacional e/ou internacional.

Para a implementação de toda esta metodologia existe uma coordenação do programa, que passa pela envolvimento da escola com o parceiro internacional, que neste caso é a *Fundação para a Educação Ambiental* e pela correspondente entidade nacional aqui representada pela *Associação Bandeira Azul da Europa*.

No caso específico de Portugal, existe igualmente um conselho nacional das Eco-escolas, onde têm assento diversos organismos públicos com ênfase para o **Ministério da Educação, o Instituto do Ambiente, Instituto da Conservação da Natureza, e as Secretarias Regionais do Ambiente dos Açores e da Madeira.**

O final deste processo, caso sejam adoptadas todos os elementos e metodologias no âmbito do Programa, culmina com a atribuição da Bandeira Verde à escola aderente.

Neste sentido, gostaria de partilhar com a Assembleia um projecto regional que resulta da aplicação desta metodologia aplicada ao universo escolar mas cujo âmbito extravasou os muros da Escola, refiro-me à “Rota das Lagoas 27”, iniciado no ano lectivo 2007/08 no âmbito de Área de Projecto do 12ºA da Escola Secundária de Lagoa, em São Miguel, o qual foi seleccionado, após um concurso nacional, para participar no *I-SWEEP 2009 - International Sustainable World Project Olympiad*, a decorrer em Houston, Texas, Estados Unidos, durante os próximos dias 15 a 20 de Abril.

Este trabalho, promovido pela professora Odília Mancebo e pelos seus alunos, foi desenvolvido em colaboração estreita com a Secretaria Regional do Ambiente e visou a monitorização da qualidade da água das lagoas do Maciço das Sete Cidades.

A participação nesta mostra internacional é a validação do trabalho que vem sendo desenvolvido por todos quantos estão envolvidos neste projecto, e o reconhecimento da importância deste programa.

Sr. Presidente da Assembleia, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

A implementação do programa conta já com alguns anos de experiência e insere-se numa ampla estrutura internacional caracterizada por uma grande adesão internacional por via dos milhares de estabelecimentos de ensino que nele participam. Um factor que caracteriza este bom desempenho tem a ver com factores de planeamento e constante acompanhamento das actividades efectuadas. Estas razões são importantes mas não são as únicas para o sucesso do programa.

Uma componente que tem permitido a durabilidade do projecto advém do facto deste não se caracterizar por acções pontuais mas por imprimir um espírito de diálogo na escola e com as comunidades envolventes, através da implementação de uma metodologia concreta.

Por forma a enfatizar a importância depositada neste programa vou parafrasear um professor de biologia espanhol (Julián Villanueva), impulsor do projecto numa Eco-escola: *“o planeta necessita de pessoas que o defendam para poder continuar a ser fonte de vida para as gerações vindouras”*. E quanto a isso não podíamos estar mais de acordo.

E num plenário onde discutimos a educação e as escolas nada como exemplificar a motivação da mesma, numa clara demonstração da importância do papel da escola na construção de um futuro melhor, por via da sensibilização ambiental que mais não é do que uma etapa essencial na caminhada para uma eficaz educação ambiental.

Apesar de todos os passos positivos que possam já ter sido efectuados, em prol de uma sociedade participativa num processo de desenvolvimento sustentável, muito há ainda por fazer e a aprendizagem, como a vida, construímo-la todos dias.

Sr. Presidente da Assembleia, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Para terminar gostaria de realçar mais uma vez o papel das escolas, dos seus alunos e professores, da comunidade educativa no seu todo na prossecução da melhoria do seu desempenho ambiental e em simultâneo lançar o repto para que este parlamento possa também ele hastear a sua bandeira verde, no cumprimento de uma resolução já aprovada mas cuja total implementação tarda.

Disse.

*(Aplausos das bancadas do PS e do Governo)*

**Presidente:** Muito obrigado, Sr. Deputado Alexandre Pascoal.

Vamos fazer um intervalo para o almoço.

Quero desejar a todos um bom almoço. Recomeçamos os trabalhos às 15,00 horas.

*(Eram 13,00 horas)*

**Presidente:** Boa tarde, Srs. Deputados. Agradecia que ocupassem os vossos lugares.

Vamos recomeçar os nossos trabalhos.

*(Eram 15 horas e 4 minutos)*

Vamos dar início ao período da Agenda da Reunião com a apresentação do **Projecto de Decreto Legislativo Regional nº 3/2009 – “Adapta à Região Autónoma dos Açores o Sistema Nacional de Certificação Energética e de Qualidade do Ar Interior nos Edifícios (SCE), o Regulamento dos Sistemas Energéticos de Climatização em Edifícios (RSECE) e o Regulamento das Características de Comportamento Térmico dos Edifícios (RCCTE)**, apresentado pelo grupo Parlamentar do PSD.

Para a apresentação deste diploma, tem a palavra o Sr. Deputado João Costa.

**Deputado João Costa (PSD):** Muito obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Na sequência da publicação, em 4 de Abril de 2006, dos diplomas que visam a melhoria do desempenho energético e da qualidade do ar interior dos edifícios, e que dão cumprimento à Directiva n.º 2002/91/CE, do Parlamento Europeu e do Conselho foi definida, a nível nacional a calendarização para a aplicação plena do sistema de certificação a edifícios das diferentes tipologias, dimensões e fins.

Com a aplicação deste sistema, sem que tenha ocorrido um trabalho prévio no sentido da sua obrigatoriedade não provocar os problemas que, entretanto, se vão sentindo, corre-se o risco desta medida vir, acarretar ainda mais dificuldades à frágil economia das ilhas.

Assim, o PSD iniciou um trabalho sério na procura de respostas aos problemas e que passa pela apresentação deste projecto de Decreto Legislativo Regional.

Procuramos assim contribuir para encontrar soluções.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Este projecto, assenta em 4 vertentes fundamentais:

Desde logo, regionaliza a certificação energética de edifícios e estabelece a necessidade de nova calendarização na entrada em vigor da sua obrigatoriedade. Calendarização essa que deve ser avaliada tendo em conta, antes de mais a especificidade das ilhas e a realidade Regional.

Em segundo lugar consagra a não discriminação daquelas ilhas onde, eventualmente, não venham a existir técnicos credenciados.

Depois, não esquece os actuais técnicos que, querendo, podem solicitar a sua inscrição na Região Autónoma dos Açores.

Por fim, promove a criação de um grupo de trabalho com a missão de estudar e adequar à realidade regional os critérios e parâmetros técnicos para a classificação dos edifícios.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Consideramos que este assunto deve ser alvo de um amplo debate, sem prejuízo de necessária urgência na resolução dos problemas entretanto criados.

Estamos pois disponíveis para atender a todas as contribuições que tenham o objectivo último de, também nesta matéria, servir os Açores e servir os açorianos.

**Vozes da bancada do PSD:** *Muito bem! Muito bem!*

*(Aplausos da bancada do PSD)*

**Presidente:** Muito obrigado, Sr. Deputado João Costa.

Estão abertas as inscrições.

Tem a palavra o Sr. Secretário Regional do Ambiente e do Mar.

**(\*) Secretário Regional do Ambiente e do Mar (Álamo de Meneses):** Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

O projecto de diploma, que acabou de ser apresentado, e que tem umas notáveis semelhanças com uma proposta que no final da legislatura passada circulou no interior do Governo Regional e creio que entre diversos parceiros, é uma proposta que não contribui em nada para alterar a situação actual.

De facto, aquilo que aconteceu foi que, por via da aplicação duma directiva comunitária, aplicação essa que foi feita por três decretos-lei em 2006, se criou uma situação em que é necessária a certificação energética dos edifícios em todos os actos da sua transmissão e também uma certificação prévia para a construção de novos edifícios.

Por via duma portaria que colocou este sistema em vigor a partir do passado mês de Janeiro, criaram-se dificuldades várias em diversas ilhas, dificuldades essas que o Governo Regional já conhecia e tinha vindo a acompanhar e que decidiu, através do exercício de um dos seus poderes, o poder de regulamentar a aplicação das leis, através duma portaria que a breve trecho será publicada, criar um prazo suplementar, mas mais importante do que isso, o Governo Regional decidiu fazer a transposição directa da referida directiva para o direito regional.

Esta directiva tem um conjunto de implicações técnicas complexas, daí que esse trabalho demorou algum tempo, mas está neste momento numa fase final. Foi iniciado há alguns meses atrás, mas estamos em vias de o terminar e eu estimo que, dentro de alguns meses, este Parlamento terá a oportunidade de apreciar um diploma que transpõe de raiz a directiva respectiva. Ao fazê-lo terá em conta, quer a especificidade da Região, do ponto de vista técnico, quer a especificidade da Região, do ponto de vista climático, do ponto de vista das construções que tipicamente aqui existem e também da gestão da energia nos Açores, que necessariamente, dada a nossa estrutura insular, é diferente daquela que acontece em outras regiões do País e mesmo da Europa.

A directiva comunitária em causa, é uma directiva muito aberta, dava apenas um conjunto de indicações e permite uma grande plasticidade na sua adaptação a cada uma das regiões. Aliás, ela indica uma transposição que não deve ser nacional, deve ser regional exactamente para acomodar as diferenças climáticas existentes entre regiões dos diversos estados-membros da União Europeia e essa directiva é,

obviamente, uma directiva que terá que ser aqui discutida e terá que ser aqui transposta na sua íntegra e não fazer apenas uma mera adaptação orgânica, que é aquilo que a proposta que o PSD aqui nos trouxe faz.

A Proposta do PSD mais não faz do que dizer que as competências que na República são exercidas por A, aqui são exercidas por B.

**Deputado João Costa (PSD):** Não é verdade! Não é só isso!

**O Orador:** Isso em nada altera aquela que é a realidade da Região.

Aquilo que nós podemos fazer é legislar em profundidade sobre esta matéria, criando na Região um sistema de certificação energética, um sistema de poupança, porque mais importante do que certificar os edifícios é criar um sistema de poupança de energia que seja uma mais valia para os proprietários dos imóveis, para todos nós e não propriamente entregar a cada cidadão um papel a dizer que o edifício é assim ou não.

Portanto, aquilo que a proposta, que foi apresentada, faz é aquilo que uma portaria do governo fará a muito breve trecho e muito rapidamente.

**Deputado José Manuel Bolieiro (PSD):** O Sr. Secretário está a apresentar a intenção do Governo, não está a prestar esclarecimentos ao Projecto apresentado pelo PSD.

**O Orador:** Não há nada de novo na proposta, há apenas a tentativa de aproveitar uma oportunidade e uma oportunidade fácil de apresentar uma coisa que diz que: o que A faz, faz B.

Nós estamos muito à frente disso e estamos em condições de, muito rapidamente, apresentar um documento que tem outras características técnicas e outra profundidade.

Os senhores mais uma vez chegaram tarde.

Muito obrigado.

**Presidente:** Muito obrigado, Sr. Secretário Regional do Ambiente e do Mar.

Tem agora a palavra o Sr. Deputado João Costa.

(\*) **Deputado João Costa (PSD):** Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Ouvi o Sr. Secretário com atenção, mas é pena que não o tenha ouvido até agora sobre esta matéria. Foi a primeira vez que o senhor se pronunciou sobre isto.



**Secretário Regional do Ambiente e do Mar** (*Álamo de Meneses*): O Sr. Director Regional já se pronunciou sobre esta matéria há muito tempo.

**O Orador:** Penso que no dia 9 de Fevereiro nós apresentámos um requerimento nesta Casa sobre este assunto e ao fazê-lo lançámos o debate, lançámos a discussão, lançámos o problema e os senhores estiveram a dormir na forma, não fizeram nada até agora.

O senhor diz que circulou no Governo Regional, mas o que circula no Governo Regional tem que ter consequências e os senhores não apresentaram consequência nenhuma daquilo que circula no Governo. Limitou-se a anunciar e não faz. Estiveram a dormir e acordaram perante o problema, lançado pelo PSD no sentido de encontrar a solução que agora propusemos.

Este projecto realmente resolve o problema e resolve-o naquilo que nós entendemos que é essencial, que é não prejudicar a economia das ilhas, de parar por causa da obrigatoriedade do certificado, não havendo técnicos.

Eu quero lembrar ao Sr. Secretário que em Novembro de 2007, no portal do Governo dos Açores, como é habitual, através de muita propaganda por parte do gabinete de comunicação do Governo, dizia-se: “O Governo dos Açores empenhado na promoção de eficiência energética.

O Governo dos Açores, atenta a problemática energética e aos compromissos no âmbito do Programa Nacional de Eficiência Energética, decidiu constituir uma comissão mista”. Isto foi em Novembro de 2007 e não resultou em nada. Estamos em 2009 e ainda não aconteceu nada.

Digo-lhe mais, Sr. Secretário: A directiva é de 2002 e a legislação nacional é de 4 de Abril de 2006 e os senhores até agora não fizeram nada.

Aproveito para pedir à Mesa para fornecer ao Sr. Secretário o Manual do Consumidor e Eficiência Energética dos edificios residenciais, que é aquele que serve para o consumidor, mas que, se calhar, era útil ao Governo conhecer, porque aparentemente, nem do ponto de vista do Governo, nem do ponto de vista do consumidor, conhecem esta problemática.

**Deputado Jorge Macedo** (*PSD*): *Muito bem!*

**O Orador:** Queria terminar dizendo: o Governo anuncia, nós fazemos!

Muito obrigado.

*(Aplausos da bancada do PSD)*

**Presidente:** Muito obrigado, Sr. Deputado João Costa.

Tem a palavra o Sr. Deputado Artur Lima.

**(\*) Deputado Artur Lima (CDS/PP):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Este assunto realmente está na ordem do dia e é um assunto extremamente importante.

Eu terei percebido mal, naturalmente, mas fiquei com a ideia de que havia aqui um segundo plágio feito hoje. Não sei se era isso que o Sr. Secretário queria dizer relativamente à proposta do PSD, mas, pelo menos, deparei-o das suas palavras.

Isso não é o importante nesta matéria, o importante é a certificação energética.

Nós vivemos numa região com um clima temperado, que não tem grandes oscilações de temperatura, em que os edifícios, pelo menos grande parte daqueles que eu conheço e daqueles que eu frequento, não têm sistemas de aquecimento, não têm ar condicionado, não têm perdas de energia e, portanto, certificação energética nos Açores para quê? Essa é a pergunta que se tem que fazer.

Quando se vem falar de certificação energética, vamos certificar o quê, se não há perdas de energia nas nossas casas e, nessa perspectiva, a directiva é feita nesse sentido.

Portanto, eu acho que o caminho é não aplicar aquela directiva aos Açores, porque se for a aplicá-la aos Açores, ficamos na mesma.

**Secretário Regional do Ambiente e do Mar (Álamo de Meneses):** Não há problema em aplicar a directiva aos Açores! Ela é uma boa directiva!

**O Orador:** O problema que aqui está foi a má adaptação da directiva pelo Governo da República. Essa é que não foi bem feita e como não foi bem feita os Açores têm que se precaver.

**Secretário Regional do Ambiente e do Mar (Álamo de Meneses):** Só agora é que se pode precaver, porque só agora temos Estatuto!

**O Orador:** Ainda hoje tive informações, e já agora o Sr. Secretário Regional e o PSD ficam na posse delas, da Câmara do Comércio, presumo que da Mesa da Construção Civil, que as câmaras estão a exigir a certificação para o projecto, mas depois não exigem certificação para a obra, porque depois já não fiscalizam, ou seja, que sentido faz exigir que se gaste dinheiro na certificação do projecto e depois da obra concluída ninguém certifica, a pessoa gastou o dinheiro e depois faz ou não conforme queira ou não queira.

Isto é que é inaceitável e por isso é que se tem que tomar medidas rápidas e urgentes para não andarem aqui a brincar com as pessoas.

Sejamos também aqui muito claros, muito directos e muito sinceros, porque arranjam aqui uma galinha de ovos de ouro para meia dúzia de técnicos que vão assinar projectos que depois não servem para nada a não ser ficar com um certificado em casa, mas mais grave ainda é que para arrendar uma casa é preciso esse certificado.

**Deputado Paulo Estêvão (PPM):** *Muito bem!*

**O Orador:** Ainda ontem o Governo falava aqui nas medidas de apoio ao arrendamento, e bem, mas com estas medidas onde é que se vai repercutir esse agravamento de preço? No consumidor final, no que vai arrendar a casa e todas as vezes que o dono arrendar a casa tem que fazer reflectir na mensalidade esse custo.

Portanto, isto é uma coisa que não faz muito sentido e que nós nos Açores temos que tomar medidas rápidas no sentido de evitar que se aplique isso à nossa Região, volto a dizer, que tem um clima temperado e cujos edifícios, a perda de eficiência energética tem muito que se lhe diga.

Muito obrigado.

**Deputado Paulo Estêvão (PPM):** *Muito bem!*

**Presidente:** Muito obrigado, Sr. Deputado Artur Lima.

Tem a palavra o Sr. Secretário Regional do Ambiente e do Mar.

**(\*) Secretário Regional do Ambiente e do Mar (Álamo de Meneses):** Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Sr. Deputado Artur Lima, eu gostava de lhe dizer que nós também não podemos ter uma posição tão extrema quanto essa.

As questões da eficiência energética dos edifícios também se colocam nos Açores e as questões da conservação e da economia da energia têm nos Açores também uma grande importância.

Portanto, não podemos dizer que não temos interesse na aplicação da directiva, temos interesse na sua aplicação, precisamos de aplicá-la, só que precisamos de a aplicar tendo em conta a nossa realidade concreta.

A directiva é também para os Açores uma excelente oportunidade de melhorarmos o desempenho energético dos edifícios, termos uma melhor economia da energia e por essa via, em vez de trazermos um custo acrescido para os proprietários das casas e para todos nós, reduzirmos a factura energética e termos vantagens a partir daí.

Portanto, esta é uma directiva importante, é uma directiva que nós precisamos efectivamente de transpor, precisamos de a transpor com equilíbrio e com justiça, mas particularmente precisamos de a transpor tendo em conta a realidade efectiva da tipologia da construção e da tipologia das fontes energéticas que nós utilizamos.

A transposição nacional está claramente a privilegiar uma solução baseada no gás de petróleo, o liquefeito ou no gás natural, que nos Açores não se aplica, nós temos que privilegiar uma solução baseada na electricidade já que temos uma Região extremamente rica em recursos energéticos que podem ser transformados em electricidade e, portanto, temos que privilegiar a electricidade em detrimento de outros tipos de energia.

Por isso é extremamente importante que nós façamos essa transposição, mas temos que fazer uma real transposição da directiva e não propriamente uma adaptação orgânica. As adaptações orgânicas são muito fáceis, com três páginas se faz uma proposta de decreto, mas aquilo que interessa efectivamente aos Açores e aos açorianos é algo muito mais profundo, muito mais complexo, que está a ser feito e daí que ainda não tenha chegado aqui, mas chegará a muito breve trecho. Está a ser dada prioridade máxima a esta matéria e vai chegar muito depressa.

*(Risos do Sr. Deputado António Marinho)*

Se o Sr. Deputado António Marinho quiser uma pré-cópia, posso-lhe oferecer agora mesmo...

**Deputado António Marinho (PSD):** Não quero!

**O Orador:** ... e assim ter uma inspiração maior.

**Deputado António Marinho (PSD):** Queria era que ela tivesse dado entrada na Mesa!

**O Orador:** Ela não podia ter dado entrada na Mesa, porque há questões de natureza estatutária e técnica que não são fáceis de resolver, como o Sr. Deputado verá. O Sr. Deputado vai ter que aprender muito sobre energia para apreciar a directiva, mas eu não tenho nenhum problema em oferecer-lhe uma pré-edição da directiva.

**Deputado António Marinho (PSD):** Os senhores andam a dormir na forma! Já devia ter entrado!

**Presidente:** Muito obrigado, Sr. Secretário Regional do Ambiente e do Mar.

Eu cometi o primeiro erro hoje como Presidente da Assembleia. Dei a palavra ao Sr. Secretário pela segunda vez quando não o devia ter feito, mas em virtude deste erro, vou dar também a oportunidade ao Sr. Deputado João Costa. Tem a palavra para encerrar este debate.

(\* **Deputado João Costa (PSD):** Muito obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

É por isso mesmo que nós propomos a criação de um grupo de trabalho que estude efectivamente aquilo que terá ou não importância na aplicação da directiva ou da transposição da legislação para a realidade regional, para sabermos exactamente aquilo que devemos ou não exigir em relação ao comportamento térmico dos edifícios.

Como o senhor disse, eu percebo tecnicamente pouco do assunto. O que é eu percebo mesmo é que o senhor tem tudo para apresentar, tem tudo para mostrar, mas ainda não vimos nada e os problemas estão a sentir-se na economia das ilhas.

**Secretário Regional do Ambiente e do Mar (Álamo de Meneses):** Não estão!

**O Orador:** Estão a fazer-se sentir, porque não há projectos a terem licenciamento para construção por causa da falta de obrigatoriedade do certificado. O problema é

que os senhores pensam, pensam mas não agem. Nós pensamos e agimos para resolver os problemas.

Muito obrigado.

**Vozes da bancada do PSD:** *Muito bem! Muito bem!*

**Presidente:** Quero agradecer a compreensão do Sr. Deputado João Costa e obrigado pelas suas palavras finais.

O Sr. Deputado José Manuel Bolieiro pede a palavra para?

**Deputado José Manuel Bolieiro (PSD):** Para uma interpelação à Mesa.

**Presidente:** Faça o favor.

(\*) **Deputado José Manuel Bolieiro (PSD):** Sr. Presidente, a interpelação quando foi pedida tinha mais oportunidade do que agora, mas para que sirva de registo para o futuro, o que assistimos neste debate anterior, a propósito duma iniciativa legislativa do Grupo Parlamentar do PSD, é inaceitável.

O que aconteceu, Sr. Presidente em exercício, foi que o seu erro não foi ter dado a palavra ao Sr. Secretário Regional, porque o debate é possível, nos esclarecimentos, durante 15 minutos e pode ser utilizada a palavra mais do que uma vez; agora, não pode, a propósito duma iniciativa que é do Grupo Parlamentar do PSD, o Governo utilizar a palavra, não para pedir esclarecimentos ao apresentante da iniciativa, mas para apresentar uma iniciativa que não apresentou.

**Vozes da bancada do PSD:** *Muito bem! Muito bem!*

**O Orador:** Portanto, não é aceitável que o Governo, justificando a sua omissão, queria dizer o que não podia dizer acerca duma iniciativa que está por tomar e o que o Sr. Secretário fez foi uma pseudo apresentação duma iniciativa legislativa que o Governo ainda nem aprovou em Conselho do Governo e isso é inaceitável.

O que é preciso deixar registado é que o Grupo Parlamentar do PSD nesta sessão apresentou uma iniciativa legislativa sobre certificação energética e o Governo nada tem para apresentar ao Parlamento sobre essa matéria e o que o Sr. Secretário fez foi uma apresentação duma inexistência.

Portanto, que não se volte a repetir no debate parlamentar esta habilidade de iniciativa inexistente por parte do Governo.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

**Presidente:** Muito obrigado, Sr. Deputado José Manuel Bolieiro. Agradeço e registo as suas palavras.

Vamos passar ao ponto seguinte da nossa Agenda – **Continuação da apreciação da Proposta de Decreto Legislativo Regional – “Altera o Estatuto da Carreira Docente na Região Autónoma dos Açores, aprovado pelo Decreto Legislativo Regional n.º 21/2007/A, de 30 de Agosto”.**

Estávamos ontem na discussão, na especialidade, da proposta de alteração ao artigo 1.º, englobado no artigo 2.º, da Comissão dos Assuntos Sociais, subscrita pelo Partido Socialista.

Na altura estavam inscritos o Sr. Secretário Regional da Presidência, a Sra. Deputada Cláudia Cardoso, para a sua segunda intervenção, e o Sr. Deputado Helder Silva.

Pergunto se mantêm a sua inscrição ou se prescindem da palavra.

Tem a palavra o Sr. Secretário Regional da Presidência.

(\*) **Secretário Regional da Presidência** (*André Bradford*): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Eu tinha pensado prescindir do uso da palavra, uma vez que ontem teria tido muito mais consequência uma eventual intervenção minha que viria na resposta a algumas das afirmações do Sr. Deputado José Manuel Bolieiro, mas em face do que aqui acabou de se passar eu não vou prescindir da palavra e vou manifestar também a minha indignação pelo facto do Sr. Deputado José Manuel Bolieiro ter aproveitado o debate na especialidade para fazer prolongar o debate na generalidade.

Falou a propósito do artigo 1.º como poderia ter falado a propósito do artigo 17.º, porque era a mesma coisa. O senhor não fez uma referência que fosse ao conteúdo do artigo, o senhor não fez, na sua intervenção, uma análise mínima que fosse àquilo que é proposto. O Sr. Deputado limitou-se a seguir um estratagema parlamentar que foi prolongar na especialidade aquilo que devia ter sido discutido na generalidade.

Portanto, fica também aqui lavrado o nosso incómodo, o nosso desagrado e o nosso protesto em relação a esta matéria.

Muito obrigado.

**Deputado António Marinho** (*PSD*): Não tivessem impedido a discussão na generalidade!

**Presidente:** Muito obrigado, Sr. Secretário Regional da Presidência.

Pergunto à Sra. Deputada Cláudia Cardoso se prescinde da palavra.

**Deputada Cláudia Cardoso (PS):** Prescindo!

Tem a palavra o Sr. Deputado Helder Silva.

(\* **Deputado Helder Silva (PS):** Muito obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Também reflecti um pouco sobre utilizar ou não da palavra que tinha ontem pedido e que vinha no sentido daquilo que foi a intervenção do Sr. Secretário Regional da Presidência.

Naturalmente que a intervenção e as declarações que aqui foram proferidas pelo Sr. Deputado José Manuel Bolieiro, precisamente o mesmo que ontem, abusando das figuras regimentais, no momento em que estávamos a fazer a discussão na especialidade, prolongou a discussão na generalidade, como já aqui foi referido, eu quero acrescentar, Sr. Presidente, que considero esse facto sintomático daquilo que é a posição do Partido Social Democrata relativamente a este diploma.

Eu estou absolutamente convencido que o Partido Social Democrata, não obstante nada ter a acrescentar à discussão na especialidade vai prender-se a pequenos factos divers que tiveram a ver e que se relacionaram com a discussão deste diploma antes de aqui ser trazido para debate.

Era isto que eu queria dizer.

Gostaria de pedir ao Sr. Presidente que faça um esforço, deixo esse apelo, no sentido de manter centrada na especialidade a discussão que a partir de agora vamos ter.

Muito obrigado.

**Presidente:** Muito obrigado pelo seu alerta, Sr. Deputado Helder Silva.

Tem a palavra o Sr. Deputado António Marinho.

(\* **Deputado António Marinho (PSD):** Muito obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Era só para deixar claro aqui uma questão.

Recorrendo ao livrinho,...

**Deputado Artur Lima (CDS/PP):** Isso é como a bíblia!

**O Orador:** A bíblia, exactamente!



... a discussão na generalidade, foi limitada por imposição do Partido Socialista, uma vez que foi exclusivamente o Sr. Presidente do Grupo Parlamentar do Partido Socialista, em Conferência de Líderes, que votou, propôs e impôs a fixação de 1 hora e 45 minutos, limitando a discussão na generalidade e merecendo o desacordo de todos os restantes Grupos e Representações Parlamentares.

**Deputado Rui Ramos (PSD):** *Muito bem!*

**O Orador:** Portanto, se a discussão na generalidade acabou naquele momento foi porque o Partido Socialista assim o impôs, porque o Partido Socialista, nesta como noutras situações, mostra uma perfeito deslumbramento em sentido contrário àquilo que se está a passar aqui e não gosta de ouvir quem apresenta perspectivas contrárias às suas. É, em exclusivo, a imposição do Partido Socialista.

**Deputado José Lima (PS):** Não é verdade!

**Presidente:** Nós temos aqui uma lista de inscritos que necessita de ter alguma ordem. Agradecia que tivessem isso em atenção.

Tem a palavra o Sr. Deputado José Manuel Bolieiro.

(\*) **Deputado José Manuel Bolieiro (PSD):** Muito obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

É de facto inesperado este início de debate para a especialidade.

Creio que o Governo, afinal, confirma hoje o desnorte que trazia ontem e mantém o desnorte na medida em que ainda não percebeu que o que falhou foi o procedimento do Governo, porque quando apresentou aqui uma iniciativa legislativa para alterar o Estatuto da Carreira Docente não cumpriu a sua obrigação legal, ou seja, negociação colectiva para apresentar as propostas. Esse é o desnorte do Governo de ontem.

O desnorte do Governo hoje, confirmando por isso o de ontem, é de que não se pode debater exactamente o processo negocial que faltou ao Governo na sua primeira iniciativa, ...

**Deputada Nélia Amaral (PS):** Não é isso que está em discussão!

**O Orador:** ... que foi depois colocada e que permitiu exactamente a alteração que está prevista no artigo 2º ao próprio Estatuto da Carreira Docente.

**Deputado Hernâni Jorge (PS):** Vire a cassete!

**Deputado Rui Ramos (PSD):** Agora não é cassete, é CD!

**O Orador:** Passamos aos factos e não à fantasia do Partido Socialista, porque no artigo 2º é que está a representação e o procedimento das alterações, quer do Governo, quer as do Partido Socialista no âmbito da Comissão e estas alterações, umas e outras, são uma farsa em matéria procedimental ...

**Deputado Helder Silva (PS):** Concorda ou não com o artigo 1.º?

**Deputada Nélia Amaral (PS):** Se o Sr. Deputado acha que é uma farsa, vote contra!

**O Orador:** ... e é neste momento que deve ser sinalizado como eu sinalizei devidamente quando disse que o Governo na sua proposta não cumpriu a negociação colectiva. A apresentação das propostas de alteração pelo Partido Socialista é uma farsa, porque quem fez a negociação foi o Governo e não foi o Partido Socialista.

**Deputado Helder Silva (PS):** Concorda ou não com o artigo 1.º?

**O Orador:** Por outro lado, Sr. Deputado Helder Silva, o senhor está pouco atento ao que está em discussão, senão veria que se enganou, por estar distraído e não ter feito o trabalho de casa.

O próprio artigo 2º que vem da Comissão e do Governo tem que ser alterado e sabe porquê? Porque, quer o Grupo Parlamentar do PSD, quer o Grupo Parlamentar do PP, quer o Grupo Parlamentar do Partido Socialista, quer a Representação Parlamentar do PCP apresentam propostas de alteração que não vêm contidas no Projecto de Decreto Legislativo que está em discussão e por isso vão ter uma orientação e um debate com recurso ao diploma original e, portanto, o artigo 2º não pode ser votado nos moldes em que está, sem primeiro se apurar que alterações vão acontecer e vão ser aprovadas. Está a perceber, Sr. Deputado?

**Deputado Helder Silva (PS):** Concorda ou não com o artigo 1.º?

**O Orador:** Não estamos a discutir o artigo 1º, estamos a discutir o artigo 2º.

**Deputado Helder Silva (PS):** Estamos a discutir o artigo 1º dentro do artigo 2º.

**O Orador:** Sr. Deputado, eu não dou lições de regimento e, portanto, o senhor não é meu aluno. O que está a dizer é um disparate e por isso não merece resposta.

A verdade é que está em discussão o artigo 2º que tem o conjunto das alterações que se vão colocar e aprovar relativamente ao Estatuto da Carreira Docente.

**Deputado Helder Silva (PS):** Concorda ou não com a alteração ao artigo 1º?

**O Orador:** Na altura própria o Sr. Deputado saberá.

Portanto, o que o senhor quer aqui é manter um desnorte para tentar disfarçar o incumprimento do Governo e a farsa do Partido Socialista, que o senhor patrocinou tendo subscrito como sendo da sua autoria propostas de alteração que não são mais do que o resultado duma negociação da Sra. Secretária com os sindicatos.

Sr. Deputado, o que o senhor hoje espelha neste debate é um grupo parlamentar que encenou uma farsa de autoria nas propostas de alteração, enquanto que os outros grupos parlamentares apresentaram trabalho próprio e não a farsa de fazer suas as propostas e as negociações, em tempo tardio, que o Governo, apesar de tudo, levou a cabo.

**Presidente:** Sr. Deputado, agradeça que concluisse.

**O Orador:** Por outro lado, se o Grupo Parlamentar do PS acusa o ciúme pelo lado do Grupo Parlamentar do PSD, está a olhar ao seu próprio umbigo, porque não foi capaz sequer de ter iniciativa própria, a não ser copiar, como dizia e bem um Deputado do CDS/PP, aquelas que são as propostas resultantes do memorando da negociação colectiva com os sindicatos.

Muito obrigado.

**Presidente:** Muito obrigado, Sr. Deputado José Manuel Bolieiro.

Dou agora a palavra ao Sr. Deputado Artur Lima.

(\* **Deputado Artur Lima (CDS/PP):** Muito obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Apenas para uma nota muito breve, em relação a este debate, e dizer o seguinte:

Quero testemunhar que a bíblia do Sr. Deputado António Marinho está correctíssima e tem que se dizer aqui, para que todos os açorianos saibam, o que, aliás, já vem sendo uma prática, que o Partido Socialista não quis fazer um exaustivo debate sobre um diploma estruturante para a carreira docente.

**Deputado Rui Ramos (PSD):** *Muito bem!*

**O Orador:** O Partido Socialista impôs um tempo global para o debate na generalidade.

Quero dizer também ao Sr. Deputado José Manuel Bolieiro que o senhor está enganado, porque o Partido Socialista não perdeu o desnorte, ele já não tem pontos cardeais, está completamente à deriva...

*(Risos da bancada do PSD)*

... e, apropriando-me de uma proposta da República, eu acho que nos devíamos quotizar e oferecer um GPS ao Grupo Parlamentar do Partido Socialista, e, já agora, um scanner para fazer as cópias para virem sem erros.

Muito obrigado.

**Deputado Rui Ramos (PSD):** *Muito bem!*

**Presidente:** Muito obrigado, Sr. Deputado Artur Lima.

Tem a palavra o Sr. Deputado Rui Ramos.

(\* **Deputado Rui Ramos (PSD):** Sr. Presidente da Mesa, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Eu só quero aqui citar as sábias palavras do meu amigo e colega Deputado Francisco César a propósito de outra coisa, mas acho que o princípio deve valer para tudo.

A imposição que o Partido Socialista fez em limitar o tempo para a discussão na generalidade, tem um propósito que é quererem passar por isso o mais depressa possível.

Mas ouçam as sábias palavras do Sr. Deputado Francisco César:

“A qualidade de uma democracia mede-se, não pela imposição das vontades de uma maioria, mas sim pela forma como tem coragem de respeitar os direitos das minorias.”

**Deputado Berto Messias (PS):** *Muito bem!*

**O Orador:** Sr. Deputado Francisco César, peço-lhe que consiga influenciar a sua bancada e que de futuro estas situações não aconteçam.

Muito obrigado.

**Presidente:** Muito obrigado, Sr. Deputado Rui Ramos.

Tem agora a palavra o Sr. Deputado Paulo Estêvão.

(\* **Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

É para confirmar as palavras do Sr. Deputado António Marinho que, de facto, este debate na generalidade ficou muitíssimo prejudicado devido ao Partido Socialista, fundamentalmente à limitação que impôs.

Para que as pessoas saibam, a Representação do Partido Popular Monárquico só teve direito a 5 minutos na generalidade para discutir esta matéria e essa é uma responsabilidade exclusiva do Partido Socialista que impôs essas restrições e, tanto quanto sei, contra a história deste Parlamento.

Meus senhores, isto é algo que acontece em todos os sistemas políticos e em todos os Governos que vêm que o futuro não lhes é risonho e, portanto, nesse sentido o que tentam é fechar a torneira do diálogo, do pluralismo. É nesse sentido que o Partido Socialista comete um gravíssimo erro em relação a esta matéria.

Portanto, é bom que todos saibam que se existiu, e quero dar aqui o meu testemunho em relação a esta questão, uma limitação em relação ao debate e ao diálogo, essa limitação foi imposta, de forma unilateral, pelo Partido Socialista.

Muito obrigado.

**Presidente:** Muito obrigado, Sr. Deputado Paulo Estêvão.

Tem a palavra o Sr. Deputado Hernâni Jorge.

(\*) **Deputado Hernâni Jorge (PS):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Peço a palavra apenas para fazer um apelo aos Srs. Deputados para que possamos efectivamente discutir neste momento as 80 propostas de alteração que foram aqui apresentadas na especialidade, discutindo uma a uma com frontalidade e sem qualquer limitação de tempo, no interesse dos professores e debatendo aquilo que efectivamente está aqui em questão.

**Deputada Catarina Furtado (PS):** *Muito bem!*

*(Aplausos das bancadas do PS e do Governo)*

**O Orador:** É esse apelo que, em respeito para com os professores, em respeito pelos açorianos, por aqueles que nos elegeram, faço a esta Casa. Deixemo-nos de

expedientes dilatatórios, de quem não quer debater as propostas que temos sobre a mesa, repito, sem qualquer limitação de tempo.

*(Vozes inaudíveis das bancadas da oposição)*

**O Orador:** Espero sinceramente, e vou terminar já, Sr. Presidente e Srs. Deputados, que as oposições que agora reagiram em aparte vejam a razão e debatam o que está efectivamente em questão.

**Vozes da bancada do PS:** *Muito bem! Muito bem!*

*(Aplausos das bancadas do PS e do Governo)*

**Presidente:** Muito obrigado, Sr. Deputado Hernâni Jorge pelo seu apelo.

Tem a palavra o Sr. Deputado Aníbal Pires.

**(\*) Deputado Aníbal Pires (PCP):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs.

Membros do Governo:

Relativamente ao artigo 1º...

*(Aplausos da bancada do PS)*

**O Orador:** Muito obrigado.

... quero dizer que a Representação Parlamentar do PCP votará favoravelmente.

Entretanto, plageando os líderes parlamentares, quero reafirmar que, de facto, e para que todos os açorianos saibam, o Grupo Parlamentar do Partido Socialista limitou efectivamente a discussão na generalidade. É bom que isto se diga, porque isto altera a praxis parlamentar. Já é a segunda vez que acontece e é bom que isto se saiba.

Peço desculpa por ter utilizado a cassete do CDS/PP.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

**Presidente:** Muito obrigado, Sr. Deputado Aníbal Pires.

Temos uma tarde muito longa e julgo que podemos poupar aqui alguns segundos. Os apartes são regimentais, mas faço um apelo a todos, porque nos últimos 20 anos

nunca tivemos um dia com tantas votações como temos hoje e peço aos Srs. Deputados que tenham em consideração esta situação, na certeza porém de não limitar as palavras a qualquer deputado desta Assembleia.

Tem a palavra o Sr. Deputado José Manuel Bolieiro.

(\*) **Deputado José Manuel Bolieiro (PSD):** Muito obrigado, Sr. Presidente.

É apenas para uma interpelação e uma correcção.

Na verdade, a confirmar a razão que o Grupo Parlamentar do PSD tem neste debate, é preciso um esclarecimento ao Deputado Hernâni Jorge, que se justifica pela sua intervenção.

O Sr. Deputado Hernâni Jorge quis que passássemos ao debate a aponta o artigo 1º.

Primeira correcção à sua análise:

Quem tomou a iniciativa de iniciar este debate, nos termos em que ele se fez, foi o Governo e por isso falei e bem em desnorte do Governo, transportado de ontem para hoje e, portanto, as referências que o Sr. Deputado fez têm um alvo, o Governo Regional.

**Deputado António Marinho (PSD):** *Muito bem!*

**O Orador:** Segunda nota: não é o artigo 1º que está em discussão, Sr. Deputado, é preciso clarificá-lo e por isso, isto vale como uma interpelação ao Sr. Presidente da Mesa.

Nós estamos a discutir na especialidade o artigo 2º e, portanto, volto a reconfirmar o desnorte do Grupo Parlamentar do Partido Socialista neste debate. Neste âmbito, tratando-se do debate e da votação do artigo 2º, quero perguntar ao Sr. Presidente em exercício: como pretende fazer o debate e a votação?

**Deputada Catarina Furtado (PS):** Isso ficou decidido ontem!

**O Orador:** Fazendo na globalidade a votação e o debate ao artigo 2º ou procurando fazer o debate aos artigos que o artigo 2º prevê alterar, um a um, no estatuto da Carreira Docente?

Importa este esclarecimento da Mesa, porque o Sr. Deputado Hernâni Jorge não creio que esteja bem por dentro do que está em debate e em votação.

Muito obrigado.

**Presidente:** Agradeço ao Sr. Deputado o seu pedido de esclarecimento e aproveito para esclarecer a metodologia que a Mesa vai implementar na votação.

Vou seguir exactamente a mesma que foi pensada na Conferência de Líderes, que vai ser artigo a artigo, alínea a alínea até ao fim do Estatuto. Foi isto que foi combinado com o Sr. Presidente, Francisco Coelho, e eu vou seguir exactamente a mesma metodologia.

Estamos a falar do artigo 1º, englobado no artigo 2º e temos uma proposta de alteração da Comissão dos Assuntos Sociais, subscrita pelo Partido Socialista.

Eu não estou distraído, Sr. Deputado, mas agradeço o seu pedido de esclarecimento e assim todos ficam a saber a metodologia que vai ser seguida. Espero que estejamos todos atentos para não incorrerem em nenhum erro.

Não havendo mais inscrições, vamos passar à votação e agradeçia algum silêncio para todos perceberem o que vamos votar.

Vamos votar inicialmente a proposta de alteração da Comissão dos Assuntos Sociais, ao artigo 1º, englobado no artigo 2º, subscrita pelo Partido Socialista.

A Sra. Deputada Nélia Amaral pretende usar da palavra para?

**Deputada Nélia Amaral (PS):** Para uma interpelação à Mesa.

**Presidente:** Faça o favor.

**Deputada Nélia Amaral (PS):** Não há nenhuma alteração para o artigo 1º, englobado no artigo 2º, vindo da Comissão. Temos que votar o artigo 1º da Proposta de Decreto Legislativo Regional, que não tem nenhuma proposta de alteração.

**Presidente:** Assim sendo, vamos votar o artigo 1º englobado no artigo 2º.

Os Srs. Deputados que concordam, por favor mantenham-se como se encontram.

Os Srs. Deputados que se abstêm, façam o favor de se sentar.

**Secretário:** O artigo 1º foi aprovado com 29 votos a favor do PS, 16 votos a favor do PSD, 5 votos a favor do CDS/PP, 1 voto a favor do PCP, 1 voto a favor do PPM e 2 abstenções do BE.

**Presidente:** Passamos de imediato para a proposta de alteração do PCP para o artigo 13º, englobado no artigo 2º.

Estão abertas as inscrições.

Tem a palavra o Sr. Deputado Aníbal Pires.



(\*) **Deputado Aníbal Pires (PCP)**: Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

A proposta que fazemos relativamente à alteração da alínea c) do artigo 13º, no âmbito no artigo 2º do Estatuto, tem apenas a ver com uma questão que, parecendo ser de pormenor, consideramo-la importante, uma vez que tem a ver com o reconhecimento por este Parlamento e pela Região, não só da relevância social da profissão docente, mas sobretudo e também pelo desgaste físico e psicológico inerente ao desempenho desta função e que, com certeza, os deputados que aqui estão presentes, que têm como profissão originária a docência, têm disso consciência.

Muito obrigado.

**Presidente:** Muito obrigado, Sr. Deputado Aníbal Pires.

Tem a palavra a Sra. Deputada Cláudia Cardoso.

(\*) **Deputada Cláudia Cardoso (PS)**: Sr. Presidente em exercício, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

É para dar conta da posição do Partido Socialista nesta questão.

Efectivamente a alteração proposta à alínea c) pelo Partido Comunista não terá acolhimento por parte do PS, porque nós entendemos que esta é uma visão excessivamente miserabilista daquilo que é a dignificação da carreira docente. Do nosso ponto de vista não passa efectivamente por aqui.

Nós reconhecemos haver um desgaste que é próprio da profissão como, aliás, é próprio de qualquer profissão e, portanto, não há especificidade nesta matéria que nos leve a apoiar a inclusão deste reconhecimento através da alínea que é proposta pelo PCP.

**Presidente:** Muito obrigado, Sra. Deputada.

Tem agora a palavra o Sr. Deputado Paulo Rosa.

(\*) **Deputado Paulo Rosa (CDS/PP)**: Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Uma breve nota apenas para dizer que nós subscrevemos a proposta do PCP, porque entendemos que, de facto, não podemos alienar que o desgaste específico da profissão docente seja consagrado no estatuto.

Muito obrigado.

**Presidente:** Muito obrigado, Sr. Deputado Paulo Rosa.

Tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Estêvão.

**Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

É para dizer que, em relação à proposta do Partido Comunista, estou completamente de acordo.

Não acho que seja nenhuma visão miserabilista. É, de facto, uma proposta que tem a ver com a dignidade da carreira docente e o que ela significa do ponto de vista do desgaste físico e psicológico que é evidente.

A Sra. Deputada Cláudia Cardoso se calhar já esqueceu o que isto significa, mas eu não, porque ainda há três meses atrás estava a dar aulas.

Muito obrigado.

**Presidente:** Muito obrigado, Sr. Deputado Paulo Estêvão.

Não havendo mais inscrições, vamos passar à votação da proposta de alteração ao artigo 13º, englobado no artigo 2º, apresentada pelo PCP.

Os Srs. Deputados que concordam, por favor mantenham-se como se encontram.

Os Srs. Deputados que votam contra, façam o favor de se sentar.

Os Srs. Deputados que se abstêm, façam o favor de se sentar.

**Secretário:** A proposta de alteração foi rejeitada com 29 votos contra do PS, 15 votos a favor do PSD, 5 votos a favor do CDS/PP, 1 voto a favor do PCP, 1 voto a favor do PPM e 2 abstenções do BE.

**Presidente:** Uma vez que a proposta de alteração ao artigo 13º foi rejeitada, dispensa a votação do artigo 13º, englobado no artigo 2º.

Passamos agora à proposta de alteração ao artigo 23º, englobado no artigo 2º, da Comissão de Assuntos Sociais, subscrita pelo Partido Socialista.

Estão abertas as inscrições.

Tem a palavra a Sra. Deputada Graça Teixeira.

(\*) **Deputada Graça Teixeira (PS):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

A nossa proposta de alteração ao artigo 23º, relativa à formação especializada, tem como referência o nº 3.

A regulamentação dos perfis de formação para o exercício de cargos, actividades e funções, no âmbito do sistema educativo regional, bem como a acreditação dos cursos de formação especializada, pode ser fixada por despacho do membro do Governo Regional competente em matéria de educação, ouvidas, no que se refere à regulamentação dos perfis de formação, as organizações sindicais representativas do pessoal docente.

Com este aditamento ao ponto que já aqui tínhamos, em nosso entender, apenas estamos a ouvir mais uma vez a opinião dos sindicatos, em relação à formação especializada, tal como era sugerido e pedido pelas escolas.

Muito obrigada.

**Presidente:** Muito obrigado, Sra. Deputada.

Não havendo mais inscrições, vamos passar à votação da proposta de alteração ao artigo 23º, englobado no artigo 2º, da Comissão dos Assuntos Sociais, subscrita pelo Partido Socialista.

Os Srs. Deputados que concordam, por favor mantenham-se como se encontram.

Os Srs. Deputados que se abstêm, façam o favor de se sentar.

**Secretário:** A proposta de alteração foi aprovada com 29 votos a favor do PS, 15 votos a favor do PSD, 5 votos a favor do CDS/PP, 1 voto a favor do PCP, 1 voto a favor do PPM e 2 abstenções do BE.

**Presidente:** Aprovada a proposta de alteração, vamos votar agora o artigo 23º, englobado no artigo 2º.

O Sr. Deputado José Manuel Bolieiro deseja usar da palavra para?

**Deputado José Manuel Bolieiro (PSD):** Para uma interpelação à Mesa.

**Presidente:** Tem a palavra.

(\*) **Deputado José Manuel Bolieiro (PSD):** Sr. Vice-Presidente, eu compreendo que esta confusão pode surgir mais do que uma vez. No entanto, como nós estamos a fazer uma alteração, votando a que resulta da Comissão, que acaba por ser um texto de substituição à proposta de alteração do Governo, o restante artigo, estando como está aprovado e em vigor no decreto de 2007, não carece de votação agora.

Nós votamos apenas a alteração que a Comissão faz à proposta do Governo, que vale como texto de substituição e, portanto o restante artigo não carece de votação, porque ele está, efectivamente, em vigor e resulta do decreto de 2007.

Isto vai acontecer mais vezes durante a votação deste diploma.

**Presidente:** Muito obrigado pelo seu esclarecimento, mas a minha interpretação é esta: havendo uma proposta de alteração e aprovada, depois temos que votar novamente o artigo.

Tem a palavra o Sr. Deputado José Manuel Bolieiro.

(\* **Deputado José Manuel Bolieiro (PSD):** Sr. Presidente em exercício, se reparar e atender, recapitulando o que acabei de dizer, a Proposta de Decreto Legislativo Regional, que deu entrada por iniciativa do Governo, apenas altera o nº 3 do artigo e mantém todo o restante.

O que nós aprovámos foi a proposta de alteração da Comissão, subscrita pelo Partido Socialista, que vale como substituição à proposta do Governo.

**Presidente:** Mais uma vez muito obrigado ao Sr. Deputado José Manuel Bolieiro.

Passamos agora para a proposta de alteração da Comissão dos Assuntos Sociais, subscrita pelo Partido Socialista, ao artigo 31º, englobado no artigo 2º.

Tem a palavra a Sra. Deputada Graça Teixeira.

(\* **Deputada Graça Teixeira (PS):** Muito obrigada, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputado, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Relativamente ao artigo 31º, relevância dos créditos obtidos na formação contínua, salvaguardando mais uma vez os interesses dos professores, o nº 4 diz o seguinte. “Sempre que o número de créditos adquiridos pelo docente num determinado escalão exceda, no equivalente, a pelo menos uma unidade de crédito, o necessários para progressão na carreira, ser-lhe-á creditada, na formação realizada no escalão seguinte, uma unidade de crédito adicional”.

Salvaguardamos assim toda a formação e todos os créditos adquiridos, resultantes dessa formação.

Muito obrigada.

**Presidente:** Tem a palavra o Sr. Deputado Artur Lima.

(\* **Deputado Artur Lima (CDS/PP)**: Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo.

É para dizer que o CDS/PP votará naturalmente a favor da proposta da Comissão, mas eu queria fazer um pedido à Sra. Deputada Graça Teixeira, que é o seguinte: poupe-nos e dispense-nos da leitura, porque todos nós fizemos a 4ª classe ainda em bom tempo e sabemos ler o que está aqui escrito.

Poupe-nos um bocadinho.

Muito obrigado.

**Presidente**: Obrigado, Sr. Deputado Artur Lima.

Tem novamente a palavra a Sr. Deputada Graça Teixeira.

(\* **Deputada Graça Teixeira (PS)**: Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

É só para responder ao Sr. Deputado do Partido Popular Artur Lima.

Eu também queria poupá-los na interpretação. Daí que, como estavam com tanta dificuldade em interpretar a acção do nosso Grupo Parlamentar, achei que também teriam dúvidas na leitura.

Muito obrigada.

*(Aplausos das bancadas do PS e do Governo)*

**Presidente**: Obrigado, Sra. Deputada Graça Teixeira.

Tem a palavra o Sr. Deputado Artur Lima.

(\* **Deputado Artur Lima (CDS/PP)**: Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. Deputada:

Nós não temos nenhuma dificuldade em interpretar aquilo que foi, como já aqui foi dito, uma farsa. Não tivemos nenhuma dificuldade e para nós foi claro e transparente, agora o que nós temos dificuldade em compreender, Sra. Deputada, se me permite o atrevimento, é os putativos secretários, ou candidatos ao lugar, não terem feito o seu trabalho e não serem competentes.

**Deputado Catarina Furtado (PS)**: Isso foi baixinho!

**O Orador**: Disso é que nós não temos dúvidas.

A senhora devia ter cuidadinho quando faz essas acusações.

Eu refiro-me a notícias públicas em que se ventilava determinados nomes e, portanto, não fui eu que os inventei.

**Deputada Catarina Furtado (PS):** Não deixa de ser deselegante!

**Deputado Domingos Cunha (PS):** Fica feio!

**O Orador:** Ouçam, Srs. Deputados.

Como a Sra. Deputada fez uma interpretação livre, no seu direito de a fazer, eu também me sinto no direito de fazer as interpretações livres sobre o que bem entender.

Muito obrigado.

**Presidente:** Não havendo mais inscrições, vamos passar à votação da proposta de alteração ao artigo 31º, englobado no artigo 2º, da Comissão dos Assuntos Sociais e subscrita pelo Partido Socialista.

Os Srs. Deputados que concordam, por favor mantenham-se como se encontram.

Os Srs. Deputados que se abstêm, façam o favor de se sentar.

**Secretário:** A proposta de alteração foi aprovada com 29 votos a favor do PS, 15 votos a favor do PSD, 5 votos a favor do CDS/PP, 1 voto a favor do PCP, 1 voto a favor do PPM e 2 abstenções do BE.

**Presidente:** Sendo aprovada a proposta de alteração da Comissão, a proposta de alteração apresentada pelo PCP fica prejudicada.

O Sr. Deputado deseja a palavra para?

**Deputado Aníbal Pires (PCP):** Para interpelar a Mesa.

**Presidente:** Tem a palavra.

(\*) **Deputado Aníbal Pires (PCP):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados.

Eu preciso dum esclarecimento.

Já foi votada e aprovada a proposta de alteração da Comissão, subscrita pelo PS, ao artigo 31º.

Eu preciso de ser esclarecido, porque o âmbito da proposta de alteração do PCP é diferente do âmbito da proposta do Partido Socialista. Aliás, como se viu, eu votei a proposta do Partido Socialista.

**Deputada Catarina Furtado (PS):** A proposta do PCP é sobre o mesmo número.

**Presidente:** Sr. Deputado Aníbal Pires, agradecia que terminasse.

**O Orador:** Já estou esclarecido, Sr. Presidente.

Obrigado.

**Presidente:** Fico agradecido pela dispensa do meu esclarecimento e da minha leitura do Regimento.

O Sr. Deputado Paulo Estêvão deseja a palavra para?

**Deputado Paulo Estêvão (PPM):** É para pedir um intervalo regimental de 15 minutos.

**Presidente:** Está concedido um intervalo de 15 minutos.

*(Eram 16 horas e 10 minutos)*

**Presidente:** Srs. Deputados, agradecia que ocupassem os vossos lugares para retomarmos os nossos trabalhos.

*(Eram 16 horas e 25 minutos)*

Já temos quórum, mas, por uma questão de tolerância democrática, vamos esperar mais um pouco pelos restantes deputados, porque estamos no período de votações.

*(Pausa)*

Srs. Deputados, vamos prosseguir com os nossos trabalhos.

Vamos passar à proposta de eliminação do artigo 38º, englobado no artigo 2º, apresentada pelo Partido Socialista.

Estão abertas as inscrições.

Tem a palavra a Sra. Deputada Cláudia Cardoso.

**(\*) Deputada Cláudia Cardoso (PS):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

É apenas para explicar esta proposta de eliminação, apresentada pelo Partido Socialista.

A proposta que veio do Governo, e que deu entrada na Assembleia em Dezembro, continha uma redacção que eliminava a questão relacionada com o concurso interno, que nós queremos manter e, portanto, eliminando o artigo 38º, queremos que se mantenha a redacção original do Decreto Legislativo Regional nº 21/2007/A, que está em vigor.

Obrigada.

**Presidente:** Muito obrigado, Sra. Deputada Cláudia Cardoso.

Não havendo mais inscrições, vamos passar à votação da proposta de eliminação do artigo 38º, englobado no artigo 2º, apresentada pelo PS.

Os Srs. Deputados que concordam, por favor mantenham-se como se encontram.

Os Srs. Deputados que discordam, façam o favor de se sentar.

Os Srs. Deputados que se abstêm, façam o favor de se sentar.

**Secretário:** A proposta de eliminação foi aprovada com 29 votos a favor do PS, 1 voto a favor do PCP, 1 voto contra do CDS/PP, 11 abstenções do PSD, 2 abstenções do BE e 1 abstenção do PPM.

**Presidente:** Vamos passar agora à proposta de alteração ao artigo 42º, englobado no artigo 2º, apresentada pelo PCP.

Estão abertas as inscrições.

Tem a palavra o Sr. Deputado Aníbal Pires.

(\*) **Deputado Aníbal Pires (PCP):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Esta proposta de alteração prende-se com a importância que tem, para a Representação do PCP, a caracterização do posto de trabalho e daí propormos que seja considerado, em particular, o quadro de escola, porque para qualquer trabalhador, nomeadamente para os docentes, a sua vinculação a um posto de trabalho, bem caracterizado, é fundamental para o desempenho das suas competências profissionais.

Muito obrigado.

**Presidente:** Obrigado, Sr. Deputado.

Tem a palavra a Sra. Deputada Graça Teixeira.



(\* **Deputada Graça Teixeira (PS)**: Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Para esclarecer por que é que o nosso Grupo Parlamentar vota contra esta proposta de alteração.

Estamos contra esta proposta, porque tudo se resume a uma simples frase: o quadro de pessoal docente deve pertencer a uma unidade orgânica e, como sabemos, estamos a preservar, nesta situação, a gestão atempada dos recursos humanos e a questão dos alunos terem sempre presente um professor aquando da falta de um outro professor.

Muito obrigada.

**Presidente:** Muito obrigada, Sra. Deputada Graça Teixeira.

Não havendo mais inscrições, vamos passar à votação da proposta de alteração ao artigo 42º, englobado no artigo 2º, apresentada pelo PCP.

Os Srs. Deputados que concordam, por favor mantenham-se como se encontram.

Os Srs. Deputados que discordam, façam o favor de se sentar.

Os Srs. Deputados que se abstêm, façam o favor de se sentar.

**Secretário:** A proposta de alteração foi rejeitada com 29 votos contra do PS, 5 votos a favor do CDS/PP, 1 voto a favor do PCP, 1 voto a favor do PPM, 16 abstenções do PSD e 2 abstenções do BE.

**Presidente:** Vamos passar agora à proposta de alteração ao artigo 44º, englobada no artigo 2º, apresentada pelo PCP.

Estão abertas as inscrições.

Tem a palavra o Sr. Deputado Aníbal Piões.

(\* **Deputado Aníbal Piões (PCP)**: Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Esta proposta de alteração visa, no fundo, adequar o cálculo à realidade.

Eu hoje acedi ao relatório da Inspeção Regional da Educação e aquilo que verificamos é que, na maior parte das escolas, os grupos e as turmas rondam os 20 alunos.

Penso que os quadros deviam ter em consideração esta realidade.

As turmas até 25 alunos verificam-se, no essencial, no ensino secundário. Nos outros níveis de ensino a nossa realidade é bem diferente e como tal devíamos adequar a legislação à realidade que temos.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

**Presidente:** Obrigado, Sr. Deputado.

Tem a palavra a Sra. Deputada Graça Teixeira.

(\*) **Deputada Graça Teixeira (PS):** Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

É para um esclarecimento em relação ao nosso sentido de voto.

Atendendo a que os quadros de escola estão a ser reajustados, atendendo à construção de cada vez mais e melhores escolas, não há necessidade de reduzirmos a turma padrão dos 25 alunos para 20.

Além disso há um outro compromisso da Sra. Secretária, já assumido publicamente, em relação ao pré-escolar, da turma padrão ser de 20 alunos.

**Deputado Aníbal Pires (PCP):** Os dados estão aqui!

**A Oradora:** Sr. Deputado, eu também tenho os dados estatísticos e todos verificamos e conhecemos a turma padrão de 25 alunos, não sendo a referência de 20 alunos, como aqui propõe o Sr. Deputado, havendo o compromisso de no pré-escolar a turma ser de 20 alunos.

Muito obrigada.

**Presidente:** Muito obrigado, Sra. Deputada.

Não havendo mais inscrições, vamos passar à votação da proposta de alteração ao artigo 44º, englobado no artigo 2º, apresentada pelo PCP.

Os Srs. Deputados que concordam, por favor mantenham-se como se encontram.

Os Srs. Deputados que votam contra, façam o favor de se sentar.

Os Srs. Deputados que se abstêm, façam o favor de se sentar.

**Secretário:** A proposta de alteração foi rejeitada com 20 votos contra do PS, 16 votos a favor do PSD, 5 votos a favor do CDS/PP, 1 voto a favor do PCP, 1 voto a favor do PPM e 2 abstenções do BE.

**Presidente:** Passamos agora à proposta de alteração da Comissão dos Assuntos Sociais, subscrita pelo PS, ao artigo 46º, englobado no artigo 2º.

Estão abertas as inscrições.

Tem a palavra a Sra. Deputada Graça Teixeira.

**(\*) Deputada Graça Teixeira (PS):** Muito obrigada, Sr. Presidente. Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

O artigo 46º reduz para três anos o período probatório dos docentes que tenham exercido funções em outros grupos que não o seu grupo de referência, ou seja, fica suprido o efeito para conversão de nomeação provisória em nomeação definitiva de 5 para 3.

Muito obrigada.

**Presidente:** Muito obrigado, Sra. Deputada Graça Teixeira.

Não havendo mais inscrições, vamos passar à votação da proposta de alteração da Comissão dos Assuntos Sociais, subscrita pelo PS, ao artigo 46º, englobado no artigo 2º.

Os Srs. Deputados que concordam, por favor mantenham-se como se encontram.

Os Srs. Deputados que se abstêm, façam o favor de se sentar.

**Secretário:** A proposta de alteração foi aprovada com 29 votos a favor do PS, 17 votos a favor do PSD, 5 votos a favor do CDS/PP, 1 voto a favor do PCP, 1 voto a favor do PPM e 2 abstenções do BE.

**Presidente:** Passamos agora às propostas de alteração ao artigo 47º, englobado no artigo 2º, uma para o nº 6, apresentada pela Comissão dos Assuntos Sociais e outra para o nº 5, apresentada pelo PCP.

Estão abertas as inscrições.

Tem a palavra o Sr. Deputado Aníbal Pires.

**Deputado Aníbal Pires (PCP):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Relativamente a esta proposta de alteração em que propomos a eliminação do nº 5 e uma proposta de alteração ao anterior nº 6...

**Presidente:** Sr. Deputado, há uma proposta de eliminação ao nº 5 e há duas propostas de alteração ao anterior nº 6, uma da Comissão e outra do PCP.

Estamos a falar agora só do nº 5, do artigo 47º, englobado no artigo 2º. Não vamos misturar as coisas, porque a metodologia tem de ser rigorosa.

Para interpelar a Mesa tem a palavra a Sra. Deputada Cláudia Cardoso.

**Deputada Cláudia Cardoso (PS):** Em penso que a metodologia mais correcta seria votar a proposta que vem da Comissão, porque é a primeira a entrar. Tem uma alteração ao nº 6 do artigo 47º, bem como o PCP também tem uma proposta de alteração.

Se nós votarmos primeiro a da Comissão, fica prejudicada a do PCP e seguidamente podíamos votar o nº 5 do mesmo artigo.

**Presidente:** Assim sendo, vamos em primeiro lugar debater e votar a proposta de alteração que vem da Comissão de Assuntos Sociais, subscrita pelo PS, ao artigo 47º, englobado no artigo 2º.

Estão abertas as inscrições.

Não havendo inscrições, vamos votar a proposta de alteração do nº 6, do artigo 47º, apresentada pela Comissão de Assuntos Sociais.

Os Srs. Deputados que concordam, por favor mantenham-se como se encontram.

Os Srs. Deputados que discordam, façam o favor de se sentar.

Os Srs. Deputados que se abstêm, façam o favor de se sentar.

**Secretário:** A proposta de alteração foi aprovada com 29 votos a favor do PS, 17 votos a favor do PSD, 1 voto a favor do PPM, 5 votos contra do CDS/PP, 1 voto contra do PCP e 2 abstenções do BE.

**Presidente:** Como a proposta de alteração do PCP para o nº 6 fica prejudicada, passamos à proposta de alteração do nº 5 do artigo 47º, englobado no artigo 2º, apresentada pelo PCP.

Estão aberta as inscrições.

Tem a palavra o Sr. Deputado Aníbal Pires.

**Deputado Aníbal Pires (PCP):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

É para nós de difícil compreensão que a obtenção de uma menção qualitativa positiva leve a um impedimento com a dimensão que o nº 5º do artigo 47º prevê. É apenas a eliminação deste nº 5.

Muito obrigado.

**Presidente:** Tem a palavra a Sra. Deputada Cláudia Cardoso.

(\* **Deputada Cláudia Cardoso (PS)**: Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

É para justificar a posição do Partido Socialista em relação a esta proposta de alteração ao nº 5, apresentada pelo PCP.

Como todos sabem no nosso diploma a menção de Regular, embora tendo um valor quantitativo positivo, não dá progressão na carreira, é necessário ter o Bom e daí a incoerência desta proposta.

Entendemos que a menção de Regular tenha que ter uma penalização que, sendo embora mais favorável que a do Insuficiente, tenha a penalização que efectivamente já tem e não vemos que a eliminação seja apropriada neste caso.

Obrigada.

**Presidente:** Tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Rosa.

(\* **Deputado Paulo Rosa (CDS/PP)**: Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Uma breve nota, até porque temos artigos para votar, para dizer que nós subscrevemos mais uma vez a proposta do PCP, porque para nós não faz sentido que, sendo o Regular uma menção positiva, acarrete consequências negativas. Não faz qualquer tipo de sentido.

Esta é a leitura que nós fazemos dessa situação e temos sido coerentes com este princípio desde o início.

Muito obrigado.

**Presidente:** Não havendo mais inscrições, vamos passar à votação da proposta de alteração para o nº 5, do artigo 47º, englobado no artigo 2º, apresentada pelo PCP.

Os Srs. Deputados que concordam, por favor mantenham-se como se encontram.

Os Srs. Deputados que discordam, façam o favor de se sentar.

Os Srs. Deputados que se abstêm, façam o favor de se sentar.

**Secretário:** A proposta de alteração foi rejeitada com 29 votos contra do PS, 5 votos a favor do CDS/PP, 1 voto a favor do PCP, 1 voto a favor do PPM, 18 abstenções do PSD e 2 abstenções do BE.

**Presidente:** Vamos passar de imediato à proposta de alteração ao artigo 48º, englobado no artigo 2º, apresentada pelo PCP.

Estão abertas as inscrições.

Tem a palavra o Sr. Deputado Aníbal Pires.

**Deputado Aníbal Pires (PCP):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Esta proposta de alteração visa também repor alguma justiça, para que ao fim do período probatório os efeitos sejam produzidos imediatamente no mês seguinte, ao invés daquilo que está no texto estatutário, que remete para 1 de Setembro.

Obrigado.

**Presidente:** Não havendo mais inscrições vamos passar à votação da proposta de alteração ao artigo 48º, englobado no artigo 2º, apresentada pelo PCP.

Os Srs. Deputados que concordam, por favor mantenham-se como se encontram.

Os Srs. Deputados que discordam, façam o favor de se sentar.

Os Srs. Deputados que se abstêm, façam o favor de se sentar.

**Secretário:** A proposta de alteração foi rejeitada com 29 votos contra do PS, 18 votos a favor do PSD, 5 votos a favor do CDS/PP, 1 voto a favor do PCP, 1 voto a favor do PPM e 2 abstenções do BE.

**Presidente:** Vamos passar de imediato à proposta de alteração ao artigo 60º, englobado no artigo 2º, apresentada pelo PCP.

Estão abertas as inscrições.

Tem a palavra o Sr. Deputado Aníbal Pires.

(\*) **Deputado Aníbal Pires (PCP):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Esta proposta de alteração visa repor também alguma justiça na ordenação dos candidatos para as necessidades remanescentes.

Consideramos que o primeiro critério para a ordenação dos candidatos deve ser a sua graduação profissional, aduzindo as demais condições que são legalmente exigidas.

Muito obrigado.

**Presidente:** Tem a palavra a Sra. Deputada Cláudia Cardoso.

(\*) **Deputada Cláudia Cardoso (PS):** Obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Apenas para dar nota de que o Partido Socialista entende que a redacção que tem actualmente é, de facto, a mais justa, aquela que permite que os conhecimentos científicos tenham mais valor neste caso e se sobreponham.

Portanto, consideramos que a introdução desta alínea a) do Partido Comunista não faz sentido.

**Presidente:** Muito obrigado, Sra. Deputada.

Não havendo mais inscrições vamos colocar à votação a proposta de alteração ao artigo 51º, englobado no artigo 2º, apresentada pelo PCP.

Os Srs. Deputados que concordam, por favor mantenham-se como se encontram.

Os Srs. Deputados que discordam, façam o favor de se sentar.

Os Srs. Deputados que se abstêm, façam o favor de se sentar.

**Secretário:** A proposta de alteração foi rejeitada com 29 votos contra do PS, 18 abstenções do PSD, 5 abstenções do CDS/PP, 2 abstenções do BE, 1 voto a favor do PCP e 1 voto a favor do PPM.

**Presidente:** Vamos passar agora à proposta de alteração ao artigo 60º, englobado no artigo 2º, apresentada pelo PCP.

Estão abertas as inscrições.

Tem a palavra o Sr. Deputado Aníbal Pires.

(\*) **Deputado Aníbal Pires (PCP):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Esta proposta de alteração visa considerar que, para o exercício do apoio educativo, os docentes só possam ser do sector ao nível de ensino para o qual têm habilitação profissional, para acabar com alguma anarquia na gestão dos recursos humanos na afectação aos apoios educativos.

**Presidente:** Muito obrigado, Sr. Deputado Aníbal Pires.

Tem agora a palavra a Sra. Deputada Graça Teixeira.

(\*) **Deputada Graça Teixeira (PS):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Mais uma vez um esclarecimento e manifestar o nosso sentido de voto em relação a esta proposta de alteração.

Estamos a falar de funções específicas dos professores de apoio educativo e sentimos que um professor de apoio educativo numa unidade orgânica não tem forçosamente que ser do mesmo sector ou nível de ensino, salvaguardando sempre o interesse do aluno. Tem que ser respeitada a sua vontade e a vontade das famílias que o mandam à escola.

Estamos a falar numa escola básica integrada e recursos humanos que são caros a todos nós.

Muito obrigada.

**Presidente:** Obrigado, Sra. Deputada Graça Teixeira.

Tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Estêvão.

(\*) **Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Em penso que a apreciação que a Sra. Deputada do Partido Socialista fez em relação a esta proposta de alteração, do PCP, demonstra bem qual é a política educativa deste Governo.

Os senhores referem que são por uma escola de exigência, são por uma escola de preparação específica e são por uma escola, que não é uma escola do faz de conta, é uma escola que potencia, de facto, a aprendizagem dos alunos. Não é uma escola para entreter os alunos, é uma escola para que eles, nestes apoios educativos, possam aprender e possam potenciar as suas actividades. Ora, isso exige que o professor tenha essa preparação específica.

Portanto, eu não percebo o tipo de argumentação que foi desenvolvida e considero que é bem a imagem do professor que o Partido Socialista quer exteriorizar, que é a imagem do professor que serve para tudo e serve até para, se for necessário, fazer uma vigilância nos corredores, para fazer um tipo de serviço para o qual não está preparado e não valorizando as aptidões profissionais, não valorizando a preparação científica do professor.

O que fica aqui manifestado é que esta é uma proposta que tenta valorizar e projectar a preparação específica, a preparação académica do professor exactamente naquela área em que o professor pode fazer esta substituição.



Isto é uma substituição ad hoc, é evidente que isto não funciona e é por isso que continuamos, depois destas propostas todas, destas alterações e desta política educativa de 12 anos, a ter os piores resultados da Europa em relação ao nosso sistema de ensino, exactamente porque não se valorizam os recursos humanos na verdadeira acepção da palavra.

Em relação à intervenção da Sra. Deputada, quero dizer-lhe que não esperava isso de si e acho lamentável que o tivesse feito.

Muito obrigado.

**Presidente:** Muito obrigado, Sr. Deputado Paulo Estêvão.

Tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Rosa.

(\* **Deputado Paulo Rosa (CDS/PP):** Obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Uma breve nota para corroborar o que o Sr. Deputado Paulo Estêvão acabou de dizer e acrescentar que a visão que a Sra. Deputada Graça Teixeira passou da posição do Partido Socialista, é bem reveladora do carácter economicista que preside a tudo isto.

Muito obrigado.

**Deputado Artur Lima (CDS/PP):** *Muito bem!*

**Presidente:** Muito obrigado, Sr. Deputado Paulo Rosa.

Tem agora a palavra a Sra. Deputada Graça Teixeira.

(\* **Deputada Graça Teixeira (PS):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Eu julgo que não fui clara na minha explicação.

Estamos a falar em funções específicas dos professores de apoio educativo; estamos a falar em professores de apoio educativo.

Essa é a questão que aqui está e nenhum professor merece mais respeito do que aquele que eu tenho por toda esta classe.

Por essa razão e pelo respeito que me merece esta classe docente, pelo respeito que temos pela escola, pelo respeito que me merecem os alunos e pelo respeito que temos pela assiduidade do pessoal docente, nós sentimos, e esta é a questão principal, que as funções de apoio educativo devem estar sempre salvaguardadas aquando da ausência imprevista de um professor.

Obrigada.

**Presidente:** Obrigado, Sra. Deputada Graça Teixeira.

Tem a palavra o Sr. Deputado Artur Lima.

(\* **Deputado Artur Lima (CDS/PP):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados:

É só para um esclarecimento muito breve.

Estamos aqui a falar de alunos que têm dificuldades e esses alunos precisam, obviamente, de um professor que esteja melhor preparado para os apoiar na respectiva área.

**Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Exactamente! Apoiado!

**O Orador:** Quando se fala de formação dos professores, nos respectivos ciclos, de qualificação profissional, e em que aquele Governo e esse Grupo Parlamentar encham a boca, vem-se buscar, por exemplo, segundo eu entendo, sendo um leigo na matéria, um professor do III Ciclo para vir dar apoio a um miúdo do I Ciclo.

Tudo isto parece-me completamente esdrúxulo, e para usar um termo que já aqui foi usado várias vezes, parece-me que a farsa continua e é lamentável que a Sra. Deputada tenha apenas preocupações economicistas e de poupança na gestão daquilo que faz falta na Região Autónoma dos Açores, em detrimento de professores e profissionais qualificados, em detrimento da educação e de alunos com dificuldades. Se queremos aumentar, melhorar e termos excelência no nosso ensino, tem que ser com profissionais altamente qualificados.

Aí, Sra. Deputada, poupe-me, mas não podemos poupar.

Muito obrigado.

**Deputado Paulo Estêvão (PPM):** *Muito bem!*

**Presidente:** Obrigado, Sr. Deputado Artur Lima.

Tem agora a palavra a Sra. Deputada Graça Teixeira.

(\* **Deputada Graça Teixeira (PS):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Eu gostaria de fazer aqui também um esclarecimento para quem nos está a ouvir fora deste plenário.

*(Aparte inaudível do Sr. Deputado Aníbal Pires)*

**A Oradora:** Desculpe, quem costuma fazer essa propaganda é o Sr. Deputado.

Há famílias que nos ouvem e nos vêem *online* e por isso mesmo utilizando e falando para essas famílias que nos vêem e nos ouvem, precisamos dum esclarecimento e um esclarecimento que se registre.

Julgo que aqui merece um esclarecimento e uma leitura, porque parece-me que não estamos todos a falar da mesma coisa e para quem nos está a ouvir e que não é professor, vou ler o artigo 60º e a proposta de alteração para todos ficarem a saber o que são, de facto, funções específicas dos professores de apoio educativo:

“1 - Para além das funções genéricas constantes do artigo anterior, compete especificamente aos professores de apoio educativo, designadamente:

a) Apoiar, em ambiente lectivo ou fora dele, a actividade dos docentes a quem esteja atribuída a leccionação de uma turma;

b) Executar as tarefas de natureza técnico-pedagógica específicas que, no âmbito do modelo de apoio educativo da unidade orgânica, constarem no seu projecto educativo;

c) Substituir nas suas faltas e impedimentos os docentes a quem estejam atribuídas turmas;

d) Coordenar, participar ou apoiar as actividades de natureza curricular e extracurricular realizadas no âmbito do modelo de apoio educativo da unidade orgânica;

e) Executar as demais tarefas de natureza técnico-pedagógica de que sejam incumbidos no âmbito da execução do modelo de apoio educativo da unidade orgânica.

2 - Os professores de apoio educativo nas escolas básicas integradas não estão afectos a qualquer dos estabelecimentos de educação e ensino nelas integrados.

3 - No exercício das suas funções, os professores de apoio educativo podem, por decisão do conselho executivo da unidade orgânica, ser deslocados, a todo o tempo, para qualquer dos estabelecimentos de educação e ensino nela integrados.”

Nós apenas falamos em professores de apoio que estarão para apoiar um ou outro professor que naquele momento não pode ou não foi capaz de, a todo o tempo, recuperar o aluno ou os restantes alunos de que fazemos aqui referência.

Muito obrigada.

**Presidente:** Muito obrigado, Sra. Deputada Graça Teixeira.

Dou agora a palavra à Sra. Deputada Cláudia Cardoso.

(\*) **Deputada Cláudia Cardoso (PS):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

É para também dar um esclarecimento neste debate.

É claro que nós percebemos aqui que há uma divisão óbvia de posições.

Em primeiro lugar a pergunta que se deve fazer, e que os senhores já devem ter feito, é: O que é ser professor? Ser professor implica muito mais do que dar aulas só aos seus alunos, só da área disciplinar que conhecem, só do nível de ensino a que estão habituados.

Os Srs. sabem muito bem que a definição de professor abarca, e ainda bem e todos nos orgulhamos disso, muito mais do que isso e, portanto, isso parece-me incongruente aquilo que aqui defendem, vir aqui reconhecer que os professores não têm capacidade para dar apoio a alunos que não são do seu nível de ensino.

**Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Não é verdade!

**A Oradora:** Foi exactamente isso que aqui foi dito.

Isto, Sr. Deputado, é que é não dignificar a carreira docente.

Os senhores vêm aqui dizer que não reconhecem competência aos professores para apoiarem alunos que não são do seu nível de ensino.

**Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Isso não é verdade!

**A Oradora:** Foi isso que o senhor disse e se quiser confirmar deve estar gravado no diário das sessões.

Obviamente que a pergunta que se impõe nesta matéria é: Nós queremos, nesta questão, salvaguardar aquilo que é o interesse dos alunos e do sistema educativo ou queremos salvaguardar exclusivamente, como parece que os senhores querem fazer, o interesse dos professores? É esta a pergunta que faço.

**Presidente:** Muito obrigado, Sra. Deputada Cláudia Cardoso.

Tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Estêvão.

(\*) **Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Se a Sra. Deputada Graça Teixeira pode ler o estatuto, eu também posso ler aqui uma alínea.

A proposta é esta: “Os docentes de apoio educativo exercem as suas funções exclusivamente no sector ao nível de ensino para o qual têm habilitação profissional.”

A proposta é muito simples.

Se queremos, como já vos disse há pouco, ter um apoio de qualidade, se queremos projectar qualidade neste tipo de apoios, o que nós estamos aqui a fazer é exactamente colocando os professores que têm essa habilitação neste sentido e que possam contribuir para uma melhor aprendizagem dos alunos, até naquelas que são as suas dificuldades específicas.

Isto é que é responder às necessidades dos alunos e a minha preocupação aqui é responder a essas necessidades.

Digo-lhe mais, Sra. Deputada:

Como professor a minha preocupação essencial é que a nossa carreira esteja direccionada para poder servir os alunos. Esta é que é a melhor proposta e não por critérios economicistas, para tapar buracos, como é a vossa proposta.

Muito obrigado.

**Deputado José Manuel Bolieiro (PSD):** *Muito bem!*

**Presidente:** Obrigado, Sr. Deputado Paulo Estêvão.

Dou agora a palavra ao Sr. Deputado Paulo Rosa.

(\*) **Deputado Paulo Rosa (CDS/PP):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Por linhas travessas parece que estamos todos de acordo que os alunos merecem o melhor apoio possível, o apoio mais qualificado e isso para nós é um princípio que não pode ser atacado.

Eu devo lembrar os Srs. Deputados da bancada do Partido Socialista que quem não sabe o que é ser professor, porque já não o é há muito tempo, são os Srs. Deputados que estão nessa bancada, ...

**Deputado Paulo Estêvão (PPM):** *Muito bem!*

**O Orador:** ... são os mesmos Srs. Deputados que estão contra as turmas de 20 alunos, estão contra os apoios mais qualificados e que dizem que pretendem uma maior excelência de ensino.

Obrigado.

**Deputado Artur Lima (CDS/PP):** Não parece!

**Presidente:** Obrigado, Sr. Deputado Paulo Rosa.

Tem a palavra o Sr. Deputado Artur Lima.

(\*) **Deputado Artur Lima (CDS/PP):** Sr. Vice-Presidente, não o quero demorar na nossa votação.

É só para fazer uma comparação muito simples em relação ao professor especializado ou não especializado na área.

Isto é a mesma coisa que a senhora dar entrada num dia num hospital, ter de ser operada e a cirurgia ser exercida por um clínico geral. De certeza que a senhora não queria estar na mesa de operações.

A comparação tem grande latitude, mas é obviamente possível.

Era só este esclarecimento.

**Presidente:** Muito obrigado, Sr. Deputado Artur Lima.

Não havendo mais inscrições, vamos passar à votação da proposta de alteração ao artigo 60º, englobado no artigo 2º, apresentada pelo PCP.

Os Srs. Deputados que concordam, por favor mantenham-se como se encontram.

Os Srs. Deputados que votam contra, façam o favor de se sentar.

Os Srs. Deputados que se abstêm, façam o favor de se sentar.

**Secretário:** A proposta de alteração foi rejeitada com 29 votos contra do PS, 17 votos a favor do PSD, 5 votos a favor do CDS/PP, 1 voto a favor do PCP, 1 voto a favor do PPM e 2 abstenções do BE.

**Presidente:** Vamos passar à proposta de alteração ao artigo 62º, englobado no artigo 2º, apresentada pelo PCP.

Estão abertas as inscrições.

Tem a palavra o Sr. Deputado Aníbal Piões.

(\* **Deputado Aníbal Pires (PCP)**: Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

A proposta de alteração ao artigo 62º acaba por articular com uma outra proposta que fazemos mais à frente de alteração ao Anexo I e que visa fazer uma alteração à duração e aos escalões da carreira.

Esta proposta prevê uma carreira com 28 anos dividida ao longo de 10 escalões, sendo que do 1º ao 8º a sua duração seria de 3 anos e depois terminando com uma permanência no último escalão de 4 anos, diminuindo o tempo para atingir o topo da carreira, uma vez que o PCP considera que para se atingir o topo duma carreira ao longo de 35 anos é demasiado tempo, particularmente numa carreira profissional com as exigências que tem a docência e, sobretudo, para adequar e articular com a proposta que fazemos depois no Anexo I.

Muito obrigado.

**Presidente:** Muito obrigado, Sr. Deputado.

Tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Rosa.

(\* **Deputado Paulo Rosa (CDS/PP)**: Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Nós, obviamente, gostaríamos muito de votar favoravelmente esta proposta, até porque ela configura uma carreira muito mais apetecível, mas na salvaguarda do direito de intercomunicabilidade do pessoal docente no todo nacional, não havendo um reajustamento da carreira na República, não nos parece que seja razoável neste momento apresentar esta proposta.

Obrigado.

**Presidente:** Tem a palavra a Sra. Deputada Graça Teixeira.

**Deputada Graça Teixeira (PS)**: Sr. Presidente, prescindo da palavra.

**Presidente:** Tem a palavra o Sr. Deputado Aníbal Pires.

(\* **Deputado Aníbal Pires (PCP)**: Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Relativamente à questão da intercomunicabilidade que o Sr. Deputado Paulo Rosa nos colocou, essa é, de facto, uma questão pertinente, mas lembrava que, da parte do PCP, quer na República, quer da Região Autónoma da Madeira, houve propostas para

garantirem a intercomunicabilidade dos quadros e que a Comissão dos Assuntos Sociais deste Parlamento, por vontade da maioria, chumbou qualquer hipótese de alterar esta matéria.

Portanto, isso pode e deve ser garantido, agora, já que temos aqui um estatuto diferenciado, isso não deve ser impeditivo de na Região, se temos já uma carreira diferenciada, porque temos uma carreira única, também não é impeditivo que a nossa carreira tenha um tempo de duração menor e que a duração de permanência nos escalões seja diferente.

O problema da intercomunicabilidade é um outro problema e, portanto, isto não deve ser impeditivo de apoiarem a proposta do PCP. Estejam à vontade!

Muito obrigado.

**Presidente:** Muito obrigado, Sr. Deputado.

Não havendo mais inscrições, vamos passar à votação da proposta de alteração ao artigo 62º, englobada no artigo 2º, apresentada pelo PCP.

Os Srs. Deputados que concordam, por favor mantenham-se como se encontram.

Os Srs. Deputados que votam contra, façam o favor de se sentar.

Os Srs. Deputados que se abstêm, façam o favor de se sentar.

**Secretário:** A proposta de alteração foi rejeitada com 29 votos contra do PS, 17 abstenções do PSD, 5 abstenções do CDS/PP, 2 abstenções do BE, 1 voto a favor do PCP e 1 voto a favor do PPM.

**Presidente:** Passamos agora à proposta de alteração ao nº 4 do artigo 63º, englobado no artigo 2º, da Comissão de Assuntos Sociais e subscrita pelo Partido Socialista.

Estão abertas as inscrições.

Tem a palavra a Sra. Deputada Graça Teixeira.

(\*) **Deputada Graça Teixeira (PS):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Relativamente ao artigo 63º, exercício de funções não docentes, a proposta de alteração acrescenta no nº 4 toda a actividade dos docentes que estejam a exercer funções noutros lugares em termos de requisição, destacamento ou comissão de serviço, passando a contar também quem esteja requisitado numa entidade pública, privada ou de solidariedade social.



Muito obrigada.

**Presidente:** Obrigado, Sra. Deputada Graça Teixeira.

Não havendo mais inscrições, vamos passar à votação da proposta de alteração ao nº4 do artigo 63º, englobado no artigo 2º.

Os Srs. Deputados que concordam, por favor mantenham-se como se encontram.

Os Srs. Deputados que votam contra, façam o favor de se sentar.

Os Srs. Deputados que se abstêm, façam o favor de se sentar.

**Secretário:** A proposta de alteração foi aprovada com 29 votos a favor do PS, 18 votos a favor do PSD, 5 votos a favor do CDS/PP, 1 voto a favor do PCP, 1 voto a favor do PPM e 2 abstenções do BE.

**Presidente:** Passamos agora à proposta de alteração do PCP ao nº 8, do artigo 63º, englobado no artigo 2º.

Estão abertas as inscrições.

Tem a palavra o Sr. Deputado Aníbal Pires.

(\*) **Deputado Aníbal Pires (PCP):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Esta proposta de alteração, no essencial, é para salvaguardar a situação dos docentes que se encontram requisitados no ensino superior e para que lhes seja aplicado o que está disposto no nº 4 do artigo 66º.

É apenas isso. Espero que desta vez tenha acolhimento do Partido Socialista.

**Presidente:** Obrigado, Sr. Deputado.

Tem a palavra a Sra. Deputada Graça Teixeira.

**Deputada Graça Teixeira (PS):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

O nosso Grupo Parlamentar entende não ser necessário, porque essa posição está salvaguardada, Sr. Deputado.

**Presidente:** Não havendo mais inscrições, vamos passar de imediato à votação da proposta de alteração do PCP ao nº 8 do artigo 63º, englobado no artigo 2º.

Os Srs. Deputados que concordam, por favor mantenham-se como se encontram.

Os Srs. Deputados que votam contra, façam o favor de se sentar.

Os Srs. Deputados que se abstêm, façam o favor de se sentar.

**Secretário:** A proposta de alteração foi rejeitada com 29 votos contra do PS, 18 abstenções do PSD, 5 abstenções do CDS/PP, 2 abstenções do BE, 1 voto a favor do PCP e 1 voto a favor do PPM.

**Presidente:** Passamos agora à proposta de alteração da Comissão dos Assuntos Sociais, subscrita pelo Partido Socialista, aos n.ºs 2, 3 ...

O Sr. Deputado José Manuel Bolieiro pretende a palavra para?

**Deputado José Manuel Bolieiro (PSD):** Para uma interpelação à Mesa.

**Presidente:** Faça o favor.

**Deputado José Manuel Bolieiro (PSD):** Muito obrigado, Sr. Presidente.

Eu creio que é preciso votar ainda as propostas de alteração do diploma que o Governo apresentou, designadamente aos n.ºs 4, 5, 6 e 7.

**Presidente:** Obrigado, Sr. Deputado. Vou ficar eternamente grato ao Sr. Deputado José Manuel Bolieiro.

Vamos então votar a proposta do Governo para os n.ºs. 4, 5, 6 e 7 do artigo 63.º.

Os Srs. Deputados que concordam, por favor mantenham-se como se encontram.

Os Srs. Deputados que votam contra, façam o favor de se sentar.

Os Srs. Deputados que se abstêm, façam o favor de se sentar.

**Secretário:** A proposta de alteração do Governo foi aprovada com 29 votos a favor do PS, 18 votos a favor do PSD, 5 votos a favor do CDS/PP, 1 voto a favor do PCP, 1 voto a favor do PPM e 2 abstenções do BE.

**Presidente:** Vamos passar de imediato às propostas de alteração da Comissão de Assuntos Sociais aos n.ºs. 2, 3, 5, 6, 7, 8 e 9 do artigo 68.º, englobado no artigo 2.º.

Estão abertas as inscrições.

Tem a palavra o Sr. Deputado Artur Lima.

**Deputado Artur Lima (CDS/PP):** Sr. Presidente, o que ficou decidido foi que votaríamos não em conjunto, mas número a número, alínea a alínea.

**Presidente:** Se entende assim, vamos votar alínea a alínea, só que se forem aprovadas as alterações da Comissão dos Assuntos Sociais, as propostas de alteração do CDS/PP para os n.ºs 2 e 3 e do PCP para os n.ºs 2, 3 e 7 ficam prejudicadas.

Tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Estêvão.

**Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Sr. Presidente, Srs. Deputados:

De qualquer das formas mesmo votando a alteração, votamos número a número.

**Presidente:** Isto foi decidido ontem na Conferência de Líderes e vamos votar alínea a alínea.

Proposta de alteração da Comissão dos Assuntos Sociais, subscrita pelo Partido Socialista, ao nº 2 do artigo 68º, englobado no artigo 2º.

Estão abertas as inscrições.

Tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Estêvão.

(\*) **Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Peço desculpa, antecipei-me ao Partido Socialista e, portanto, vou falar especificamente da minha proposta e ao mesmo tempo falo da vossa.

Eu considero que este é um dos pontos mais importantes. O que nós estamos a discutir aqui esta noite é a questão ...

**Deputada Nélia Amaral (PS):** Ainda não é!

**O Orador:** Não é? Então vamos ao artigo 68º.

Em relação ao nº 2 do artigo 68º o que eu vos quero dizer é o seguinte:

Os senhores o que fizeram foi colocar um sistema de avaliação que nem na República existia. Na República existia um sistema em que de dois em dois anos tinham a avaliação; aqui não, tinha que ser um sistema anual e ainda por cima um sistema extremamente burocrático.

Eu não altura fiz alguma pesquisa em relação aos modelos educativos europeus e fui ver se existia alguma coisa de semelhante na Europa. Na Europa não encontrei nada de semelhante. Depois dirigi-me para a América Latina e encontrei no Chile uma coisa semelhante.

Ora, acontece que depois fiz uma pesquisa sobre os resultados desse sistema de avaliação e esses resultados eram fáceis de prever. Os senhores precisaram de um ano e muitas manifestações depois para chegarem à conclusão de que é um modelo que prejudica muito os alunos e porquê? Porque se centra o professor obrigatoriamente numa série de tarefas burocráticas.

**Deputada Catarina Furtado (PS):** Já havia essa avaliação.

**O Orador:** A Sra. Deputada Catarina quando tiver que fazer a avaliação, depois fala. Agora ainda não faz, quando fizer a avaliação depois falamos.

Quero dizer-vos que este sistema burocrático centrava o professor no próprio professor e o problema é esse. Nós quando defendemos a alteração deste estatuto, o que queremos é atingir e alcançar a missão do professor. Qual é a missão do professor? Projectar um auxílio do ponto de vista pedagógico num aluno e, portanto, como os senhores transformavam a vida do professor num inferno burocrático, evidentemente que isso prejudicava os alunos, prejudicava a família, prejudicava o sistema de ensino e prejudicava, obviamente, as aprendizagens e é nesta questão que estamos centrados.

Os senhores ao fim de alguns meses chegaram à conclusão do óbvio. Isto não se aplica em sítio nenhum da Europa Ocidental, nem de perto, nem de longe. Evidentemente que não funciona e os senhores agora dizem: bom, então vamos alterar e fazer isto a meio e no final do escalão.

Eu não estou contra o sistema de avaliação, agora a minha grande preocupação aqui é centrar o professor na aprendizagem dos alunos e isto só se pode conseguir libertando-o deste inferno burocrático em que os senhores transformaram esta profissão, porque as famílias lá fora, como diz a Sra. Deputada Graça Teixeira, e também quero falar lá para fora, as famílias com este sistema de avaliação não ganham nada, porque elas estão preocupadas é com os resultados que os alunos podem obter e não é colocando ao professor uma série de entraves burocráticos que beneficiam os alunos.

Eu já votei várias vezes a vosso favor a ver se ganhava aqui alguma margem de manobra.

O que eu vos venho aqui sugerir é o seguinte: os senhores não pensem mais um ano, – daqui a um ano vão alterar isto outra vez – façam uma avaliação no final do escalão, porque se o fizerem atingimos dois objectivos fundamentais: o primeiro é fazer a avaliação no final do escalão, objectivo atingido, o segundo objectivo, deixam os professores ensinar os alunos, o que é também muito importante.

Muito obrigado.

**Presidente:** Muito obrigado, Sr. Deputado.

Tem agora a palavra o Sr. Deputado Paulo Rosa.

(\*) **Deputado Paulo Rosa (CDS/PP):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Sr. Membros do Governo:

Obviamente que não vou ter uma intervenção inflamatória neste aspecto, aliás é para reiterar o que já disse na minha intervenção inicial na generalidade, na parte que passou despercebida, que não tinha teor político, tinha teor pedagógico, e também na minha intervenção de Janeiro em que felicitava a Sra. Secretária e a iniciativa da tutela de terem promovido esta negociação, embora com atropelos, e a coragem que tiveram de passar a avaliação de anual para duas vezes por escalão.

De qualquer forma o CDS/PP, a par do que o Sr. Deputado Paulo Estêvão acabou de enunciar, defende que é muito mais exequível uma avaliação no final de cada escalão. Apresentámos uma proposta de alteração nesse sentido e por uma questão de coerência não votaremos favoravelmente a proposta da Comissão.

Obrigado.

**Presidente:** Muito obrigado, Sr. Deputado.

Tem a palavra a Sra. Deputada Graça Teixeira.

(\*) **Deputada Graça Teixeira (PS):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Relativamente a este aspecto da periodicidade da avaliação, o Grupo Parlamentar do Partido Socialista entende que, contribuindo para um melhor sistema de ensino, para cada vez mais e melhor qualidade de ensino na nossa Região e valorizando a profissão dos professores, a avaliação não deve ser feita no final do escalão, mas, sim, deve ser feita entre os escalões e não só no fim, porque nada disto vai ser impeditivo da qualidade das aulas dos senhores professores, antes pelo contrário.

Se tudo funcionava tão bem antes de haver avaliação, não sei porque continuávamos a ter um sistema a duas velocidades.

Relativamente à questão dos professores, na sua actividade lectiva e na sua sala de aula, vêem reconhecidas, apoiadas e partilhadas as suas práticas sempre numa permuta e num diálogo. É por isso que se entende que não se deve ir até ao fim sem corrigir percursos.

Muito obrigada.

**Presidente:** Muito obrigado, Sr. Deputada.

Tem a palavra a Sra. Secretária Regional da Educação e Formação.

(\*) **Secretária Regional da Educação e Formação** (*Lina Mendes*): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Gostaria de referir que, por um lado, alegam que a avaliação é necessária e importante, por outro, querem evitá-la e quanto menos melhor. Há aqui um contra-senso.

Há escalão de 6 anos e eu pergunto: querem avaliar ao fim de 6 anos? O Sr. Deputado não acha que será uma complicação reflectir o trabalho de 6 anos? Desculpe-me mas há aqui uma contradição, porque no seu discurso o senhor denota contradição.

Se a avaliação é útil, se é eficaz e necessária, porque não fazê-la de uma forma sistemática e em períodos quanto mais curtos melhor? Se não for assim, onde é que está o efeito regulador da avaliação? Ao fim de 6 anos?

Obrigada.

**Presidente:** Muito obrigado, Sra. Secretária.

Tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Estêvão.

(\*) **Deputado Paulo Estêvão** (*PPM*): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Os senhores gostam do modelo Finlandês? O Engenheiro Sócrates gosta.

Os senhores respondam para eu poder depois dizer de acordo com a vossa resposta.

Se gostam eu digo-vos que a diferença é entre o céu e o purgatório e os senhores deixam-nos no purgatório em termos de sistema de avaliação.

Eu não compreendo os vossos discursos, porque se o modelo finlandês é ótimo, quando visitámos a Finlândia e a Noruega e falámos deste modelo de avaliação, sabem o que é que eles dizem? Dizem que isto é ridículo, que isto é um modelo burocrático que não faz nenhum sentido e não faz, o que faz sentido é avaliar os professores.

**Deputada Catarina Furtado** (*PS*): Diga como?

**O Orador:** Ninguém está contra isso, porque os professores sempre foram avaliados, ao contrário do que alguns dos senhores foram responsáveis por transmitir.

Agora, eu estou preocupado, utilizando os vossos argumentos, com os professores, mas estou muito mais preocupado com os alunos e as famílias. Isso é que é a minha preocupação, porque eu quero os professores centrados na sua actividade e os senhores, no final do escalão, verificam e depois corrigem.

Dizia-me a Sra. Deputada Graça Teixeira que depois já não se pode corrigir nada. Sra. Deputada quantos escalões é que tem a carreira? Não tem o escalão a seguir? Não estamos a verificar se o professor atingiu ou não os objectivos que os senhores estão a definir? Se atingiu progride, se não atingiu não progride. É tão simples quanto isto.

Portanto, o que eu vos estou a sugerir é uma abertura em relação a esta questão e que se faça uma avaliação no final do escalão.

Olhe, até vou fazer aqui um prognóstico: não vos dou mais de três anos para alterarem esta posição. Sabem quando? Quando estiverem na oposição, meus senhores.

Muito obrigado.

**Presidente:** Muito obrigado, Sr. Deputado.

Tem a palavra o Sr. Deputado Aníbal Pires.

(\*) **Deputado Aníbal Pires (PCP):** Muito obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Não há nenhum equívoco relativamente à necessidade de avaliar o desempenho profissional dos docentes. Aliás, esse equívoco se alguma vez foi criado, foi mesmo pelo Partido Socialista. Isso é claro.

Nunca ouvi nenhuma força partidária, nenhuma organização sindical manifestar-se contra a avaliação dos professores. Nunca ouvi nenhum docente dizer ou manifestar-se contra o facto do seu trabalho, do seu desempenho profissional ser avaliado e ser, sobretudo, corrigido.

**Deputado Berto Messias (PS):** Isso é a mesma cassetete!

**O Orador:** Cassetete, numa altura destas, por amor de Deus. Mude para bolo-rei, que é muito melhor, Sr. Deputado.

Portanto, isso nunca esteve em causa, mas já que a preocupação, porque há também uma preocupação justa, que eu subscrevo inteiramente, tem a ver, Sra. Secretária,

com uma boa gestão dos recursos financeiros disponíveis e dos profissionais que temos no sistema e a Sra. Secretária vai desperdiçar milhares de horas ...

**Secretária Regional da Educação e Formação** (*Lina Mendes*): Não se preocupe!

**O Orador:** Não me preocupe?! Preocupo-me e muito.

Se há assim tanto dinheiro para gastar em horas, espero que depois aumentem as participações aos doentes deslocados.

Sra. Secretária, eu acho que é um desperdício de tempo e de horas este modelo de avaliação que prevêm.

A avaliação deve ter, no essencial, um carácter formativo. Nós fazemos isso com os nossos alunos, nós avaliamos ao longo do ciclo de ensino e só extraordinariamente a nossa avaliação somativa é punitiva no sentido de reter o aluno no mesmo ano, porque a avaliação somativa ordinária é feita ao longo do ciclo.

Se estamos aqui a falar da mesma coisa, no essencial, por que é que a avaliação não há-de ser no final do escalão? Se considera que seis anos são muito tempo, então reduza os escalões para três e altere a estrutura da carreira, Sra. Secretária. É isso que a senhora deve fazer e isso é que era coragem.

Eu nunca tive dúvidas, Sra. Secretária.

Eu acho que o Deputado Paulo Rosa se devia retratar relativamente à intervenção que fez, porque não se tratou dum problema de coragem, tratou-se apenas duma mudança de protagonista, não de uma mudança de política. Às vezes alguns de nós incorrem nesses equívocos.

Não se trata de uma mudança da política, tratou-se duma mudança de protagonista e, Sra. Secretária, eu começo a recordar-me do Álamo, aliás este suposto processo negocial é emblemático e, de facto, nada mudou.

Aquela montagem cénica da quadra natalícia, como se viu não resultou, foi mesmo só para nós passarmos o Natal um pouco mais alegres, porque, Sra. Secretária, isto redundou exactamente naquilo que estamos a assistir.

Não é uma revisão do Estatuto da Carreira Docente, é apenas uma coisa para que conste que o Partido Socialista, cheio de boa vontade, resolveu fazer uma revisão do Estatuto da Carreira Docente. Não brinquemos com isto.



Aliás, quando os professores perceberam o que é que se está aqui a passar, quando os senhores se levantam todos sozinhos, é bom, porque o povo está a ver.

Sra. Secretária e Srs. Membros do Governo vão ter muito que fazer, porque os professores não vão aceitar isto. Aliás, os senhores vão reconhecê-lo não no prazo dos três anos, mas muito antes disso.

Tratem dos assuntos seriamente e então se querem poupar dinheiro não desperdicem horas e tempo a avaliar o desempenho dos docentes da forma como o querem fazer, porque, por princípio, eles são bons profissionais, têm habilitação científica e pedagógica.

Portanto, os senhores estão a partir do pressuposto que os docentes são maus profissionais. Estão a partir desse pressuposto quando impõem um modelo de avaliação como aquele que impuseram e como aquele que querem impor.

Os senhores estão a partir do princípio que os docentes são maus profissionais, quando qualquer modelo de avaliação deve ser exactamente ao contrário e deve ter um carácter formativo e não um carácter punitivo que é aquilo que estão a fazer.

Continuem a levantar-se em bloco e a fazer esta operaçãozinha de cosmética que depois veremos qual é a reacção dos professores.

Disse.

Muito obrigado.

*(Aplausos do Sr. Deputado do PPM, Paulo Estêvão)*

**Presidente:** Muito obrigado, Sr. Deputado Aníbal Pires.

Tem a palavra a Sra. Deputada Graça Teixeira.

**(\*) Deputada Graça Teixeira (PS):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Ao que estamos a assistir aqui é a um exercício de demagogia, porque nunca se viu e nunca se esteve aqui a denegrir a imagem do professor.

Após as negociações com os sindicatos há um sindicato que põe na sua página da internet e que pergunta: “Estas alterações pioram o estatuto?” É destas questões que se fala.

Estas alterações vêm, sim, dar ainda mais valor ao trabalho que todos os profissionais fazem na escola.

Não é ao fim de um percurso que estamos aqui todos a falar, e todos sabemos do que estamos a falar, que se vai avaliar.

Se não há razão para temer, não há razão para partilhar a prática pedagógica de um professor. Isso enriquece todos os que estão no sistema. A partilha e a abertura da sala de aula é um enriquecimento.

Já que queremos comparar com países como a Finlândia e como a Noruega, como citou o Sr. Deputado Paulo Estêvão, acho bem que se compare tudo e acho bem que se compare, na medida em que todos esses países que aqui citou, e que também conheço ao nível do sistema de ensino, são países que valorizam muito os seus recursos, quer materiais, quer humanos. São países que, tal como nós, deveriam estar, se calhar, num patamar mais elevado, um patamar em que nos preocupamos com todos estes aspectos, poupando e libertando os professores de questões menos ténues e falaciosas que aqui estávamos a tentar pôr.

Estes sistemas já deram um salto, compreendo, mas estamos aqui para trabalhar nesse sentido, porque gastam menos em educação do que aquilo que nós gastamos.

De qualquer forma, não querendo ser exaustiva neste aspecto, porque temos muitos outros artigos para votar, é importante que se refira que todo este pedido de alteração vem ao encontro daquilo que os senhores professores fizeram sentir em sede própria. Isso notou-se pelas restantes manifestações que foram convocadas e que, infelizmente, não tiveram assim tanta adesão.

Muito obrigada.

**Presidente:** Muito obrigado, Sra. Deputada Graça Teixeira.

Tem a palavra a Sra. Deputada Catarina Furtado.

(\*) **Deputada Catarina Furtado (PS):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Vou entrar neste debate só para uma clarificação.

De facto, todos os professores eram avaliados com um processo de avaliação que durava já há longo tempo.

As sociedades mudam, evoluem e há que fazer um ponto de situação: alterou-se um modelo de avaliação, pôs-se um ano e os professores e as outras forças partidárias aqui presentes achavam que dois anos era a etapa certa.

Nesta proposta vai-se mais além, duas vezes em cada escalão, mas já não serve e ao fim de cada escalão é que é bom. Vamos ver se nos entendemos.

Toda a gente quer ser avaliada e não há nenhum princípio que vá contra isso.

Sr. Deputado Aníbal Pires, parte-se do princípio que são todos bons professores. Isto é uma premissa correcta, mas isso não quer dizer que não se faça uma avaliação.

Uma vez que a atenção tem que estar centrada nos alunos, creio que também partimos da premissa que os alunos são todos bons alunos, mas nada impede, no entanto, que nós lhes façamos a avaliação.

Portanto, sejamos sérios. Os professores são todos bons professores, mas nada impede uma avaliação correcta e abrangente.

As alterações à avaliação do desempenho, englobadas nas alterações feitas a todo o estatuto, não são pontuais, são abrangentes e têm em conta todo do processo de avaliação do desempenho, baseiam-se na experiência que foi testada.

Implementou-se um processo, fez-se um teste a esse processo e agora está a ser alterado para durar o tempo que for necessário e não tem a ver aqui com prognósticos de 2 ou 3 anos. Vamos deixar, sem medo, os professores serem avaliados, porque os eles querem ser avaliados e, portanto, este modelo vai ao encontro do que é o desejo dos professores, numa forma abrangente e correcta.

Obrigada.

**Presidente:** Muito obrigado, Sra. Deputada Catarina Furtado.

Tem a palavra a Sra. Deputada Cláudia Cardoso.

(\*) **Deputada Cláudia Cardoso (PS):** Obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

É para também participar neste debate.

Efectivamente neste ponto estamos de acordo, Sr. Deputado Paulo Estêvão.

Este artigo é um artigo importante no conjunto do diploma e que merece o debate que está a ser dispendido sobre ele.

Em primeiro lugar para clarificarmos uma questão que me parece essencial e que é a seguinte:

Os professores querem ser avaliados. Aliás, vêem justiça na própria avaliação, porque só a avaliação, como de entre nós os que têm essa profissão bem sabem, permite aferir e distinguir o que é bom do que é mau, o que é medíocre do que é excelente.

**Deputado Aníbal Pires (PCP):** O que é fundamental é corrigir o percurso!

**A Oradora:** A proposta que vem da Comissão, subscrita pelos deputados do Partido Socialista, põe os pontos nos is desta questão, digamos assim, porque me parece muito razoável que, num período que pode ser de 4 anos, de 5 ou de 6, esta avaliação se faça pelos menos duas vezes.

As coisas mudam, alteram-se e, portanto, eu não vejo nenhuma razão substantiva, digo-lhe desde já, para que a avaliação dos professores tenha necessariamente de coincidir com o final do escalão.

Para nós, aliás é isso que a proposta prevê, a avaliação é feita duas vezes, sendo, na maioria dos casos, que a primeira delas é formativa, permite detectar insuficiências e corrigi-las.

Se a avaliação coincidir com o final do escalão, ela poderá, eventualmente, vir a prejudicar os professores, porque se o professor for avaliado com Insuficiente em final de escalão, demorará muito mais a poder recuperar, porque não terá a avaliação intercalar que lhe permite superar as suas próprias dificuldades.

Do nosso ponto de vista esta proposta é perfeitamente razoável, independentemente de ser um modelo da Noruega ou um modelo da Finlândia. Não é isso que está em causa, Sr. Deputado, e devo também dizer que não devia ser isso que o preocupava.

Aquilo que nos deve preocupar é a excelência do sistema de ensino. Nós queremos ou não queremos os melhores professores lá dentro; queremos ou não queremos seleccioná-los, à partida, para que o sistema funcione e para que os nossos alunos possam ter o melhor, os bons professores.

É nisto que os senhores têm que pensar e não é vir aqui subscrever o que são propostas de final de escalão, dos sindicatos,

Queremos ou não queremos, esta é ou não uma proposta razoável.

É verdade que a avaliação anual revelou dificuldades na sua aplicação, mas nós alterámo-la para um modelo razoável e os senhores continuam a dizer que o modelo é mau e que o que é bom é no final do escalão.

Se nós propuséssemos o final do escalão, os senhores iam dizer que era só na passagem do 8º para o 9º. Está-se mesmo a ver que era isso que ia acontecer.

Sr. Deputado, vamos ver se nos entendemos.

Esta proposta é perfeitamente razoável, ...

**Deputado Artur Lima (CDS/PP):** Em relação à outra!

**A Oradora:** ... é exequível e permite aos professores terem o acesso a uma avaliação verdadeiramente formativa.

Os senhores umas vezes querem beneficiar os professores, outras vezes já nem tanto.

Penso que o Sr. Deputado devia era pensar nisso.

Muito obrigada.

**Presidente:** Muito obrigado, Sra. Deputada.

Tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Estêvão.

(\*) **Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

O Sr. Presidente está contrariado com as intervenções, mas digo-lhe já que esta é a última.

**Presidente:** A minha observação foi em relação à sua inscrição à última da hora, mas como disse há pouco não vou deixar nenhum Sr. Deputado por falar e é um direito que lhe assiste, Sr. Deputado Paulo Estêvão.

**O Orador:** Sr. Presidente, inscrevi-me após a intervenção da Sra. Deputada Cláudia Cardoso e inscrevi-me porque a Sra. Deputada levantou uma série de questões que eu considero fundamental rebater na esperança de levar esta bancada a votar de forma diferente do que se preparava para fazer.

Vou dar-vos uma última oportunidade.

Em primeiro lugar faço um apelo aos Srs. Professores que se sentam nessa bancada do Partido Socialista, apelo à vossa revolta, apelo à coragem de não obedecerem à estrutura partidária, à coragem de votarem nas vossas verdadeiras convicções.

Em segundo lugar, quero dizer-vos que ainda não conseguiram responder à questão essencial que é a seguinte: Este sistema de avaliação, além do Chile, onde é que existe?

A Sra. Deputada Graça Teixeira disse que também esteve na Noruega, na Finlândia e, portanto, comparou, com certeza, os sistemas de avaliação. Viu lá isto? Não viu!

Sabe o que é que me disseram? Disseram-me que isto era inferno burocrático, que isto não faz sentido, que faz sentido, sim, fazer a avaliação no final do escalão e partir daí a avaliação fica feita e, entretanto, deixa os professores centrarem-se nas aprendizagens.

Para além disto existe um outro factor, que me lembrei agora, que é um factor que tem sido muito utilizado pelos senhores, principalmente na orgânica, que é o factor economicista. Os senhores já fizeram as contas de quanto é que isto gasta, quanto é que vão gastar desnecessariamente, vão gastar tempo aos professores, vão gastar ainda mais tempo aos alunos e vão gastar muito dinheiro ao erário público e é evidente que as famílias açorianas não estão de acordo com isto, porque é um sistema irracional, isto é um purgatório permanente. Isto não faz sentido absolutamente nenhum.

O vosso problema, em todas as política, é esta pretensão para a burocracia, esta pretensão para tornar difícil o que é fácil.

**Secretário Regional da Presidência** (*André Bradford*): Desenvolva!

**O Orador:** Já está tudo desenvolvido, os senhores é que não desenvolvem nada. Aí é que está o vosso problema.

Termino deixando um apelo aos Srs. Deputados neste sentido: este sistema vai deixar os Açores isolados do ponto de vista dos sistemas educativos da Europa.

Isto é o último oásis da burocracia na Europa Ocidental, é algo que irá prejudicar gravemente a aprendizagem dos alunos e as famílias açorianas. Disso eu tenho a certeza, não estão de acordo com este sistema.

Muito obrigado.

**Presidente:** Muito obrigado, Sr. Deputado.

Tem agora a palavra a Sra. Deputada Graça Teixeira.

(\* **Deputada Graça Teixeira (PS)**: Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Eu gostaria que ficasse aqui claro que, quando exercemos determinados cargos, para os quais fomos eleitos, devemos ter sempre presente o que é que são os cargos e o que é o dever desses mesmos cargos.

Não deixando de ter presente o nosso passado, devemos sempre olhar em frente e para o futuro.

É desta forma que eu me vejo e é desta forma que eu me sinto aqui legitimamente eleita e legitimamente a defender o que acredito.

Quero aqui recordar ao Sr. Deputado Paulo Estêvão que eu fiz parte de um conselho coordenador de sistema educativo e fazendo parte desse conselho estive presente quando todas estas questões foram negociadas.

Senti também que o Sr. Deputado Paulo Estêvão, de facto, se esquece facilmente, neste caso o seu passado e a memória do homem também por vezes é curta.

Não queria ir por aí mas fui obrigada a fazê-lo.

Para lhe responder, digo-lhe que não precisamos de ter modelos de exemplo, não precisamos de ir pelo caminho mais fácil nem pelo facilitismo e é desta parte que nunca nos poderão acusar. Dessa forma os senhores professores sentir-se-ão representados e verão que a sua carreira e o seu percurso ao longo dos escalões é valorizado, é essencialmente formativo e nunca será penalizador, se todos eles forem verdadeiros profissionais como nós queremos que sejam os professores na Região e no País, para bem dos alunos, para bem das famílias e para bem de todos o que aqui estamos a defender.

Muito obrigada.

**Presidente:** Muito obrigado, Sra. Deputada.

Tem novamente a palavra o Sr. Deputado Paulo Estêvão.

(\* **Deputado Paulo Estêvão (PPM)**: Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Eu não ouvi o que é que a Sra. Deputada Graça Teixeira esteve a ler, mas o que lhe posso dizer, em relação às minhas posições, – e lembro-me perfeitamente da minha última intervenção, enquanto presidente do conselho executivo, e a senhora sabe

perfeitamente disso porque penso que estava nessa reunião – é que ficou registado em acta que o que eu disse é que este sistema era um sistema burocrático e que era um sistema que tinha afundado o sistema de ensino açoriano.

Mais:

Não referi apenas o Estatuto da Carreira Docente, referi toda a legislação que entretanto foi criada na altura pelo então Sr. Secretário da Educação.

O que o Sr. Secretário disse, e lembro-me perfeitamente do contexto, foi o seguinte: “Fiz doze anos de grandes reformas no sistema de ensino”.

Fez esta reflexão e, no entanto, os resultados continuam a ser péssimos, ou seja, doze anos duma produção legislativa intensíssima que deve ter batido os recordes da produção burocrática na Europa Ocidental e o que as estatísticas demonstram é que continuamos no ponto de saída, continuamos no mesmo local.

O que eu disse na altura, foi que, evidentemente, nós temos agora melhores infra-estruturas. Nós temos que ter um discurso de verdade. Temos melhores infra-estruturas, com certeza, mas continuamos a ter péssimos resultados e o que eu lhe disse, na altura, foi que o sistema burocrático, o conjunto de legislação que foi criado e fundamentalmente também, em relação a esta questão, a criação de um enorme complexo de relatórios de pequenas avaliações, de um número enorme de avaliadores, da tensão que isto pode criar no sistema das escolas, contribuindo para a destruição daquele que é um dos factores fundamentais da escola, o trabalho de grupo, a coesão entre os grupos de docentes. Tudo isto é destruído pelo processo de avaliação tal como ele está concebido.

Portanto, o que eu deixei foi um testemunho daquilo que iria acontecer no futuro e eu acho que o facto da Sra. Secretária ter vindo aqui alterar um pouco esta posição, já demonstrou que eu tinha razão. Quando a Sra. Secretária fez esta alteração foi porque verificou que este sistema é impossível.

**Presidente:** Sr. Deputado Paulo Estêvão, já esgotou os três minutos. Agradecia que concluísse.

**O Orador:** Eu já vos disse o que é que vai acontecer.

Depois dizem-me: Mas nós já o experimentamos. Não experimentaram nada.



Este modelo tal como está ainda não foi implementado, nem sequer foi testado. Não me digam que este modelo foi testado do ponto de vista daquilo que é a sua arquitectura actual ou a arquitectura anterior.

Do ponto de vista de utilizarmos todas as suas valências e a calendarização, não foi testado.

A conclusão a que os senhores vão chegar é que este sistema não funciona, este sistema é um purgatório burocrático e os senhores só não cedem nesta questão por uma razão muito simples: querem manter alguma coisa daquilo que estava antes, não querem ter uma cedência tão profunda nesta questão como é aquela que seria lógica e eficaz.

Muito obrigado.

**Presidente:** Muito obrigado, Sr. Deputado.

O Sr. Deputado Aníbal Pires deseja a palavra para?

**Deputado Aníbal Pires (PCP):** Para pedir um intervalo regimental de 10 minutos.

**Presidente:** Está concedido um intervalo de 10 minutos.

Para interpelar a Mesa tem a palavra o Sr. Deputado Artur Lima.

**Deputado Artur Lima (CDS/PP):** É só para lembrar que o Sr. Deputado Aníbal Pires não pode pedir mais nenhum intervalo, porque já pediu um hoje, se não me falha a memória.

**Presidente:** Muito obrigado pelo seu esclarecimento.

Quero lembrar que quem pediu um intervalo foi o Sr. Deputado Paulo Estêvão e como o Sr. Deputado Aníbal Pires ainda hoje não pediu nenhum, vai ser concedido um intervalo de 10 minutos.

*(Eram 17 horas e 55 minutos)*

**Presidente:** Uma vez que já temos quórum, vamos recomeçar os nossos trabalhos.

*(Eram 18 horas e 20 minutos)*

Vamos passar a votação da proposta de alteração da Comissão dos Assuntos Sociais, subscrita pelo Partido Socialista, ao nº 2 do artigo 68º, englobado no artigo 2º.

Os Srs. Deputados que concordam, por favor mantenham-se como se encontram.

Os Srs. Deputados que votam contra, façam o favor de se sentar.

Os Srs. Deputados que se abstêm, façam o favor de se sentar.

**Secretário:** A proposta de alteração foi aprovada com 28 votos a favor do PS, 10 abstenções do PSD, 4 abstenções do CDS/PP, 2 abstenções do BE, 1 voto contra do PCP e 1 voto contra do PPM.

**Presidente:** Quero lembrar que as propostas de alteração ao nº 2, apresentadas pelo PCP, CDS/PP e do PPM ficaram prejudicadas com esta votação.

Vamos passar à proposta de alteração ao nº 3 do artigo 68º, englobado no artigo 2º, apresentada pela Comissão dos Assuntos Sociais.

Estão abertas as inscrições.

Tem a palavra a Sra. Deputada Graça Teixeira.

**Deputada Graça Teixeira (PS):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

O nº 3 é apenas consequência do que acabámos de aprovar e vem especificar em que momentos são feitas as avaliações relativamente aos escalões.

**Presidente:** Tem a palavra a Sra. Deputada Cláudia Cardoso.

**Deputada Cláudia Cardoso (PS):** É apenas para uma interpelação à Mesa.

**Presidente:** Faça o favor.

**Deputada Cláudia Cardoso (PS):** Considerando que todas as alterações incidem sobre os mesmos artigos, se a câmara não se opusesse, poder-se-ia pôr à votação todos em bloco, porque aprovando a da Comissão, todas as outras propostas ficam prejudicadas.

**Presidente:** Tem a palavra o Sr. Deputado Artur Lima.

**Deputado Artur Lima (CDS/PP):** Sr. Presidente, como o nosso sentido de voto é igual do nº 5 ao 9, a votação pode ser em bloco.

**Presidente:** Assim sendo, ponho à discussão a proposta de alteração ao nº 3 do artigo 68º, englobada no artigo 2º, apresentada pela Comissão dos Assuntos Sociais, subscrita pelo Partido Socialista.

Tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Rosa.

(\*) **Deputado Paulo Rosa (CDS/PP):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Obviamente que o ponto 3 desta proposta resulta do ponto 2.

Tem que existir o momento de avaliação em cada um dos escalões e como nós tínhamos preconizado para o ponto 2, tal como o PPM, uma avaliação por escalão em vez de duas, este ponto deixa de fazer sentido e por isso vamos ter o mesmo sentido de voto que tivemos no ponto 2.

Obrigado.

**Presidente:** Obrigado, Sr. Deputado.

Não havendo mais inscrições, vamos votar a proposta de alteração ao n.º 3 do artigo 68.º, englobado no artigo 2.º, apresentada pela Comissão dos Assuntos Sociais.

Os Srs. Deputados que concordam, por favor mantenham-se como se encontram.

Os Srs. Deputados que votam contra, façam o favor de se sentar.

Os Srs. Deputados que se abstêm, façam o favor de se sentar.

**Secretário:** A proposta de alteração foi aprovada com 29 votos a favor do PS, 16 abstenções do PSD, 5 abstenções do CDS/PP, 2 abstenções do BE, 1 voto contra do PCP e 1 voto contra do PPM.

**Presidente:** Uma vez que não há oposição, vamos colocar à discussão e votação os n.ºs 5, 6, 7, 8 e 9 do artigo 68.º, englobado no artigo 2.º.

Estão abertas as inscrições.

Tem a palavra a Sra. Deputada Graça Teixeira.

(\*) **Deputada Graça Teixeira (PS):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Relativamente ao ponto 5, a avaliação passa de 90 para 120 dias.

Tendo em conta todos estes aspectos que anteriormente falámos, é eliminado o ponto 6, porque deixa de haver a periodicidade na avaliação, sendo anual.

No ponto 7 é importante referir que todo o tempo trabalhado é tempo contado, ou seja, a avaliação sempre que seja positiva, aos docentes que não leccionem o correspondente a 90 dias, salvaguarda a possibilidade de ser aplicada a avaliação ao nível do SIADAPRA.

Muito obrigada.

**Presidente:** Não havendo mais inscrições, vamos passar à votação da proposta de alteração aos n.ºs 5, 6, 7, 8 e 9, do artigo 68.º, englobado no artigo 2.º, apresentada pela Comissão dos Assuntos Sociais e subscrita pelo Partido Socialista.

Os Srs. Deputados que concordam, por favor mantenham-se como se encontram.

Os Srs. Deputados que votam contra, façam o favor de se sentar.

Os Srs. Deputados que se abstêm, façam o favor de se sentar.

**Secretário:** A proposta de alteração foi aprovada com 29 votos a favor do PS, 5 votos a favor do CDS/PP, 1 voto contra do PCP, 18 abstenções do PSD, 2 abstenções do BE e 1 abstenção do PPM.

**Presidente:** Sendo aprovada a proposta da Comissão, as propostas de alteração do PCP aos n.ºs 2, 3 e 7, do CDS/PP aos n.ºs 5, 6, 7, 8 e 9 ficam prejudicadas.

Vamos passar à discussão da proposta de alteração ao n.º 1, alínea d) do artigo 69.º, englobado no artigo 2.º, apresentada pelo PCP.

O Sr. Deputado José Bolieiro pede a palavra para?

**Deputado José Manuel Bolieiro (PSD):** Para interpelar a Mesa.

**Presidente:** Faça o favor.

**Deputado José Manuel Bolieiro (PSD):** Sr. Presidente, eu interpreto que as propostas de alteração agora votadas ao artigo 68.º, da Comissão, não incluíram uma alteração ao n.º 4 e a proposta do Governo do artigo 68.º renumera o n.º 4 como sendo o anterior n.º 3 e, portanto, também precisa de ser votada.

**Presidente:** Obrigado pela sua chamada de atenção.

Assim sendo vamos votar o n.º 4 do artigo 68.º, englobado no artigo 2.º, da proposta do Governo.

Os Srs. Deputados que concordam, por favor mantenham-se como se encontram.

Os Srs. Deputados que se abstêm, façam o favor de se sentar.

**Secretário:** A proposta foi aprovada com 29 votos a favor do PS, 5 votos a favor do CDS/PP, 1 voto a favor do PCP, 18 abstenções do PSD, 2 abstenções do BE e 1 abstenção do PPM.

**Presidente:** Passamos agora à proposta de alteração ao n.º 1, alínea d), do artigo 69.º, englobado no artigo 2.º, apresentada pelo PCP.

Estão abertas as inscrições.

Tem a palavra o Sr. Deputado Aníbal Pires.

**(\*) Deputado Aníbal Pires (PCP):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs.

Membros do Governo:

Esta proposta mais não visa do que acrescentar um interveniente que, para nós, é fundamental no processo de avaliação do desempenho dos docentes.

Uma comissão pedagógica de avaliação não é mais burocracia, é introduzir no processo de avaliação do desempenho dos docentes um órgão pedagógico da escola.

Penso que fará todo o sentido que o conselho pedagógico das escolas intervenha directamente, aliás, como depois propomos mais à frente, nomeadamente na composição desta comissão, no processo de avaliação dos docentes.

Muito obrigado.

**Presidente:** Muito obrigado, Sr. Deputado.

Tem agora a palavra a Sra. Deputada Nélia Amaral.

**Deputada Nélia Amaral (PS):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados:

É apenas para fazer uma sugestão: uma vez que as únicas propostas de alteração para os n.ºs 1 e 2, do artigo 69.º, são do PCP, sugeria que fossem postas à discussão e votação em conjunto.

**Presidente:** Não havendo mais inscrições, vamos colocar à votação a proposta de alteração, do Partido Comunista, à alínea d) n.º 1 do artigo 69.º, englobado no artigo 2.º.

Os Srs. Deputados que concordam por favor mantenham-se como se encontram.

Os Srs. Deputados que discordam façam o favor de se sentar.

Os Srs. Deputados que se abstêm façam o favor de se sentar.

**Secretário:** A proposta foi rejeitada, com 29 votos contra do PS, 5 votos contra do CDS/PP, 1 voto a favor do PCP, 18 abstenções do PSD, 2 abstenções do BE e 1 abstenção do PPM.

**Presidente:** Muito obrigado.

Passamos agora à proposta de alteração ao n.º 2, alíneas a), b), c), d), e), f), apresentada pelo PCP. Pergunto ao Sr. Deputado Aníbal Pires se podemos apreciar a proposta em conjunto ou se quer fazer alínea a alínea?

**Deputado Aníbal Pires (PCP):** Pode ser tudo colocado em conjunto, Sr. Presidente.

**Presidente:** Passamos então à discussão sobre a proposta de alteração, apresentada pelo Partido Comunista, ao n.º 2, alíneas a), b), c), d), e), f), do artigo 69.º, englobado no artigo 2.º.

Estão abertas as inscrições.

Não havendo inscrições, vamos passar à votação.

Coloco à votação a proposta de alteração do Partido Comunista ao n.º 2, alíneas a), b), c), d), e), f) do artigo 69.º, englobado no artigo 2.º.

Os Srs. Deputados que concordam, por favor mantenham-se como se encontram.

Os Srs. Deputados que discordam façam o favor de se sentar.

Os Srs. Deputados que se abstêm façam o favor de se sentar.

**Secretário:** A proposta foi rejeitada, com 29 votos contra do PS, 5 votos contra do CDS/PP, 1 voto a favor do PCP, 18 abstenções do PSD, 2 abstenções do BE e 1 abstenção do PPM.

**Presidente:** Muito obrigado.

Vamos passar à proposta de alteração do Partido Comunista ao n.º 5 do artigo 69.º, englobado no artigo 2.º.

Estão abertas as inscrições.

Não havendo inscrições, podemos passar à votação.

Vamos votar a proposta de alteração do n.º 5, do Partido Comunista Português, ao artigo 69.º, englobado no artigo 2.º.

Os Srs. Deputados que concordam por favor mantenham-se como se encontram.

Os Srs. Deputados que discordam façam o favor de se sentar.

Os Srs. Deputados que se abstêm façam o favor de se sentar.

**Secretário:** A proposta foi rejeitada, com 29 votos contra do PS, 1 voto a favor do PCP, 18 abstenções do PSD, 5 abstenções do CDS/PP, 2 abstenções do BE e 1 abstenção do PPM.

**Presidente:** Muito obrigado.

O Sr. Deputado Aníbal Pires pede a palavra para? Uma interpelação à Mesa? Tem a palavra, faça o favor.

**Deputado Aníbal Pires (PCP):** Srs. Deputados, eu proponho que a votação possa ser global, relativamente ao artigo 69.º

**Presidente:** Muito obrigado. O Sr. Deputado Artur Lima também concorda?

**Deputado Artur Lima (CDS/PP):** Concordo, para os n.ºs 6, 9 e 11, não para o n.º 10, porque, como temos uma proposta de alteração para o n.º 10, preferia que fosse votado separado desses.

**Presidente:** Passamos à discussão da proposta de alteração da Comissão dos Assuntos Sociais subscrita pelo Partido Socialista aos n.ºs 6, 9 e 11 do artigo 69.º, englobado no artigo 2.º.

Estão abertas as inscrições.

Não havendo inscrições, passamos à votação da proposta de alteração da Comissão dos Assuntos Sociais, subscrita pelo Partido Socialista, aos n.ºs 6, 9 e 11 do artigo 69.º, englobado no artigo 2.º.

Os Srs. Deputados que concordam por favor mantenham-se como se encontram.

Os Srs. Deputados que discordam façam o favor de se sentar.

Os Srs. Deputados que se abstêm façam o favor de se sentar.

**Secretário:** A proposta foi aprovada, com 29 votos a favor do PS, 18 votos a favor do PSD, 5 votos a favor do CDS/PP, 1 voto a favor do PPM, 1 voto contra do PCP e 2 abstenções do BE.

**Presidente:** Muito obrigado.

Vamos passar à proposta de alteração da Comissão dos Assuntos Sociais, subscrita pelo Partido Socialista, ao n.º 10 do artigo 69.º, englobado no artigo 2.º.

Estão abertas as inscrições.

Tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Rosa, faça o favor.

**(\*) Deputado Paulo Rosa (CDS/PP):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Sr. Membros do Governo:

Obviamente que estas alterações ao artigo 69.º resultaram de um processo negocial, não foram alvo de contestação.

A nossa proposta – que não está aqui a ser analisada, vai ser analisada a proposta que vem da Comissão – é muito semelhante, é apenas uma questão de redacção, nós pensamos que onde se refere uma “redução de uma hora na sua componente não

lectiva” se deve acrescentar “e uma na componente lectiva semanais”, por uma questão de clarificação de texto.

Muito obrigado.

**Presidente:** Obrigado, Sr. Deputado.

Não havendo mais inscrições, vamos passar à votação da proposta de alteração da Comissão dos Assuntos Sociais subscrita pelo Partido Socialista ao n.º 10 do artigo 69.º, englobado no artigo 2.º.

Os Srs. Deputados que concordam por favor mantenham-se como se encontram.

Os Srs. Deputados que se abstêm façam o favor de se sentar.

**Secretário:** A proposta foi aprovada, com 29 votos a favor do PS, 18 votos a favor do PSD, 1 voto a favor do PCP, 1 voto a favor do PPM, 5 abstenções do CDS/PP e 2 abstenções do BE.

**Presidente:** Depois desta aprovação, a proposta de alteração do n.º 10 do artigo 69.º, englobado no artigo 2.º, do Partido Comunista e do CDS/PP, fica prejudicada.

Quanto à proposta de alteração do Partido Comunista para os n.ºs 1, 2, 3, 4 e 5, podemos colocar tudo junto ou prefere que se faça o debate em separado?

**Deputado Aníbal Pires (PCP):** Pode ser tudo junto.

**Presidente:** Obrigado, Sr. Deputado.

Vamos colocar em discussão e em debate a Proposta de Alteração do Partido Comunista Português aos n.ºs 1, 2, 3, 4 – que é a eliminação – e 5 do artigo 70.º, englobado no artigo 2.º.

Estão abertas as inscrições para o debate.

O Sr. Deputado Aníbal Pires tem a palavra, faça o favor.

**(\*) Deputado Aníbal Pires (PCP):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Sr. Membros do Governo:

A introdução deste novo artigo tinha a ver com uma proposta de alteração do...

*(Apartes inaudíveis da câmara)*

**Presidente:** Sr. Deputado, pode sentar-se, averiguar os seus papéis, que nós esperamos 10 minutos.



**O Orador:** Peço desculpa.

De qualquer forma, a nossa proposta para o artigo 70.º tinha a ver com algumas alterações que queremos introduzir relativamente à comissão coordenadora de avaliação. Tem a ver apenas com uma questão de ajustamento relativamente aos mandatos e à coincidência dos mandatos, quer do presidente, quer dos vogais que integram a comissão coordenadora de avaliação.

**Presidente:** Já votámos, Sr. Deputado. Essa proposta ficou prejudicada.

**O Orador:** Sobre o artigo 70.º é uma comissão coordenadora de avaliação e não uma comissão pedagógica de avaliação.

**Presidente:** Agradeço que o Sr. Deputado seja conciso nas suas declarações.

**O Orador:** Está feito, Sr. Presidente.

É apenas para clarificar a coincidência dos mandatos do presidente com os membros da comissão.

**Presidente:** Muito obrigado, Sr. Deputado.

Não havendo mais inscrições, vamos passar à votação da proposta de alteração do Partido Comunista Português aos n.ºs 1, 2, 3, 4 e 5 do artigo 70.º, englobado no artigo 2.º.

Os Srs. Deputados que concordam, por favor mantenham-se como se encontram.

Os Srs. Deputados que discordam façam o favor de se sentar.

Os Srs. Deputados que se abstêm façam o favor de se sentar.

**Secretário:** A proposta foi rejeitada, com 29 votos contra do PS, 5 votos contra do CDS/PP, 1 voto a favor do PCP, 1 voto a favor do PPM, 18 abstenções do PSD e 2 abstenções do BE.

**Presidente:** Passamos para a proposta de alteração da Comissão dos Assuntos Sociais, subscrita pelo PS, ao n.º 6 do artigo 70.º, englobado no artigo 2.º.

Estão abertas as inscrições para o debate.

Tem a palavra a Sra. Deputada Graça Teixeira.

**(\*) Deputada Graça Teixeira (PS):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Em relação ao nº 6, as directivas da comissão coordenadora da avaliação devem ser ratificadas pelo órgão competente, neste caso um órgão do conselho pedagógico da escola. É só esse o esclarecimento.

**Presidente:** Muito obrigado, Sra. Deputada.

Não havendo mais inscrições, vamos passar à votação da proposta de alteração da Comissão dos Assuntos Sociais, subscrita pelo PS, ao nº 6 do artigo 70.º, englobado no artigo 2.º.

Os Srs. Deputados que concordam por favor mantenham-se como se encontram.

Os Srs. Deputados que se abstêm façam o favor de se sentar.

**Secretário:** A proposta foi aprovada, com 29 votos a favor do PS, 18 votos a favor do PSD, 5 votos a favor do CDS/PP, 1 voto a favor do PCP, 1 voto a favor do PPM e 2 abstenções do BE.

**Presidente:** Vamos colocar à votação o corpo restante do artigo 70.º englobado no artigo 2.º, da proposta do Governo.

Os Srs. Deputados que concordam, por favor mantenham-se como se encontram.

Os Srs. Deputados que se abstêm façam o favor de se sentar.

**Secretário:** A proposta foi aprovada, com 29 votos a favor do PS, 18 votos a favor do PSD, 5 votos a favor do CDS/PP, 1 voto a favor do PCP, 1 voto a favor do PPM e 2 abstenções do BE.

**Presidente:** Passamos agora à proposta de alteração da Comissão dos Assuntos Sociais, subscrita pelo Partido Socialista, ao artigo 71.º, englobado no artigo 2.º.

Estão abertas as inscrições para o debate.

Está inscrita a Sra. Deputada Graça Teixeira, tem a palavra.

**(\*) Deputada Graça Teixeira (PS):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

O artigo 71.º tem a ver com o processo de avaliação.

Julgo que estamos a clarificá-lo na sua globalidade, Sr. Presidente, posso fazê-lo?

Este artigo tem a ver com a agilização do processo, tendo em conta o cronograma da avaliação, tem a ver com a calendarização dos avaliados, adequando-os aos novos prazos e *timings* relativamente aos escalões. Há reformulação nalguns aspectos, uma

vez que deixou de se utilizar o termo “grelhas”, passando a ser “formulário”, e retiraram-se alguns limites temporais.

É essencialmente destes aspectos de forma e de adequação aos artigos anteriormente aprovados quanto ao processo de avaliação que trata este artigo.

**Presidente:** Obrigado, Sra. Deputada.

Não havendo mais inscrições, vamos passar à votação da Proposta de Alteração da Comissão dos Assuntos Sociais, subscrita pelo Partido Socialista, ao artigo 71.º, englobado no artigo 2.º.

Os Srs. Deputados que concordam, por favor mantenham-se como se encontram.

Os Srs. Deputados que discordam façam o favor de se sentar.

Os Srs. Deputados que se abstêm façam o favor de se sentar.

**Secretário:** A proposta foi aprovada, com 29 votos a favor do PS, 18 votos a favor do PSD, 5 votos a favor do CDS/PP, 1 voto a favor do PPM, 1 voto contra do PCP e 2 abstenções do BE.

**Presidente:** Muito obrigado.

Vamos proceder à votação do corpo restante do artigo 71.º da Proposta de Decreto Legislativo Regional que “altera o Estatuto da Carreira Docente na Região Autónoma dos Açores, do Governo Regional, aprovado pelo Decreto Legislativo Regional n.º 21/2007/A, de 30 de Agosto”.

Os Srs. Deputados que concordam, por favor mantenham-se como se encontram.

Os Srs. Deputados que se abstêm, façam o favor de se sentar.

**Secretário:** A proposta foi aprovada, com 29 votos a favor do PS, 18 votos a favor do PSD, 5 votos a favor do CDS/PP, 1 voto a favor do PCP, 1 voto a favor do PPM e 2 abstenções do BE.

**Presidente:** Muito obrigado.

Seguimos com a proposta de alteração do Partido Socialista ao n.º 1, alíneas h) e i) do artigo 72.º, englobado no artigo 2.º.

Estão abertas as inscrições no debate.

A Sra. Deputada Nélia Amaral pede a palavra para?

**Deputada Nélia Amaral (PS):** Para uma interpelação à Mesa? **Presidente:** Tem a palavra.

**Deputada Nélia Amaral (PS):** Sr. Presidente, queria só fazer uma sugestão. Se não houver oposição da câmara, sugeria que as alterações ao artigo 72.º sejam postas à discussão e à votação em conjunto.

**Presidente:** Não há objecção por parte dos restantes Grupos e Representações Parlamentares?

Agradeço a sugestão à Sra. Deputada Nélia Amaral.

Estando todos de acordo, vamos então fazer a discussão da proposta de alteração do Partido Socialista ao n.º 1, alíneas h) e i), ao n.º 2, alíneas b) – que é eliminação – d), e), f) – que é eliminação –, aos n.ºs 4, 5, 6 – que é eliminação – 7, 8, 9, 10, 11, 12 e 13 do artigo 72.º, englobado no artigo 2.º.

Estão abertas as inscrições no debate.

Está inscrita a Sra. Deputada Cláudia Cardoso, tem a palavra.

**(\*) Deputada Cláudia Cardoso (PS):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Como sabe, nós entregámos a não subscrição da proposta que vinha da comissão e pedi a palavra para esclarecer porque o fizemos.

Respeitava apenas à alínea g), que em comissão nós tínhamos, incorrectamente ou inadvertidamente, colocado como eliminada e queríamos manter. Esta alínea g) do n.º 2 diz, precisamente, o seguinte: “Envolvimento em actividades de apoio aos alunos”. Não subscrevemos, repito, apenas no que diz respeito à alínea g), do n.º 2.

Para além disso, estas propostas de alteração que constam do artigo 72.º, relativo aos itens de classificação, dizem respeito a algumas alterações, por exemplo:

No n.º 1, dizem respeito àquilo que concerne à partilha de práticas profissionais, que antes, na proposta vinda do Governo, estava nas boas práticas, considerámos que, podendo essas práticas, quaisquer que elas fossem, ser partilhadas, fez-se a alteração desta redacção;

Também na alínea i), incluímos o desenvolvimento de dinâmicas conducentes à melhoria do desempenho escolar dos alunos;

No n.º 2 retirámos precisamente o que dizia respeito ao progresso do desempenho escolar dos alunos;

No n.º 4 foi incluído, após o período avaliativo, um encontro de reflexão entre docentes e observadores;

No n.º 5, que diz respeito à questão da observação de aulas, incluímos a possibilidade de existir delegação, sempre que possível, nos casos em que nenhum dos observadores pertença ao mesmo grupo de docência do avaliado;

Procedeu-se à eliminação do n.º 6, na medida em que esta intenção está já presente no n.º 5;

Os n.ºs 7, 8 e 9 dizem respeito à diferenciação que fizemos entre a avaliação dependente do escalão em que o docente se encontra, para que ficasse claro e simples, portanto os n.ºs 7, 8 e 9 foram aqui incluídos;

Para além disso, o n.º 10 diz respeito a quando a observação é feita a docentes que queiram a menção de “Muito bom” ou de “Excelente”, tem as condições para isso;

Os n.ºs 11, 12 e 13 também respeitam à forma como se processarão, depois, todos os procedimentos decorrentes dessa observação de aulas.

Era para prestar estes esclarecimentos.

Muito obrigada.

**Presidente:** Muito obrigado, Sra. Deputada.

Passo a palavra ao Sr. Deputado Aníbal Pires.

**(\*) Deputado Aníbal Pires (PCP):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

A nossa proposta, que temos também para este artigo, vai acabar por ficar prejudicada pela votação da proposta da comissão mas, entretanto, gostaria de tecer aqui uma ou duas considerações sobre esta questão.

Primeiro, consideramos que a observação de aulas é importante, é um elemento, mas deve ser só efectuada a pedido do docente ou quando se verificarem – e há condições para que o dirigente do serviço possa verificar isso – situações anómalas, em que a observação de aulas possa, de facto, contribuir para ou seja determinante para a avaliação de desempenho do docente.

Por outro lado, na proposta do Partido Socialista há uma clara discriminação, conforme a situação que está a terreiro.

Para os primeiros escalões a avaliação tem um carácter fortemente penalizador, carácter que, no nosso entender, não deveria ter, porque nos primeiros anos de carreira os professores ainda estão em formação, nos ganhos de experiência que têm com a actividade lectiva e, como tal, a avaliação não deveria ter o carácter punitivo que lhe é atribuído na proposta do Partido Socialista.

Relativamente à nossa proposta de alteração, ela vai ser prejudicada agora pela votação e já estava prejudicada também por votações anteriores, porque consideramos que, efectivamente, a observação de aulas devia ser apenas um recurso e não deveria ser o centro e o cerne da avaliação.

Muito obrigado.

**Presidente:** Muito obrigado, Sr. Deputado.

Tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Rosa.

**(\*) Deputado Paulo Rosa (CDS/PP):** Obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Obviamente que em relação a estes pontos nós tínhamos, também, propostas de alteração.

Concordamos, na essência, com o que o Sr. Deputado Aníbal Pires aqui afirmou.

De facto, continuo sem perceber em que é que o n.º 6 é redundante com o n.º 5, ou seja, seria nossa intenção manter este n.º 6, uma vez que não há nada no n.º 5 que confira a possibilidade, ao professor, de pedir que lhe sejam observadas aulas extra. Talvez a Sra. Deputada Cláudia Cardoso me possa esclarecer melhor em relação a esse assunto.

De resto, aproveito também esta oportunidade para subscrever a alínea g) que o PS acrescentou.

Obviamente que tínhamos também alterações em relação aos n.ºs 7, 8 e 9, que passavam pela eliminação do 7 e do 8 e por um n.º 9 em que se salvaguardasse que as aulas assistidas ou observadas teriam apenas efeitos classificativos ou somativos para os professores onde houvesse indícios de dificuldades na prática pedagógica ou para professores que aspirassem às menções de “Muito bom” e de “Excelente”. Isto porque – a Sra. Secretária disse-o ontem, a Sra. Deputada Catarina Furtado disse-o hoje, já o anterior titular da pasta o disse – os professores, na sua essência, no

essencial e no geral, são bons. Essa é a normalidade, toda a gente o reconhece. O que é anómalo, como diz o Deputado Aníbal Pires, é que deve ser objecto de avaliação com teor classificativo e somativo. Não abdicando, obviamente, do aspecto formativo que essas observações devem conter e, nesse aspecto, obviamente que concordamos. Muito obrigado.

**Presidente:** Muito obrigado, Sr. Deputado.

Passo a palavra à Sra. Deputada Cláudia Cardoso.

**(\*) Deputada Cláudia Cardoso (PS):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Gostaria de fazer aqui algumas precisões.

Tal como eu disse na minha primeira intervenção, nós entendemos que o acrescento destes pontos 7, 8 e 9 permite fazer uma diferenciação que, do nosso ponto de vista, é correcta, ou seja, os professores no início de carreira têm, digamos, uma observação mais estreita – têm, por escalão, duas observações com carácter somativo –, nos três escalões seguintes isso já não acontece – a observação acontece, mas a primeira delas tem apenas carácter formativo – e, finalmente, essa observação nos últimos escalões é requerida, se o docente assim o entender, para as menções de “Muito bom” e de “Excelente”.

Portanto, nós não subscrevemos aquilo que defendeu o Sr. Deputado do Partido Comunista quando diz que a observação de aulas seria apenas desejável para aqueles professores que quisessem as menções de “Muito bom” ou de “Excelente”.

Nós entendemos, pelo contrário, que o fulcro da actividade docente é na sala de aula e, portanto, não faz nenhum sentido ter uma avaliação de desempenho que não se centre na sala de aula. Para nós, esta avaliação só pode ocorrer se tiver a observação de aulas. Sem a observação de aulas não é possível haver uma fidedigna avaliação do desempenho. Portanto, é um aspecto do qual nós não podemos prescindir, sendo certo que, como expliquei, ele está faseado e tem impactos diferentes conforme a progressão nos escalões.

**Presidente:** Muito obrigado, Sra. Deputada.

Não havendo mais inscrições, vamos colocar à votação a proposta de alteração do Partido Socialista ao n.º 1, alíneas h) e i), ao n.º 2, alíneas b), d), e) e f), n.ºs 4, 5, 6, 7,

8, 9, 10, 11, 12 e 13 – ficando de fora as alíneas g) e h) – do artigo 72.º, englobado no artigo 2.º.

*(Apartes inaudíveis da Câmara)*

**Presidente:** Os Srs. Deputados querem votar apenas até ao n.º 5? Muito bem.

Vamos então proceder à votação da proposta de alteração do Partido Socialista ao n.º 1, alíneas h) e i), ao n.º 2, alíneas b), d), e) e f), n.ºs 4 e 5, do artigo 72.º englobado no artigo 2.º.

Os Srs. Deputados que concordam, por favor mantenham-se como se encontram.

Os Srs. Deputados que discordam façam o favor de se sentar.

Os Srs. Deputados que se abstêm façam o favor de se sentar.

**Secretário:** A proposta foi aprovada, com 29 votos a favor do PS, 5 votos a favor do CDS/PP, 1 voto contra do PCP, 1 voto contra do PPM, 18 abstenções do PSD e 2 abstenções do BE.

**Presidente:** Vamos passar à discussão da proposta de alteração do Partido Comunista ao n.º 2, alíneas g) e h), do artigo 72.º, englobado no artigo 2.º.

Estão abertas as inscrições.

Não havendo inscrições, passamos à votação.

Vamos votar a proposta de alteração do Partido Comunista ao n.º 2, alíneas g) e h), do artigo 72.º, englobado no artigo 2.º.

Os Srs. Deputados que concordam por favor mantenham-se como se encontram.

Os Srs. Deputados que discordam façam o favor de se sentar.

Os Srs. Deputados que se abstêm façam o favor de se sentar.

**Secretário:** A proposta foi rejeitada, com 29 votos contra do PS, 1 voto a favor do PCP, 1 voto a favor do PPM, 18 abstenções do PSD, 5 abstenções do CDS/PP e 2 abstenções do BE.

**Presidente:** Passamos ao debate da proposta de alteração do CDS/PP ao n.º 2, alínea g), do artigo 72.º, englobado no artigo 2.º.

A Sra. Deputada Cláudia Cardoso pede a palavra para?

**Deputada Cláudia Cardoso (PS):** Para uma interpelação à Mesa.



**Presidente:** Tem a palavra, faça o favor.

**(\*) Deputada Cláudia Cardoso (PS):** É para esclarecer o que comecei por dizer na minha intervenção: quando nós lhe oficiámos, dizendo que não subscrevíamos o artigo 72.º, isso deveu-se ao facto de, por lapso, a alínea g) ter sido eliminada na proposta que vem da comissão.

O Sr. Presidente pôs à votação a proposta do PCP para a alínea g).

Se tivesse posto primeiro à votação a do Grupo Parlamentar do PS, se calhar prejudicava as outras e era mais fácil.

Podemos repetir, talvez, essa votação?

**Presidente:** Podemos repetir a votação, sim.

Vamos então debater a proposta de alteração do Partido Socialista ao n.º 2, alínea g) do artigo 72.º, englobado no artigo 2.º.

Os Srs. Deputados que concordam, por favor mantenham-se como se encontram.

Os Srs. Deputados que discordam façam o favor de se sentar.

Os Srs. Deputados que se abstêm façam o favor de se sentar.

**Secretário:** A proposta foi aprovada, com 29 votos a favor do PS, 5 votos a favor do CDS/PP, 1 voto contra do PCP, 1 voto contra do PPM, 18 abstenções do PSD e 2 abstenções do BE.

**Presidente:** Muito obrigado.

As propostas de alteração do Partido Comunista ficaram prejudicadas e a proposta de alteração do PP ficou prejudicada até ao n.º 9.

Vamos agora fazer o debate da proposta de alteração do Partido Socialista aos n.ºs 6, 7, 8 e 9 do artigo 72.º, englobado no artigo 2.º.

Estão abertas as inscrições.

Não havendo inscrições, passamos à votação da proposta.

Os Srs. Deputados que concordam, por favor mantenham-se como se encontram.

Os Srs. Deputados que discordam, façam o favor de se sentar.

Os Srs. Deputados que se abstêm, façam o favor de se sentar.

**Secretário:** A proposta foi aprovada, com 29 votos a favor do PS, 1 voto a favor do PCP, 5 votos contra do CDS/PP, 1 voto contra do PPM, 18 abstenções do PSD e 2 abstenções do BE.

**Presidente:** Muito obrigado, Sr. Secretário.

Vamos colocar à discussão a proposta de alteração do Partido Socialista aos n.ºs 10, 11, 12 e 13 do artigo 72.º, englobado no artigo 2.º.

Estão abertas as inscrições.

Não havendo inscrições, passamos à votação da proposta de alteração do Partido Socialista aos n.ºs 10, 11, 12 e 13 do artigo 72.º, englobado no artigo 2.º.

Os Srs. Deputados que concordam, por favor mantenham-se como se encontram.

Os Srs. Deputados que discordam, façam o favor de se sentar.

Os Srs. Deputados que se abstêm, façam o favor de se sentar.

**Secretário:** A proposta foi aprovada, com 29 votos a favor do PS, 5 votos a favor do CDS/PP, 1 voto contra do PCP, 1 voto contra do PPM, 18 abstenções do PSD e 2 abstenções do BE.

**Presidente:** No mesmo artigo, vamos proceder à discussão da proposta de alteração do Partido Comunista ao n.º 3, alínea c), do artigo 72.º, englobado no artigo 2.º, proposta que não foi prejudicada por nenhuma das votações anteriores.

Estão abertas as inscrições.

Está inscrito o Sr. Deputado Aníbal Pires, tem a palavra.

**(\*) Deputado Aníbal Pires (PCP):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Esta proposta foi prejudicadíssima.

Eu penso que não faz nenhum sentido, sequer, estarmos a votar esta alteração, porque ela está no contexto, enfim, de outras que já foram reprovadas.

Portanto, podemos votar, Sr. Presidente, mas ela não está prejudicada, está prejudicadíssima.

Disse.

**Presidente:** Sr. Deputado Aníbal Pires, a votação, nesta casa, tem de ser rigorosa. Se o senhor propôs, tem de ser discutida e votada a proposta, para não haver, depois, polémica.

Se entender retirar a sua proposta, muito bem, senão, vamos votar, para ficar aqui registado.

Não havendo mais inscrições para o debate desta proposta, vamos colocar à votação a proposta de alteração do Partido Comunista ao n.º 3, alínea c), do artigo 72.º, englobado no artigo 2.º.

Os Srs. Deputados que concordam, por favor mantenham-se como se encontram.

Os Srs. Deputados que discordam, façam o favor de se sentar.

Os Srs. Deputados que se abstêm, façam o favor de se sentar.

**Secretário:** A proposta foi rejeitada, com 29 votos contra do PS, 5 votos contra do CDS/PP, 1 voto a favor do PCP, 1 voto a favor do PPM, 18 abstenções do PSD e 2 abstenções do BE.

**Presidente:** Vamos votar agora o corpo restante do artigo 72.º, englobado no artigo 2.º, com todas as alterações resultantes das votações anteriores.

Os Srs. Deputados que concordam, por favor mantenham-se como se encontram.

Os Srs. Deputados que discordam, façam o favor de se sentar.

Os Srs. Deputados que se abstêm, façam o favor de se sentar.

**Secretário:** A proposta foi aprovada, com 29 votos a favor do PS, 5 votos contra do CDS/PP, 1 voto contra do PCP, 1 voto contra do PPM, 18 abstenções do PSD e 2 abstenções do BE.

**Presidente:** Muito obrigado.

Vamos passar à proposta de alteração da Comissão dos Assuntos Sociais, subscrita pelo Partido Socialista, ao artigo 73.º, englobado no artigo 2.º.

Estão abertas as inscrições no debate.

Não havendo inscrições, vamos passar à votação da proposta de alteração da Comissão dos Assuntos Sociais, subscrita pelo Partido Socialista, ao artigo 73.º, englobado no artigo 2.º.

Os Srs. Deputados que concordam, por favor mantenham-se como se encontram.

Os Srs. Deputados que discordam, façam o favor de se sentar.

Os Srs. Deputados que se abstêm, façam o favor de se sentar.

**Secretário:** A proposta foi aprovada, com 29 votos a favor do PS, 5 votos a favor do CDS/PP, 1 voto a favor do PCP, 1 voto contra do PPM, 18 abstenções do PSD e 2 abstenções do BE.

**Presidente:** Muito obrigado.

Julgo que não é preciso votar o corpo.

Passamos para o debate da proposta de alteração da Comissão dos Assuntos Sociais, subscrita pelo Partido Socialista, ao artigo 74.º, englobado no artigo 2.º.

Estão abertas as inscrições no debate.

Sr. Deputado Aníbal Pires, está inscrito, tem a palavra.

**(\*) Deputado Aníbal Pires (PCP):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Relativamente ao artigo 74.º queria apenas dizer o seguinte: há neste artigo uma clara burocratização do processo de avaliação, uma vez que um dos instrumentos poderia dispensar o outro, isto é, o preenchimento da grelha poderia evitar a apresentação do relatório, mas os senhores gostam de gastar papel, tudo bem.

Vão, no entanto, ter o meu voto desfavorável.

**Presidente:** Muito obrigado, Sr. Deputado.

Passo a palavra à Sra. Deputada Graça Teixeira.

**(\*) Deputada Graça Teixeira (PS):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Só um esclarecimento: não se trata de gastar papel. Trata-se, sim, de uniformizar um relatório de auto-avaliação, que é o que estamos a tratar no artigo 74.º, não o deixar de formato livre, tendo sido esse o desejo dos professores que leccionam na Região.

Muito obrigada.

**Presidente:** Muito obrigado, Sra. Deputada.

Não havendo mais inscrições, vamos passar à votação da proposta de alteração da Comissão dos Assuntos Sociais, subscrita pelo Partido Socialista, ao artigo 74.º, englobado no artigo 2.º.

Os Srs. Deputados que concordam, por favor mantenham-se como se encontram.

Os Srs. Deputados que discordam, façam o favor de se sentar.

Os Srs. Deputados que se abstêm, façam o favor de se sentar.

**Secretário:** A proposta foi aprovada, com 29 votos a favor do PS, 18 votos a favor do PSD, 5 votos a favor do CDS/PP, 1 voto contra do PCP, 1 voto contra do PPM e 2 abstenções do BE.

**Presidente:** Passando à próxima proposta, pergunto ao PP se posso colocar a debate, em conjunto, a proposta de alteração aos n.ºs 3, 5, 7, 8 e 9 do artigo 76.º, englobado no artigo 2.º, ou se prefere em separado?

**Deputado Artur Lima (CDS/PP):** Queremos que o n.º 3 seja votado separado.

**Presidente:** Muito bem!

A Sra. Deputada Nélia Amaral pede a palavra para?

**Deputada Nélia Amaral (PS):** Sr. Presidente, era só para lembrar à Mesa que é necessário pôr à votação o n.º 2 do artigo 74.º.

**Presidente:** Assim sendo, passamos à votação do n.º 2 do artigo 74.º, da proposta do Governo, englobado no artigo 2.º.

Os Srs. Deputados que concordam, por favor mantenham-se como se encontram.

Os Srs. Deputados que discordam, façam o favor de se sentar.

Os Srs. Deputados que se abstêm, façam o favor de se sentar.

**Secretário:** O n.º 2 do artigo 74.º foi aprovado, com 29 votos a favor do PS, 18 votos a favor do PSD, 5 votos a favor do CDS/PP, 1 voto contra do PCP, 1 voto contra do PPM e 2 abstenções do BE.

**Presidente:** Muito obrigado.

Vamos passar à proposta de alteração da Comissão dos Assuntos Sociais, subscrita pelo Partido Socialista, ao n.º 3.º do artigo 76.º, englobado no artigo 2.º.

O Sr. Deputado Aníbal Pires pede a palavra para?

**Deputado Aníbal Pires (PCP):** É para uma interpelação à Mesa. **Presidente:** Faça o favor.

**Deputado Aníbal Pires (PCP):** Sr. Presidente, o artigo 74.º não é objecto de votação?

**Presidente:** Já foi, Sr. Deputado, já vamos no artigo 76.º.

Está à discussão a proposta de alteração da Comissão dos Assuntos Sociais, subscrita pelo Partido Socialista, ao n.º 3.º do artigo 76.º, englobado no artigo 2.º.

Estão abertas as inscrições.

Tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Rosa.

(\*) **Deputado Paulo Rosa (CDS/PP):** Obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Obviamente que nós temos uma proposta para este ponto, que também vai ficar prejudicada, mas não queríamos deixar de enunciar o que preconizamos em relação a este assunto.

O CDS/PP pretendia eliminar a comissão especializada que afere a excelência. Isto por uma razão muito simples: nós consideramos que é um atestado de menoridade intelectual e de irresponsabilidade aos avaliadores, que têm capacidade para determinar as outras menções mas não lhes é reconhecida capacidade para determinar e reconhecer a excelência.

**Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Isso é a Inquisição, é a Inquisição!

**O Orador:** Isto vem na sequência do que eu disse na minha intervenção sobre a generalidade e agora também não prescindimos desta opinião.

**Presidente:** Passo a palavra à Sra. Deputada Cláudia Cardoso.

**(\*) Deputada Cláudia Cardoso (PS):** Muito obrigada, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Para precisar que a proposta de alteração que vem da Comissão é, precisamente no n.º 3, divergente da opinião expressa pelo Deputado Paulo Rosa.

Nós consideramos que a menção de “Excelente” tem de ter uma aferição de nível regional, não pode ser uma menção atribuída com facilidade e, portanto, essa aferição só pode ser feita por uma comissão especializada e daí a necessidade e a criação dessa mesma comissão.

Nós defendemos a existência desta comissão, os senhores não defendem, temos pontos divergentes.

**Presidente:** Muito obrigado, Sra. Deputada.

Tem a palavra o Sr. Deputado Artur Lima.

**(\*) Deputado Artur Lima (CDS/PP):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo, Sra. Deputada Cláudia Cardoso:

O que se verifica com essa vossa proposta, para além daquilo que o meu companheiro Paulo Rosa já disse, é que os senhores querem “*apertar a malha*” o máximo possível.

Ou seja: os senhores entendem que quem classifica de “Excelente” um professor é incompetente. Assim, os senhores querem elevar isto a um patamar acima para,

obviamente, “*apertarem a malha e o funil muito fininho*”, para saírem poucos “Excelentes”.

Porque este estatuto, que os senhores tão bem defenderam, no ano passado, tem uma virtude e a virtude é o nivelar tudo pelo “Bom”. Foi com isto, e com mais uma graça ou outra, que os senhores conseguiram, no ano passado, apaziguar alguns professores e alguns sindicatos. Os senhores nivelaram tudo pelo “Bom”, porque bastava ter “Bom” para progredir.

Agora vêm confirmar aquilo que nós, no ano passado, dizíamos: os senhores não querem “Excelência” nem querem “Excelentes”, porque quando eles têm a possibilidade de aparecer os senhores “*cortam-lhes as pernas*”.

É isto que se passa com esta vossa proposta, é esse o espírito desde o ano passado.

Os senhores quiseram evitar, obviamente, que a crise externa se estendesse aos Açores – como a crise internacional, também a crise dos professores se podia estender aos Açores.

Vou recuperar aqui as, enfim, deselegantes alusões que fizeram às manifestações de professores.

*(Apartes inaudíveis da câmara)*

**O Orador:** Não foi a Sra. Deputada, foi alguma deputada do seu Grupo Parlamentar.

**Deputado Paulo Estêvão (PPM):** É o medo!

**O Orador:** As manifestações só não tiveram a mesma adesão nas ilhas porque somos, justamente, ilhas e foi isso que o Sr. Presidente do Governo, Carlos César, quis evitar, com medo da crise do camarada Sócrates.

Agora, que fique bem claro: os senhores não fizeram isto com espírito altruísta e a favor dos professores. Os senhores não fizeram isto para dignificar a carreira docente. Os senhores não fizeram isto para devolver, ao professor, a dignidade e a autoridade na sala de aulas. Não fizeram nada disso.

**Deputado Paulo Estêvão (PPM):** *Muito bem!*

**O Orador:** Por isso, vão sendo apanhados, de vez em quando, nas vossas incoerências e esta é uma delas. Elas vão aparecendo no diploma, porque os senhores não conseguiram escondê-las todas.

Muito obrigado.

**Deputado Paulo Estêvão (PPM):** *Muito bem!*

**Presidente:** Passo a palavra ao Sr. Deputado Paulo Estêvão.

**(\*) Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Inscrevi-me para esta intervenção porque fiquei indignado com as palavras da Sra. Deputada Cláudia Cardoso, indignado não porque elas fossem ofensivas, mas porque...

**Deputado Lizuarte Machado (PS):** O Sr. Deputado está preocupado porque não quer ser avaliado.

**O Orador:** Não, embora ser avaliado pelos senhores tenha alguns riscos.

*(Risos da câmara)*

*(Apartes inaudíveis da câmara)*

**O Orador:** Eu quero dizer-lhe que esta questão dos “Excelentes” e dos “Muito bons” é, de facto e literalmente, “*para inglês ver*”, porque isto vai ser filtrado ao pormenor. Algumas pessoas poderão pensar “bom, realmente eu sou em excelente professor” – eu conheço muitos – mas depois poderão verificar, na prática, que, de facto, nada disto vai suceder e que isto é um “*rebuçado envenenado*”, e porquê? Porque, de facto, o problema do ponto de vista burocrático, a exigência criada do ponto de vista burocrático e, até, o órgão de Inquisição que é criado vão inviabilizar a existência real de muitos destes casos.

A verdade é esta e, de futuro, aqui estaremos para ver isto.

Muito obrigado.

**Presidente:** Obrigado, Sr. Deputado.

Passo a palavra à Sra. Deputada Cláudia Cardoso.



**(\*) Deputada Cláudia Cardoso (PS):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Pedi a palavra para refutar, com veemência, aquilo que disse o Deputado Artur Lima. Eu não sei, quando se referiu a “*uma graçola ou outra*”, se estava a mencionar as diferenças entre o estatuto regional e o estatuto nacional. É porque se acha que isto é uma “*graçola ou outra*”, devo dizer-lhe que não são “*graçolas*”, Sr. Deputado, são coisas sérias.

Eu não sei se teve oportunidade de ver e se conhece as verdadeiras diferenças que separam o estatuto nacional do estatuto regional.

**Deputado Artur Lima (CDS/PP):** Desde o ano passado.

**A Oradora:** Então, se conhece, sabe que não se trata de “*graçolas*”, são coisas muito sérias e, nisso, temos sempre de falar com seriedade.

É também em nome da seriedade e do rigor que nós queremos essa comissão especializada. Não é para afunilar absolutamente nada, Srs. Deputados. O que se passa é que nós não podemos banalizar a menção de “Excelente”, como é óbvio. Não a podemos banalizar porque, como os senhores bem sabem, nem todos os professores são excelentes, tal como nem todos os professores são péssimos. Nas pontas, nos extremos, terá, necessariamente, de haver menos professores. Mas se houver professores que mereçam essa menção, essa comissão especializada, porque é transversal e porque tem um cariz regional, poderá aferir se esses professores estão todos ao mesmo nível.

Repare: se não houver essa comissão, o que pode acabar por acontecer? Um professor pode ser considerado excelente numa escola e noutra já não porque, aí, o critério não é aferido com um nível regional. O que nós queremos é não permitir que esse tipo de injustiça ocorra, porque não nos interessa que ocorra esse tipo de injustiça.

A menção de “Excelente” é uma menção muito importante, muito séria e que abona muito a favor do nosso sistema educativo. Sabemos que temos muitos professores excelentes e queremos que eles tenham essa menção. Agora queremos que, com justiça e com equidade, essa menção seja atribuída.

Não somos é adeptos do facilitismo que os senhores querem pôr nas coisas, que é nivelar tudo pelo “Bom”.

Nós não corroboramos com isso.

Muito obrigada.

**Deputado Lizuarte Machado (PS):** *Muito bem!*

**Presidente:** Muito obrigado, Sra. Deputada.

Tem a palavra a Sra. Secretária Regional da Educação e Formação, faça o favor.

**(\*) Secretária Regional da Educação e Formação (Lina Mendes):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Membro do Governo:

Nós queremos salientar o mérito. A nossa excelência está associada ao rigor e à exigência. A excelência, para nós, é sinónimo de rigor e exigência.

Como a Sra. Deputada Cláudia Cardoso disse, nós não vamos banalizar a excelência, daí que queiramos ser exigentes, confiando no desempenho dos professores, dando-lhes mérito e salientando realmente os que são verdadeiramente excelentes.

**Deputado Artur Lima (CDS/PP):** Não é verdade.

**A Oradora:** Não podemos nivelar todos por igual.

A diferenciação é por nós assumida.

Obrigada.

**Presidente:** Obrigado, Sra. Secretária.

Tem a palavra o Sr. Deputado Artur Lima.

**(\*) Deputado Artur Lima (CDS/PP):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Banalizar – foi o verbo que os senhores encontraram para classificar o desempenho dos professores – banalizar. Essa é que é a verdade.

Vamos lá ver a proposta.

Tomara a mim – utopicamente, é óbvio – que todos os professores tivessem a classificação de “Excelente”.

Tomara à Sra. Secretária que todos os Srs. Professores fossem excelentes, ultrapassava a Finlândia, tanto admirada por José Sócrates.

Esse é que deve ser o caminho a perseguir e não o pôr entraves na progressão, no desempenho e na excelência dos professores, que é o que os senhores estão a fazer.

Agora vejam esse artigo que os senhores propõem, essa comissão especializada.

Não lhe querem dar outro nome? Ainda o podem alterar. Dêem-lhe outro nome, porque talvez fique melhor.

Mais uma vez sou contra o vosso património da liberdade, que os senhores tanto apregoam, dando outro nome a esta comissão, porque é constituída por um docente nomeado pelo avaliado, um docente do ensino superior. Gostaria que me explicassem porquê, porque eu não consigo entender. Tenho as minhas limitações, é verdade, mas não consigo entender porque é um docente do ensino superior. Mais uma vez os senhores estão a minorizar os graus de ensino e não dão a atribuição devida a cada um deles.

**Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Eles sabem isso!

**O Orador:** Assim, põe-no numa posição de subordinação ao outro ensino, Sra. Deputada.

**Deputado José Manuel Bolieiro (PSD):** É uma visão mais do que ultrapassada.

**O Orador:** Por último – os Srs. Deputados tomem bem nota disto – uma individualidade de reconhecido mérito na área da educação.

Olhem, com toda a sinceridade, as individualidades de reconhecido mérito que os senhores têm nomeado e que os senhores têm socorrido têm uma característica no mérito: serem militantes ou simpatizantes do Partido Socialista. Essa é que é a verdade.

*(Aplausos das bancadas do CDS/PP e do PPM)*

Isto é muito subjectivo. O que é uma individualidade de reconhecido mérito? Quem é que reconhece o mérito a essa individualidade? Quem reconhece isso?

**Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Um subcomissário, um comissário político.

**O Orador:** É um subcomissário político, nomeado pelo comissário político, que é o Director Regional, que escolhe ambos, são ambos designados pelo Director Regional com competência na matéria. Obviamente ouvindo o comissário chefe, depois o comissário supremo e depois vem por aí abaixo.

**Secretária Regional da Educação e Formação (Lina Mendes):** Um é nomeado pelo próprio avaliado.

**O Orador:** Isto é vergonhoso em democracia, isto é subverter o sistema. Isto não é rigor, isto é subjectividade partidária. Subjectividade, é o que isto é, não é um critério objectivo.

**Deputado Paulo Rosa (CDS/PP):** *Muito bem!*

**O Orador:** Sra. Deputada Cláudia Cardoso e Sra. Secretária da Educação, aqui exigia-se objectividade.

Gostaria me esclarecessem onde está a objectividade na personalidade de reconhecido mérito, onde está a objectividade de ser designado pelo Director Regional, porque os professores não reconhecem – tal como eu não reconheceria, se fosse professor – mérito a ninguém desta gente e não reconhecem sequer mérito ao Membro do Governo, em muitas situações.

Portanto, Sra. Secretária, vai-me explicar o porquê disto, porque é que aqui está, porque eu não percebi. É aquele velho ditado: “*explique-me como se eu fosse...*” aquele nome. Eu gostaria muito que me explicasse esta vossa objectividade.

Isto é lamentável nos tempos de hoje.

Os senhores não querem excelência, não querem rigor, não querem objectividade, querem, sim, controlar e isso é uma coisa bem diferente. Quem chega a excelente tem de passar pelo crivo do Governo, seja ele qual seja. Isto é o que diz aqui, seja do PS ou seja de outro partido qualquer. Isso é que, democraticamente, o CDS não aceita.

Fico à espera das explicações.

Muito obrigado.

**Vozes de deputados da bancada do CDS/PP:** *Muito bem! Muito bem!*

*(Aplausos das bancadas do CDS/PP e do PPM)*

**Presidente:** Muito obrigado, Sr. Deputado.

Passo a palavra ao Sr. Deputado Paulo Estêvão.

**(\*) Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Penso que ficou agora bem patente qual é a avaliação que é rigorosa.

A avaliação que não é banal, que é rigorosa e que tem grandes critérios de qualidade é o “Muito Bom” e o “Excelente”. A outra avaliação é banal, não tem critérios de rigor, precisa de um pente mais fino no topo, porque até “Bom” não é necessário. Daí para a frente então sim, então a partir daí temos a verdadeira avaliação.

Sobre essa verdadeira avaliação o que é preocupante é que fica nas mãos de uma administração que hoje – e eu posso testemunhar isso pessoalmente – não é independente, é uma administração que está muito politizada, é uma administração que está dominada pelos interesses do Partido Socialista.

Portanto, é bastante preocupante para a democracia, é bastante preocupante para os Srs. Professores, para o sistema de ensino, que sejam estes os critérios para a “Excelência” e para o “Muito Bom”.

Veremos, mais tarde, quem teve o “Muito Bom” e o “Excelente” e depois faremos as conotações da independência da administração.

Da minha perspectiva, não é nenhuma.

**Presidente:** Muito obrigado, Sr. Deputado.

Dou a palavra à Sra. Deputada Catarina Furtado.

**(\*) Deputada Catarina Furtado (PS):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Sr. Deputado Artur Lima, eu estou aqui um pouco baralhada porque o senhor, no dia 21 de Janeiro deste ano, disse que era louvável o exemplo do Governo dos Açores: “O Governo Regional, numa iniciativa louvável, decidiu rever o estatuto da carreira docente”. Agora, o senhor está num rol de críticas que, de facto, não se percebe.

Mais: se nós não quiséssemos excelência, tínhamos posto quotas para a excelência. Não há quotas para a excelência, não há quotas para o “Muito Bom”, o que há, com esta comissão, é tentar aferir uma uniformização ao nível das escolas da Região, que é uma coisa bastante distinta.

A excelência não tem quotas, não tem afunilamentos. O senhor disse e muito bem: trabalhem todos para a excelência, que é o que nós queremos.

Obrigada.

**Deputado Berto Messias (PS):** *Muito bem!*

**Presidente:** Obrigado, Sra. Deputada Catarina Furtado.

Para uma intervenção, passo agora a palavra ao Sr. Deputado Jorge Costa Pereira.

**(\*) Deputado Jorge Costa Pereira (PSD):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Pedi a palavra para participar neste debate e para fazer aqui um registo que me parece que é importante.

As alterações que aqui têm sido analisadas revelam bem as contradições do discurso do Partido Socialista e do Governo nesta matéria. É porque excelência é uma coisa, desconfiança é outra.

**Deputado Artur Lima (CDS/PP):** *Muito bem!*

**O Orador:** Esta comissão que os senhores criam agora é um atestado de desconfiança e de menoridade a quem nas escolas faz a avaliação dos docentes.

Porque reparem que a comissão é constituída por um docente indicado pelo avaliado mas, depois, ele está em minoria.

**Deputado José Manuel Bolieiro (PSD):** Acho que ainda não compreenderam bem, realmente ainda não compreenderam muito bem.

**O Orador:** Ele está em minoria, com uma personalidade de reconhecido mérito – mas isso do reconhecido mérito pode ser o que os senhores quiserem – e depois um professor do ensino superior, que do ensino secundário e das nossas escolas o que conhece é praticamente zero. Eu conheço vários professores do ensino superior que não fazem ideia nem do que são as escolas de hoje, nem sequer do programa.

Portanto, o que os senhores estão a fazer aqui é aquela velha tática de “*dar com uma mão e tirar com as duas*” e isso é inaceitável, é um atestado de desconfiança e de menoridade a quem, nas escolas, vai fazer a avaliação dos professores. É inaceitável.

**Deputado José Manuel Bolieiro (PSD):** Muito bem, Sr. Deputado!

**Presidente:** Muito obrigado, Sr. Deputado.

Sem demora, passo a palavra à Sra. Deputada Cláudia Cardoso.

**(\*) Deputada Cláudia Cardoso (PS):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Não querendo eternizar este debate, pedi a palavra para dizer duas ou três coisas que me parecem importantes.

Sr. Deputado Artur Lima, eu não vejo que possa haver mais clareza do que aqui há: um docente do ensino superior na área das ciências da educação. A não ser que o senhor desconfie da competência dos docentes do ensino superior na área das ciências da educação.

**Deputado Artur Lima (CDS/PP):** Não é desconfiar, é minorizar!

**A Oradora:** Isto permite, se o Sr. Deputado quer que lhe explique, que estes docentes, que têm formação específica em supervisão pedagógica, possam avaliar a competência pedagógica dos docentes e, mais importante – e eu já o disse – possam aferir, ao nível regional, a excelência.

É que a excelência pode, também, ser um factor de injustiça, se for avaliada sem esta aferição. É isto que nós procuramos, não há aqui mais nada para além disso.

Sr. Deputado Costa Pereira, o Sr. Deputado vem dizer que nós partimos de um princípio de desconfiança.

Em primeiro lugar, queria dar-lhe as boas-vindas ao debate, Sr. Deputado, porque pensei que o PSD estava em *blackout* neste debate.

*(Risos da câmara)*

É a primeira vez que falou, bem-vindo ao debate, Sr. Deputado.

Devia estar a guardar-se para as suas 5 propostas, que nós ansiosamente esperamos.

Sr. Deputado, bem-vindo, ainda bem que veio agora.

Eu quero dizer-lhe o seguinte: o Sr. Deputado diz que nós partimos de um princípio de desconfiança, mas não se trata de desconfiança.

O Sr. Deputado é professor e sabe que, quando nós avaliamos os nossos alunos, não damos “Excelente” a todos, Sr. Deputado.

É importante que esta avaliação do “Excelente” não seja uma avaliação banalizada, não seja uma avaliação lançada em todos os casos, ou ao desbarato. Tem de ser uma avaliação rigorosa. Os “Excelentes” têm, efectivamente, de ter condições de excelência, porque isto não é uma brincadeira, isto é uma avaliação de desempenho e é para ser feita a sério. Nós queremos o rigor e a seriedade. A objectividade consegue-se assim.

Agora, não venham dizer que não percebem o que é ou quem é uma individualidade de reconhecido mérito. Este tipo de designação é usado em muitas situações e, obviamente, será alguém relacionado com a área da educação. Só assim podemos ter garantias que esses “Excelentes” são, de facto, equilibrados, em várias ilhas da Região e em várias escolas da Região.

Obrigada.

**Presidente:** Muito obrigado, Sra. Deputada.

Passo a palavra à Sra. Secretária Regional da Educação e Formação.

**(\*) Secretária Regional da Educação e Formação (Lina Mendes):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Só queria lembrar que está previsto que todo este processo seja acompanhado e monitorizado. Nós temos consciência de que é um processo que exige rigor e, para tal, vai ser acompanhado e monitorizado.

**Deputado Artur Lima (CDS/PP):** Por quem?

**A Oradora:** Está previsto, leia que está aqui.

**Deputado Artur Lima (CDS/PP):** Não, eu quero que a senhora diga.

**A Oradora:** Como?

De dentro do conselho coordenador do sistema educativo vai sair uma equipa, vai ser nomeada uma equipa que irá acompanhar o processo.

**Deputado Artur Lima (CDS/PP):** Ah, mais comissários...

**A Oradora:** Parece-me que preferiam, da vossa parte, que o processo ficasse solto, livre. O processo está bem delineado, com estratégias bem definidas para chegar a um bom porto.

Obrigada.

**Presidente:** Muito obrigado, Sra. Secretária.

Tem a palavra o Sr. Deputado Artur Lima.

**(\*) Deputado Artur Lima (CDS/PP):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo, Sra. Deputada Catarina Furtado:

Eu disse isso sim, mas, para ser correcta, devia ter citado o contexto. Sabe qual foi o contexto? Eu vou lembrar-lhe, para a câmara ouvir.



Estava na Assembleia da República uma iniciativa do CDS/PP para anular o vergonhoso Estatuto da Carreira Docente proposto pela Maria de Lurdes e pelo camarada Sócrates.

Vergonhoso, Sra. Deputada e também é seu, a vergonha é sua, porque a senhora é socialista, percebe? E o camarada também é seu, não é meu. Os senhores não podem fazer de conta que os camaradas de lá só são camaradas quando dá jeito.

**Deputado José Manuel Bolieiro (PSD):** É um ziguezague.

**O Orador:** Isto não é uma cambalhota, isto é o triplo salto à retaguarda com mortal, Sra. Deputada, que a senhora deu.

O que eu disse, que os senhores depois se apressaram a negar, vergonhosamente, é que aquela senhora mandou uma circular para os conselhos executivos, a informar que o modelo de avaliação estava suspenso, o que os senhores sempre negaram.

**Secretária Regional da Educação e Formação (Lina Mendes):** Não, não!

**O Orador:** Sim, senhora. Com um português muito enredado, o que queria dizer que não se aplicava.

**Deputado Paulo Estêvão (PPM):** É verdade!

**O Orador:** E tanto que não se aplicava, que estamos aqui a discuti-lo.

**Deputado Paulo Estêvão (PPM):** É verdade!

**O Orador:** E tanto que não se aplicava que nunca se aplicou. Portanto, Sra. Deputada, coerência é o que a senhora não tem, mais os seus camaradas.

O camarada Sócrates é coerente: perseguir o professor, malhar no professor, professor para baixo, o camarada aí é coerente, aí não há problema nenhum. A senhora é cúmplice do camarada Sócrates e da camarada Maria de Lurdes. Eles dão as pancadinhas e a senhora põe o vinagre.

O primeiro passo que os senhores deram para evitar a contestação aqui foi aquele despacho que a Sra. Secretária fez e mandou para os conselhos executivos, despacho que os senhores negaram vergonhosamente. Não assumiram aquilo que fizeram, nem a Secretaria, nem os senhores, nem o Presidente do Governo que, no outro dia, veio dizer: “não, não, não é isso que nós queremos”. Era isso que tinham feito e era isso que queriam, por isso é que estamos aqui, está a perceber, Sra. Deputada?

Agora na República houve deputados socialistas corajosos, que votaram contra e houve ameaças do Sr. Primeiro-Ministro e daquele outro senhor ministro que dá pancada na direita, ...

**Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Muito bem!

**O Orador:** ...que gosta de “malhar” na direita e que se diz democrata, Sra. Deputada. Esses é que são os novos socialistas, nos quais a Sra. Deputada também se inclui, está a perceber? É isso que estamos a ver: “malhar” na direita. Isso é que é a democracia, a liberdade e o respeito pelos outros, Sra. Deputada.

**Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Apoiado!

**O Orador:** Ria-se, que daqui a um bocadinho vai chorar, agora ainda vai rindo.

O que está em discussão é o Estatuto da Carreira Docente, é isso que nós estamos aqui a discutir, Sra. Deputada, percebe?

É a vossa democracia e o vosso exemplo.

Não querem rigor, não são consequentes, dizem uma coisa num dia, desdizem no outro, para apoiar o camarada Sócrates na República. Para o apoiar na República os senhores suspenderam o modelo de avaliação aqui e, por isso, eu disse que era louvável – nessa perspectiva. Que o Governo da República devia seguir essa iniciativa, como o Governo dos Açores fez, que suspendeu o modelo de avaliação.

*(Apartes inaudíveis da câmara)*

**O Orador:** É sim senhora, porque eu não sou como os senhores, que dizem uma coisa hoje e outra amanhã, eu sou o contrário, digo exactamente a mesma coisa.

Fico agora à espera dos seus esclarecimentos porque, consigo, eu ainda debato, porque há outros, nessa sua bancada, que bem se esforçam, mas não levam nada.

**Vozes de deputados das bancadas do CDS/PP e do PPM:** *Muito bem! Muito bem!*

*(Aplausos das bancadas do CDS/PP e do PPM)*

**Presidente:** Srs. Deputados, estamos a aproximar-nos da hora regimental. Solicito uma pequena reunião aqui mesmo de três minutos com os Líderes e Representações Parlamentares e o Representante do Governo, para podermos acertar o horário.

*(Pausa)*

**Presidente:** Srs. Deputados, entendemos em Conferência de Líderes fazer um pequeno intervalo de 15 minutos, para depois prolongarmos a sessão até às 21 horas, para acelerarmos o processo, visto ainda faltarem muitos artigos para votar. Um prolongamento hoje vai facilitar o trabalho de amanhã. Agradeço a compreensão de todos os Líderes Parlamentares e de todos os Srs. Deputados.

Assim, sendo, vamos fazer 15 minutos de intervalo e depois voltamos aqui à discussão e ao debate.

Muito obrigado.

*(Eram 19 horas e 45 minutos)*

Sras. e Srs. Deputados, agradeço que ocupassem os vossos lugares, para fazermos o prolongamento dos nossos trabalhos, quanto tivermos quórum.

Vamos reiniciar os nossos trabalhos.

*(Eram 20 horas e 8 minutos)*

Estávamos na discussão da Proposta de Alteração da Comissão dos Assuntos Sociais subscrita pelo Partido Socialista, ao n.º 3 do artigo 76.º, englobado no artigo 2.º. Havia ainda três inscrições.

Vou dar de imediato a palavra ao Sr. Deputado Rui Ramos.

**(\*) Deputado Rui Ramos (PSD):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Sr. Membros do Governo:

Mal o Engenheiro Sócrates subiu ao poder, acompanhado pela Sra. Ministra da Educação, começaram as convulsões ao nível da educação, também aqui na Região Autónoma dos Açores.

Maria de Lurdes Rodrigues disse: “Perdi os professores, mas ganhei a população”. Grande vitória. Criou um estatuto mau, ou melhor, péssimo. Aqui na Região criou-se um estatuto mau.

O que nós estamos aqui a fazer é, apenas, proceder a um conjunto de aperfeiçoamentos que o melhoram – e nisso já saudámos a atitude da Sra. Secretária da Educação e da Formação – mas, convenhamos, face ao estatuto que existia antes da subida ao poder do Engenheiro José Sócrates, a verdade é que nós temos um estatuto medíocre. Em relação ao outro, esse sim, era muito mais vantajoso para os docentes e, conseqüentemente, para a qualidade da educação na Região Autónoma dos Açores.

Portanto, não nos basta aqui dizer, como os senhores do Partido Socialista gostam muito de dizer, “mas o nosso é melhor”. Entre um estatuto mau e um estatuto medíocre, isso não satisfaz nem os professores nem satisfaz, obviamente, o Partido Social Democrata.

**Deputado João Costa (PS):** Os senhores é que precisavam de uma avaliação!

**O Orador:** Quanto a esta questão em concreto, os paralelismos são vários, até, ultimamente, com o casamento de homossexuais, mas isso é outra questão.

*(Apartes inaudíveis da câmara)*

**O Orador:** Não, não quero falar, a não ser que os senhores queiram.

**Presidente:** Deputado Rui Ramos, lembro que estamos a discutir a proposta na especialidade.

**O Orador:** Com certeza, Sr. Presidente.

Quanto à objectividade e à existência de uma suposta ...

**Deputado Francisco César (PS):** Se tivesse o Magalhães isso não acontecia.

**O Orador:** ...comissão especializada que, na sua maioria, é nomeada pelos senhores, isto revela, precisamente, o ziguezague e o contra-senso em que, em matéria de educação, o Partido Socialista tem sido *mister*.

Passo a explicar: se os formulários – que nós há muito tempo dizíamos que deviam estar fora do estatuto – forem bem feitos e forem objectivos não há nada mais a objectivar a relação entre o professor da escola A, B ou C, do que a objectividade materializada nestas grelhas que são, agora, formulários.

Portanto, se os objectivos estiverem bem aí, eu pergunto: para quê mais uma comissão que, no fundo, acaba por mostrar que os senhores, ainda sem terem feito os formulários, já estão preocupados com a falta de objectividade desses formulários? Santa paciência!

A verdade é que, desde que o Engenheiro Sócrates entrou em Portugal Continental, também aqui no Portugal das Ilhas se passou dum princípio e do pressuposto na confiança nos professores para o pressuposto, para o primado da desconfiança nos professores. Isto, caras Sras. e Srs. Deputados, é inadmissível.

*(Aparte inaudível da Sra. Deputada Catarina Furtado)*

**O Orador:** Tenha calma, Sra. Deputada.

Estamos – e esta é uma verdade inalienável – perante o pior estatuto de que há memória. Estou falando das últimas alterações desde que o Engenheiro Sócrates entrou no Continente.

*(Aparte inaudível do Sr. Deputado Berto Messias)*

**O Orador:** Eu se entrasse numa escola com uma licenciatura tirada ao domingo não sei se me aceitavam, mas isso, Sr. Deputado, é outra questão.

**Deputado Domingos Cunha (PS):** Não seja ofensivo, Sr. Deputado.

*(Aparte inaudível da Sra. Deputada Catarina Furtado)*

**O Orador:** Desculpe, Sra. Deputada, o estatuto regional, que eu saiba, é apenas um. O estatuto que nós temos – que ainda está em vigor – é o pior estatuto que houve na Região Autónoma dos Açores desde que há Autonomia nesta Região.

*(Aparte inaudível da Sra. Deputada Catarina Furtado)*

**O Orador:** Deixe-se de palavras. Se a Sra. Deputada não entende, eu vou reformular. O estatuto que regeu e que rege a actividade docente nesta Região e que está agora em vigor criou as piores condições de que há memória no exercício da docência nesta terra. Isso trouxe como consequência instabilidade nas escolas e desmotivação, o que tem inevitáveis consequências ao nível da qualidade de ensino.

Os senhores, neste momento, perderam uma classe. Perderam uma classe que é essencial para a construção da sociedade. Perderam uma classe que é um agente fundamental no desenvolvimento do futuro desta terra e isso é consequência vossa.

Não vale a pena virem aqui comparar 96 com 2009. Perguntem aos professores, perguntem às organizações sindicais, que a resposta é óbvia. É verdade que se criou e que se tem, hoje em dia, escolas novas, mais equipadas, isso é verdade. Mas de que servem escolas novas, mais equipadas, com docentes desmotivados lá dentro? Com a indisciplina que aumenta nas escolas? Ouçam, por exemplo, o que aconteceu recentemente e as declarações do Presidente da Escola Básica e Integrada da Povoação.

Até na questão dos edifícios há aqui umas alterações e umas questões que têm de ser resolvidas mas, mais do que os equipamentos, mais do que o Magalhães, mais do que essas coisas todas, o que verdadeiramente interessa é a força, é a energia dos docentes, porque é com essa energia, é com essa força que se consegue motivar as crianças e que se consegue motivar os jovens para que esta Região seja, no futuro, uma região próspera, a bem dos Açores e de todos os açorianos.

Muito obrigado.

**Presidente:** Muito obrigado, Sr. Deputado.

Passo a palavra ao Sr. Deputado Paulo Estêvão.

**(\*) Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

O Magalhães é bom, tem as cores...

*(Apartes inaudíveis da câmara)*

Deixem-me só, é só um segundo...

Se o Engenheiro Sócrates...

**Presidente:** Sr. Deputado Paulo Estêvão, quero lembrar-lhe que estamos a discutir, na especialidade, um artigo da proposta de alteração da Comissão dos Assuntos Sociais, subscrita pelo Partido Socialista, n.º 3, do artigo 76.º, englobado no artigo 2.º.

Agradecia que fizesse o favor de fazer a sua comunicação como entender. Queria lembrar-lhe isso.

**O Orador:** Sr. Presidente, eu quero dizer-lhe que penso que os deputados têm a oportunidade de utilizar um mote. Isto é o mote para a minha intervenção. Vou ser muito rápido nesta questão.

**Presidente:** Sr. Deputado Paulo Estêvão, eu peço desculpa de interromper, mas o Sr. Deputado não ouviu o que eu disse.

O senhor pode fazer a comunicação como entender, mas eu estou a lembrar-lhe que estamos a discutir, na especialidade, esse artigo que mencionei. Foi isso que eu disse. Faça a sua comunicação como entender.

**O Orador:** Com certeza, Sr. Presidente.

Quero dizer-lhe que nunca me esqueci do que estava a discutir e que, quando estava a falar do Magalhães, estava a utilizar um mote para introduzir um assunto que considero que é adequado aqui nesta casa.

De qualquer das formas, a ideia em relação ao Magalhães era esta: o Magalhães tem uma vantagem, que é ser azul e branco. São as cores da nossa bandeira, a bandeira dos Açores, são as cores de todos. Por outro lado, também são as cores da bandeira monárquica.

*(Risos da câmara)*

Por ser de todos é que eu acho que o Magalhães é um bom exemplo por antítese do estatuto, porque este estatuto não é para todos. Como não é para todos, eu estava a utilizá-lo, já viram a lógica da intervenção.

**Deputado João Costa (PS):** É um bocadinho rebuscado.

**O Orador:** É um bocadinho rebuscado, mas fui muito interrompido.

Deixem-me, então, entrar na questão.

A questão era muito simples. Há pouco, quando pedi a palavra, foi para responder à Sra. Deputada Cláudia Cardoso e lembrar-lhe do seguinte: Sra. Deputada, falou que a supervisão pedagógica teria de ser feita ou teria um grau de eficácia maior se feita por docentes do ensino superior.

Eu quero dizer-lhe que nós temos – penso que não exagero – dentro dos cinco mil docentes que nós temos na nossa Região, centenas de docentes com formação em supervisão pedagógica e, portanto, isso não é desculpa. Como sabe, hoje em dia temos muitos professores com mestrados, temos muito professores com doutoramentos, temos muitos professores com diversas graduações nessa área.

Em relação à questão da supervisão pedagógica, eu quero dar-lhe aqui um dado concreto: isso não é argumento. Não é argumento porque nós, em relação aos professores do ensino secundário e aos professores do ensino básico, temos de facto essas capacidades e temos de facto essas valências.

Mas o que é mais grave, Sra. Deputada, é que a sua intervenção demonstra que há, ainda, uma visão muito retrógrada do que é a classe docente. Muito retrógrada e vou dizer-lhe porquê. É porque pela sua exposição percebe-se que ainda pensa nos professores do ensino primário na base, os professores do ensino secundário a meio e os professores do ensino superior no patamar superior, como pensaria a mesma coisa relativamente a médicos e enfermeiros, com os enfermeiros estando abaixo e os médicos acima.

Eu quero dizer-lhe que, em relação a essa estrutura da carreira docente – e é da carreira docente que estamos a falar – eu não tenho qualquer...



*(Aparte inaudível da Sra. Deputada Cláudia Cardoso)*

**O Orador:** Desculpe, mas é o que resulta da sua exposição.

Estamos conversados em relação à supervisão pedagógica: não precisa de a ir buscar ao ensino superior, já a tem numa classe docente que está bastante qualificada neste momento.

Depois, quero também dizer-lhe que eu tenho, evidentemente, preocupações em relação àquela que é a composição destas comissões que resultam exclusivamente de nomeações do Governo. Todos nós temos muitos exemplos para apresentar e evidentemente – como o Sr. Deputado Artur Lima acabou de referir – é preocupante que a classificação de “Muito bom” e de “Excelente” fique dependente de critérios que, na minha perspectiva e com esta estrutura, não serão exclusivamente do ponto de vista educativo.

**Deputado Hernâni Jorge (PS):** O senhor não pode dizer isso.

**O Orador:** Não só posso como digo.

Muito obrigado.

**Deputado Hernâni Jorge (PS):** Isso é uma suspeita.

**Presidente:** Muito obrigado, Sr. Deputado.

Passo a palavra à Sra. Deputada Catarina Furtado.

**(\*) Deputada Catarina Furtado (PS):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Para falar de comissões de avaliação, porque é isso que se está a debater, e depois da intervenção do Deputado Artur Lima, para além de agradecer o elogio de estar ao nível do senhor debater comigo, pareceu-me que, na sua intervenção, para além de todas as incoerências de que nos acusa e da cumplicidade com o Engenheiro Sócrates, há uma coisa a referir: o Governo Regional e o Partido Socialista têm tido sempre, na Região, a clarividência e a coragem de muitas vezes tomar aqui posições e decisões que não são as mesmas do PS na República.

**Vozes de deputados da bancada do PS:** *Muito bem! Muito bem!*

**A Oradora:** Não tem caído mal porque primeiro estão os açorianos.

O senhor insurgiu-se contra a forma de nomeação das pessoas que compõem as comissões de avaliação na área da educação.

Fazendo uma ligeira pesquisa dei conta dum Projecto de Lei que visava regular regimes de avaliação de programas educativos da área da educação. Este Projecto de Lei, entregue na Assembleia da República em Julho de 2008 – bastante recente – visava exactamente, em nome da boa qualidade dos programas educativos, em nome de garantir critérios de qualidade, a constituição e a criação de comissões de avaliação por áreas disciplinares. Dessa composição das comissões de avaliação fazia parte uma personalidade de reconhecido mérito na área disciplinar, designada pelo Ministro da Educação, entre outras personalidades que estão nas alíneas e posso dizer-vos.

Pasme-se que era um Projecto de Lei da autoria do CDS/PP, entregue na República...

**Deputado Berto Messias (PS):** Não pode ser, Sra. Deputada!

**A Oradora:** ...e dizia: “uma personalidade de reconhecido mérito na área disciplinar, designada pelo Ministro da Educação”.

**Deputado Berto Messias (PS):** Coerência, coerência.

**A Oradora:** Nós assumimos as nossas diferenças em relação ao camarada Sócrates; eu não sei se o Vice-Presidente do CDS/PP nacional, Artur Lima, assume as suas diferenças em relação ao CDS da República.

Obrigada, Sr. Presidente.

*(Aplausos das bancadas do PS e do Governo)*

**Presidente:** Muito obrigado, Sra. Deputada.

Tem a palavra a Sra. Deputada Cláudia Cardoso.

**(\* Deputada Cláudia Cardoso (PS):** Muito obrigada, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Muito brevemente, para esclarecer o Sr. Deputado do PPM sobre a minha própria intervenção.

Aquilo que eu disse não tem nada a ver com hierarquias e diferenças entre níveis de ensino e docentes de diferentes níveis de ensino. O senhor percebeu mal ou ouviu mal

– ou quis ouvir mal, também lhe pode dar jeito – mas a verdade é que eu não disse isso.

**Deputado Pedro Gomes (PSD):** Isso é um argumento estafado, Sra. Deputada. Uma pessoa nunca percebe, nunca ouve bem, nunca sabe...

*(Risos da câmara)*

**A Oradora:** Se o Sr. Deputado Pedro Gomes quiser entrar no debate faça o favor de se inscrever, o Sr. Presidente da Mesa com certeza aceitará a sua inscrição.

Sr. Deputado Paulo Estêvão, na verdade parece-nos que, desta forma, se consegue uma aferição objectiva e real. É esta a única razão porque propomos a comissão e entendemos que só assim se consegue fazer com que o “Excelente” seja uma menção atribuída sem banalização, como já lhe disse. Nós não queremos a banalização do “Excelente”, entendemos que é uma menção que deve exigir um grau de rigor e um grau de excelência na docência.

A excelência não é banal, tal como a insuficiência também não.

**Deputado Paulo Estêvão (PPM):** A excelência não está no ensino superior, está no ensino secundário.

**A Oradora:** É por isso que nós pretendemos, queremos e, até ao fim, defenderemos esta comissão especializada de avaliação, que nos parece que integra parte do corpo docente, porque tem um avaliador do mesmo grupo de docência do avaliado, tem uma personalidade ligada à área das ciências da educação da Universidade e tem, também, uma personalidade extra. Como se vê, permite um corpo alargado de personalidades que poderão, mais facilmente, aferir dessa excelência.

A excelência não é banal, como lhe disse, e tem de ser atribuída com parcimónia. É este, exclusivamente, o nosso propósito.

Espero não ter de o esclarecer mais vez nenhuma.

**Presidente:** Muito obrigado, Sra. Deputada.

Tem a palavra o Sr. Deputado Artur Lima.

**(\*) Deputado Artur Lima (CDS/PP):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Um breve esclarecimento.

Queria, em primeiro lugar, registar o sorriso do Sr. Presidente do Grupo Parlamentar, Guerreiro da Silva, mas que nesta guerra não fala.

**Deputado Helder Silva (PS):** Aqui não há guerras.

**O Orador:** Registo com agrado o seu sorriso. Deve ser uma intenção de participar na guerra da liderança parlamentar que, às vezes, parece que não existe aí, mas foi só um apartezinho.

Sra. Deputada Catarina, devo dizer-lhe uma coisa: obviamente eu não conheço em pormenor o texto que referiu mas, se estava incluído no Projecto de Lei do CDS é, seguramente, melhor do que o do Partido Socialista.

*(Risos da câmara)*

**Vozes dos deputados da bancada do CDS/PP:** *Muito bem! Muito bem!*

**O Orador:** Quanto a isso que não haja dúvida nenhuma.

Mas há uma grande diferença: enquanto o meu companheiro Portas defende a classe docente o seu camarada Sócrates oprime a classe docente, despreza a classe docente, massacra a classe docente. Essa é a nossa grande diferença.

Devo dizer-lhe mais uma coisa, Sra. Deputada: não temos medo de mostrar as nossas divergências, quando discordamos, se bem que raramente discordamos, porque costumamos estar em sintonia, ao contrário dos senhores, em outros assuntos que não são para aqui chamados e que não vou falar deles, porque não me quero desviar do assunto.

Sra. Deputada, nessa matéria somos coerentes, ao contrário dos senhores, que aqui vêm fazer o papel de “*Capuchinho Vermelho*” enquanto, lá fora, o Sócrates faz o papel do “*Lobo Mau*”. Agora quem será, dos senhores, a “*Avozinha*”? Isso fica para futura reflexão, Sra. Deputada.

Muito obrigado.

*(Risos da câmara)*

**Presidente:** Muito obrigado, Sr. Deputado.

Passo a palavra ao Sr. Deputado Jorge Costa Pereira.

**Presidente:** Muito obrigado, Sr. Deputado.

Passo a palavra ao Sr. Deputado Jorge Costa Pereira.

**Deputado Jorge Costa Pereira (PSD):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

O problema, Sra. Deputada Cláudia Cardoso, é quando a boca nos foge para a verdade.

A senhora disse há pouco que excelentes não são todos. Obviamente, sabemos que não. E a senhora estava a comparar os professores com os alunos, considerando que estes não são todos excelentes e, por isso, na sua lógica, também os professores não o seriam todos. Mas, neste contexto, a grande diferença é que, quando um professor atribui um “Excelente” não tem, depois, uma comissão a ver se o “Excelente” que ele deu é merecido ou não.

**Vozes de deputados da bancada do PSD:** *Muito bem! Muito bem!*

**O Orador:** A boca fugiu-lhe para a verdade – e revelou as vossas verdadeiras intenções – quando disse há pouco que o “Excelente” tem de ser atribuído com parcimónia. Pois o que os senhores querem é exactamente isso: os avaliadores, nas escolas, a atribuir as classificações e, quando estas forem “Excelentes”, haver alguém depois, numa comissão regional, a cortar nesses “Excelentes” que os avaliadores deram.

Este é um problema de coerência, Sra. Deputada, porque se o avaliador, na escola, atribuir “Insuficiente” a um professor, só o próprio professor é que pode recorrer desse “Insuficiente”; se o mesmo avaliador atribuir “Excelente” a um professor, aí tem de haver uma comissão regional para o verificar e cumprir a vossa vontade: haver parcimónia.

É evidente que isto é inaceitável, Sra. Deputada.

**Vozes de deputados da bancada do PSD:** *Muito bem! Muito bem!*

**Presidente:** Muito obrigado, Sr. Deputado.

Tem a palavra o Sr. Deputado Rui Ramos.

**(\*) Deputado Rui Ramos (PSD):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Nós queremos, de facto, uma escola de excelência. Quanto mais professores excelentes tivermos, melhor. Há todo o interesse em tudo fazer para que, de facto, tenhamos aqui condições para que os professores queiram concorrer às menções de “Excelente” e de “Muito bom”.

Digam-me, Sras. e Srs. Deputados do Partido Socialista: os senhores acreditam mesmo que alguém vai, por exemplo, levar nove anos a concorrer a isso tudo quando ainda, se tiver um “Excelente”, tem de passar pelo crivo duma homologação, ou do que quer que seja, duma comissão especializada maioritariamente nomeada pelos senhores? O que se vai ver é um baixar de braços desses professores, cansados de tanta humilhação, cansados de terem sido maltratados pelo Partido Socialista, quer na República, quer aqui na Região.

Os senhores acreditam mesmo nisso? Eu penso que não.

Muito obrigado.

**Presidente:** Muito obrigado, Sr. Deputado.

Não havendo mais inscrições, vamos passar à votação.

Agradecia que ocupassem os vossos lugares, para procedermos à votação da proposta de alteração da Comissão dos Assuntos Sociais, subscrita pelo Partido Socialista, ao n.º 3 do artigo 76.º, englobado no artigo 2.º.

Os Srs. Deputados que concordam, por favor mantenham-se como se encontram.

Os Srs. Deputados que discordam, façam o favor de se sentar.

Os Srs. Deputados que se abstêm façam o favor de se sentar.

**Secretário:** A proposta apresentada foi aprovada, com 29 votos a favor do PS, 17 votos contra do PSD, 4 votos contra do CDS/PP, 1 voto contra do PCP, 1 voto contra do PPM e 2 abstenções do BE.

**Presidente:** Os artigos 5.º, 7.º, 8.º e 9.º podem ser colocados todos juntos a debate?

Parecendo não há objecções, vamos passar ao debate da proposta de alteração da Comissão dos Assuntos Sociais, subscrita pelo PS, aos n.ºs 5.º, 7.º, 8.º e 9.º do artigo 76.º, englobado no artigo 2.º. Estão abertas as inscrições.

Não havendo inscrições, vamos proceder à votação da proposta de alteração da Comissão dos Assuntos Sociais, subscrita pelo Partido Socialista, aos n.ºs 5.º, 7.º, 8.º e 9.º do artigo 76.º, englobado no artigo 2.º.

Os Srs. Deputados que concordam, por favor mantenham-se como se encontram.

Os Srs. Deputados que se abstêm, façam o favor de se sentar.

**Secretário:** A proposta apresentada foi aprovada, com 29 votos a favor do PS, 4 votos a favor do CDS/PP, 1 voto a favor do PCP, 1 voto a favor do PPM, 17 abstenções do PSD e 2 abstenções do BE.

**Presidente:** Muito obrigado, Sr. Secretário.

Vamos votar o corpo restante do artigo 76.º.

Coloco à votação o corpo do artigo 76.º, englobado no artigo 2.º.

Os Srs. Deputados que concordam, por favor mantenham-se como se encontram.

Os Srs. Deputados que discordam, façam o favor de se sentar.

Os Srs. Deputados que se abstêm, façam o favor de se sentar.

**Secretário:** A parte restante foi aprovada, com 29 votos a favor do PS, 17 votos contra do PSD, 4 votos contra do CDS/PP, 1 voto contra do PCP, 1 voto contra do PPM e 2 abstenções do BE.

**Presidente:** Muito obrigado.

Passamos agora à proposta de alteração do CDS/PP aos n.º 1 e 2 do artigo 78.º, englobado no artigo 2.º. Estão abertas as inscrições.

Tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Rosa.

**(\* Deputado Paulo Rosa (CDS/PP):** Obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

O Grupo Parlamentar do Partido Socialista assumiu em comissão uma proposta de teor semelhante e retirou-a hoje.

De qualquer forma, o Grupo Parlamentar do CDS/PP, em relação ao n.º 1 do artigo 78.º, propõe – e já que a excelência é, de facto, um objectivo que deve ser premiado, suponho que aí estamos todos de acordo – como critério de razoabilidade que um docente que seja avaliado em dois períodos consecutivos com o desempenho de “Excelente” deve beneficiar de dois anos de bonificação na carreira e não de um, conforme a proposta original.

Em relação ao n.º 2, nós mantemos a proposta que vem da comissão, de um ano para três avaliações com “Muito bom”.

Muito obrigado.

**Presidente:** Muito obrigado Sr. Deputado.

Passo a palavra à Sra. Deputada Cláudia Cardoso.

**(\*) Deputada Cláudia Cardoso (PS):** Obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Em primeiro lugar, queria clarificar que o pedido de retirada da proposta que vinha da comissão relativa ao artigo 78.º é apenas respeitante ao n.º 1 embora, por lapso, isto não estivesse no ofício que dirigimos ao Sr. Presidente. Portanto não subscrevemos, apenas, a parte respeitante ao n.º 1.

Gostava também de acrescentar que, na sequência da intervenção que fiz anteriormente, para nós a excelência é importante e, neste sentido, entendemos que a proposta do CDS/PP faz sentido e que deve, de facto, passar em vez de um ano a ser de dois anos esta bonificação.

Muito obrigada.

**Presidente:** Muito obrigado, Sra. Deputada Cláudia Cardoso.

Tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Estêvão.

**(\*) Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Quero dizer-lhes que a minha proposta do artigo 78.º foi feita tendo em conta que os senhores iriam votar a proposta do artigo 68.º a favor, pelo que a avaliação seria apenas no final do escalão. Como tal não sucedeu, surpreendentemente, também o artigo 78.º ficou afectado, porque depois, num só escalão, duplicava. Portanto, nesse sentido, quero dar-lhes a notícia que, utilizando a matemática, a minha posição é igual à do CDS/PP. Portanto, os senhores acabaram de votar uma proposta que é também do PPM.

Muito obrigado.

*(Risos da câmara)*



**Presidente:** Muito obrigado, Sr. Deputado Paulo Estêvão.

Passo a palavra ao Sr. Deputado Rui Ramos.

**(\*) Deputado Rui Ramos (PSD):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

O PSD também considera que, de facto, a excelência deve ser aquilo que nos orienta e, logo, deve ser, obviamente, premiada.

Parece que o Sr. Deputado Francisco César já trouxe um ar de democracia e de nova abertura aqui à bancada do Partido Socialista, no sentido de alterar uma posição.

A nossa proposta, no ponto 1 desse artigo, é coincidente com a proposta do CDS/PP e folgo muito em aprovarem essa questão.

Aqui, efectivamente, há que imaginar os últimos escalões, que são escalões de 6 anos. O que nós fizemos aqui, que o CDS também fez e que o PS agora aceita foi a passagem de um para dois anos de progressão, no sentido de motivar mais os professores na busca da excelência, porque isso, de facto, traz consequências altamente positivas para os nossos alunos e é com este tipo de atitudes que garantimos o futuro, Sra. Deputada.

Em relação ao ponto 2, a atribuição da menção qualitativa de “Muito bom” ou superior durante dois períodos consecutivos de avaliação de desempenho permite reduzir a um ano o tempo mínimo de serviço docente exigido para efeitos da progressão na carreira.

O que é que nós fizemos aqui?

Se pensarmos nos últimos escalões, eu pergunto: alguém ia candidatar-se, alguém ia requerer uma avaliação de “Muito bom” ou “Excelente” durante nove anos, para ter um único ano, mínimo, de progressão? É óbvio que não.

Então, o que é que nós fizemos aqui?

Reduzimos aquilo que era a proposta assumida pelo Partido Socialista, de três períodos de avaliação para dois.

Portanto, na sequência do que fizeram em relação ao ponto 1, penso que faz todo o sentido e toda a lógica também motivarem os professores, na mesma linha e no mesmo rumo, à busca da excelência, à busca do “Muito bom”.

Isso é um serviço que os senhores prestam aos açorianos, é um serviço que prestam à juventude e é com isso que conseguem, efectivamente, garantir o futuro.

Muito obrigado.

**Presidente:** Muito obrigado, Sr. Deputado Rui Ramos.

Não havendo mais inscrições, vamos passar à votação da proposta de alteração do CDS/PP aos n.ºs 1 e 2 do artigo 78.º, englobado no artigo 2.º.

**Deputado José Manuel Bolieiro (PSD):** Sr. Presidente, nós pedimos que a votação destes dois números se faça em separado. **Presidente:** Muito bem, está aceite. Vamos votar separadamente os n.ºs 1 e 2.

Coloco à votação a proposta de alteração do CDS/PP ao n.º 1 do artigo 78.º, englobado no artigo 2.º.

Os Srs. Deputados que concordam, por favor mantenham-se como se encontram.

Os Srs. Deputados que se abstêm, façam o favor de se sentar.

**Secretário:** A proposta apresentada foi aprovada, com 29 votos a favor do PS, 17 votos a favor do PSD, 4 votos a favor do CDS/PP, 1 voto a favor do PCP, 1 voto a favor do PPM, e 2 abstenções do BE.

**Presidente:** Passamos à votação da proposta de alteração do CDS/PP ao n.º 2 do artigo 78.º, englobado no artigo 2.º.

Os Srs. Deputados que concordam, por favor mantenham-se como se encontram.

Os Srs. Deputados que se abstêm, façam o favor de se sentar.

**Secretário:** A proposta apresentada foi aprovada, com 29 votos a favor do PS, 4 votos a favor do CDS/PP, 1 voto a favor do PCP, 1 voto a favor do PPM, 17 abstenções do PSD e 2 abstenções do BE.

**Presidente:** Queria informar V. Exas. que ficam prejudicadas as propostas de alteração do PSD aos n.ºs 1 e 2, e do PPM, também aos n.ºs 1 e 2.

Vamos passar à proposta de alteração da Comissão dos Assuntos Sociais, subscrita pelo Partido Socialista, do artigo 79.º, englobado no artigo 2.º. Estão abertas as inscrições.

Não havendo inscrições, vamos passar à votação.

Os Srs. Deputados que concordam, por favor mantenham-se como se encontram.

Os Srs. Deputados que se abstêm, façam o favor de se sentar.

**Secretário:** A proposta foi aprovada, com 29 votos a favor do PS, 17 votos a favor do PSD, 4 votos a favor do CDS/PP, 1 voto a favor do PCP, 1 voto a favor do PPM e 2 abstenções do BE.

**Presidente:** Muito obrigado.

Vamos votar a parte restante do artigo 79.º do artigo 2.º.

Os Srs. Deputados que concordam, por favor mantenham-se como se encontram.

Os Srs. Deputados que se abstêm, façam o favor de se sentar.

**Secretário:** A proposta foi aprovada, com 29 votos a favor do PS, 17 votos a favor do PSD, 4 votos a favor do CDS/PP, 1 voto a favor do PCP, 1 voto a favor do PPM e 2 abstenções do BE.

**Presidente:** Passamos de imediato ao debate da proposta de alteração do Partido Comunista Português aos n.ºs 1 e 2 do artigo 80º, englobado no artigo 2º.

Estão abertas as inscrições

Tem a palavra o Sr. Deputado Aníbal Pires.

(\*) **Deputado Aníbal Pires (PCP):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Sem grandes delongas, apenas para justificar esta proposta.

Consideramos que o esforço de aquisição, em termos da formação académica – que contribui com certeza para uma melhoria do desempenho docente –, do grau de Mestre ou do grau de Doutor deve ser condignamente compensado em termos de progressão na carreira, apenas isso.

Muito obrigado.

**Presidente:** Obrigado, Sr. Deputado.

Passo a palavra ao Sr. Deputado Paulo Estêvão.

(\*) **Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

A minha intervenção vai no mesmo sentido da do Sr. Deputado Aníbal Pires e penso que também vou de encontro às posições que o PS tem assumido, nomeadamente valorizando as qualificações, os mestrados, os doutoramentos e, portanto, nesse sentido espero uma votação favorável também dessa bancada, para justificar tudo aquilo que disseram neste debate.

Muito obrigado.

**Presidente:** Muito obrigado, Sr. Deputado.

Passo a palavra à Sra. Deputada Cláudia Cardoso.

(\* **Deputada Cláudia Cardoso (PS):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Para dizer, sucintamente, que o Partido Socialista considera que, efectivamente, no caso das licenças sabáticas que se atribuem, a bonificação em número de anos de progressão que lhe é dada já é uma bonificação justa e adequada e, portanto, não votaremos favoravelmente nem a proposta do PPM – que é manifestamente exagerada – nem a do PCP.

**Presidente:** Obrigado, Sra. Deputada.

Não havendo mais inscrições, vamos passar à votação da proposta de alteração do Partido Comunista, aos n.ºs 1 e 2 do artigo 80.º, englobado no artigo 2.º.

Os Srs. Deputados que concordam, por favor mantenham-se como se encontram.

Os Srs. Deputados que discordam, façam o favor de se sentar.

Os Srs. Deputados que se abstêm, façam o favor de se sentar.

**Secretário:** A proposta foi rejeitada, com 28 votos contra do PS, 1 voto a favor do PCP, 1 voto a favor do PPM, 17 abstenções do PSD, 4 abstenções do CDS/PP e 2 abstenções do BE.

**Presidente:** Muito obrigado.

No mesmo artigo, há uma proposta de alteração do Partido Popular Monárquico ao n.º 1 e ao n.º 2 do artigo 80.º englobado no artigo 2.º. Estão abertas as inscrições no debate desta proposta.

Não havendo inscrições, passamos à votação.

Os Srs. Deputados que concordam, por favor mantenham-se como se encontram.

Os Srs. Deputados que discordam, façam o favor de se sentar.

Os Srs. Deputados que se abstêm, façam o favor de se sentar.

**Secretário:** A proposta foi rejeitada, com 28 votos contra do PS, 1 voto contra do PCP, 1 voto a favor do PPM, 17 abstenções do PSD, 4 abstenções do CDS/PP e 2 abstenções do BE.

**Presidente:** Agora vamos votar a proposta de alteração, apresentada pelo Governo, ao n.º 4 do artigo 80.º, englobado no artigo 2.º.

Os Srs. Deputados que concordam, por favor mantenham-se como se encontram.

Os Srs. Deputados que se abstêm, façam o favor de se sentar.

**Secretário:** A proposta foi aprovada, com 28 votos a favor do PS, 17 votos a favor do PSD, 4 votos a favor do CDS/PP, 1 voto a favor do PCP, 1 voto a favor do PPM e 2 abstenções do BE.

**Presidente:** Vamos de imediato passar à proposta de alteração do Partido Popular Monárquico ao artigo 81.º, englobado no artigo 2.º.

Estão abertas as inscrições para o debate desta proposta.

Tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Estêvão.

**(\*) Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

A proposta referente ao artigo 81.º, tem a mesma preocupação, a mesma filosofia, que a proposta referente ao artigo 80.º que é defender, dar uma retribuição justa a quem melhora as suas aptidões profissionais. Neste sentido, obviamente que é uma continuidade em relação a toda a estrutura de propostas que nós efectuámos e, portanto, nisso somos coerentes.

Não percebo a posição do Partido Socialista que, em relação a esta matéria, tem demonstrado aqui uma certa incoerência.

Até já me fez perder nas votações,...

*(Risos da câmara)*

... porque fiquei desestabilizado com a vossa incoerência.

Meus senhores, considero que esta é uma proposta adequada, façam o favor de a votar.

Muito obrigado.

**Presidente:** Muito obrigado, Sr. Deputado.

Não havendo inscrições, vou colocar à votação a proposta de alteração do Partido Popular Monárquico ao artigo 81.º, englobado no artigo 2.º.

Os Srs. Deputados que concordam, por favor mantenham-se como se encontram.

Os Srs. Deputados que discordam, façam o favor de se sentar.

Os Srs. Deputados que se abstêm, façam o favor de se sentar.

**Secretário:** A proposta foi rejeitada, com 28 votos contra do PS, 1 voto a favor do PCP, 1 voto a favor do PPM, 17 abstenções do PSD, 4 abstenções do CDS/PP e 2 abstenções do BE.

**Presidente:** Vamos votar o artigo 81.º da Proposta de Decreto Legislativo Regional n.º 28/2008 que “Altera o Estatuto de Carreira Docente da Região Autónoma dos Açores, aprovado pelo Decreto Legislativo Regional n.º 21/2007/A, de 30 de Agosto”, englobado no artigo 2.º.

Os Srs. Deputados que concordam, por favor mantenham-se como se encontram.

Os Srs. Deputados que se abstêm, façam o favor de se sentar.

**Secretário:** O artigo foi aprovado, com 28 votos a favor do PS, 1 voto a favor do PCP, 1 voto a favor do PPM, 17 abstenções do PSD, 4 abstenções do CDS/PP e 2 abstenções do BE.

**Presidente:** Passamos à proposta de alteração do Partido Comunista Português ao artigo 82.º, englobado no artigo 2.º.

Estão abertas as inscrições para o debate desta proposta.

Tem a palavra o Sr. Deputado Aníbal Pires.

(\* **Deputado Aníbal Pires (PCP):** Muito obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo Regional:

Esta proposta vem apenas acrescentar a esta listagem de cursos de licenciatura a educação especial, o que nos parece de todo apropriado, uma vez que as necessidades são por demais evidentes.

Muito obrigado.

**Presidente:** Obrigado. Sr. Deputado.

Não havendo mais inscrições, vou colocar à votação a proposta de alteração do Partido Comunista Português ao artigo 82.º, englobado no artigo 2.º.

Os Srs. Deputados que concordam, por favor mantenham-se como se encontram.

Os Srs. Deputados que discordam, façam o favor de se sentar.

Os Srs. Deputados que se abstêm, façam o favor de se sentar.

**Secretário:** A proposta foi rejeitada, com 28 votos contra do PS, 17 votos a favor do PSD, 4 votos a favor do CDS/PP, 1 voto a favor do PCP, 1 voto a favor do PPM e 2 abstenções do BE.

**Presidente:** Muito obrigado.

Estamos a chegar à hora regimental, quero agradecer o dia de trabalho a todos os Srs. Deputados, vamos terminar a sessão por hoje, amanhã recomeçamos os trabalhos às 10 horas da manhã.

Agradecia aos Líderes dos Grupos e Representações Parlamentares que viessem ter comigo para uma curta reunião.

Boa noite a todos e até amanhã.

*(Os trabalhos terminaram às 21,00 horas)*

*Deputado que entraram durante a Sessão:*

***Partido Socialista (PS)***

**Manuel Herberto Santos da Rosa**

***Partido Social Democrata (PSD)***

**António Maria Silva Gonçalves**

**Cláudio Borges Almeida**

**Pedro António de Bettencourt Gomes**

**Rui Manuel Maciel Costa de Oliveira Ramos**

***Partido Popular (CDS/PP)***

**Artur Manuel Leal de Lima**

***Coligação Democrática Unitária (PCP-PEV)***

**Aníbal da Conceição Pires**

***Partido Popular Monárquico (PPM):***

**Paulo Jorge Abraços Estêvão**

*Deputado que faltou à Sessão:*

***Partido Socialista (PS)***

**Francisco Manuel Coelho** Lopes Cabral

*(\*) Texto não revisto pelo orador.*

---

## **1- Correspondência**

Assunto: Envio de Moção

Proveniência: Câmara Municipal da Horta

Data de Entrada: 2009.02.16

Referência: 23.04/1/IX

## **2- Requerimentos:**

Assunto: Apoios e Incentivos à frequência do Ensino Técnico-Profissional

Autores: Paulo Rosa (CDS-PP)

Data de Entrada: 09.02.17

Referência: 54.01.00 – N.º 56/IX;

Assunto: Situação actual da Antena 1 – Açores na Ilha Terceira

Autores: Artur Lima (CDS-PP)

Data de Entrada: 09.02.17

Referência: 54.01.03 – N.º 57/IX;



### **3- Resposta a Requerimentos:**

Assunto: Preço diferenciado da água à lavoura na ilha do Faial

Autor: Jorge Costa Pereira, Luís Garcia (PSD)

Proveniência: Gabinete do Secretário Regional da Presidência

Data de Entrada: 09.02.17

Referência: 54.03.07 – N.º 21/IX

Assunto: Obras na Lombinha da Maia

Autor: António Pedro Costa (PSD)

Proveniência: Gabinete do Secretário Regional da Presidência

Data de Entrada: 09.02.17

Referência: 54.03.02 – N.º 23/IX

Assunto: Apoios complementares ao desporto

Autor: Clélio Meneses, António Ventura, Carla Bretão (PSD)

Proveniência: Gabinete do Secretário Regional da Presidência

Data de Entrada: 09.02.17

Referência: 54.03.00 – N.º 31/IX

---

## **REQUERIMENTO**

Apoios e Incentivos à frequência do Ensino Técnico-Profissional

Considerando que o Programa do X Governo Regional advoga os princípios da generalização e promoção do Ensino Técnico-Profissional no âmbito Regional;

Considerando que o Ensino Técnico-Profissional é, reconhecidamente, vocacionado para dotar os jovens Açorianos de um perfil de maior empregabilidade;

Considerando que nas Ilhas do Grupo Ocidental os jovens em idade escolar não dispõem de nenhuma modalidade de ensino que se enquadre nesse primado, o que configura um atropelo ao princípio da coesão regional;

Considerando que o Grupo Parlamentar do CDS-PP não prescinde de advogar a implementação desta modalidade de ensino em todas as ilhas da Região;

Considerando que, até à efectivação da implementação desta modalidade, há diversos jovens naturais da Ilha das Flores que se vêm na contingência de frequentar unidades que a ministram noutras ilhas da Região;

Considerando que esta realidade configura uma substancial desigualdade no âmbito económico para as famílias desses jovens relativamente à realidade do resto da Região;

Ao abrigo das disposições estatutárias e regimentais aplicáveis requeiro, com carácter de urgência, que o Governo Regional dos Açores me envie os seguintes esclarecimentos:

1- Quais os mecanismos ao dispor dos jovens Florentinos (bolsas, alojamento, ou outros) para minorar o impacto financeiro adverso de terem que se deslocar para outra ilha a fim de frequentar esta modalidade de ensino?

2- Qual o montante dos apoios de carácter financeiro que o Governo Regional concede aos jovens que frequentam ou pretendem frequentar o Ensino Técnico-Profissional numa outra ilha, por não haver essa valência na sua ilha de origem?

3- Caso estes jovens não beneficiem de qualquer tipo de apoio neste momento, tenciona o Governo Regional ressarcir-los pela situação de discriminação em que se encontram no universo regional?

4- Sob que forma pretende o Governo Regional implementar o Ensino Técnico-Profissional nas Flores?

5- Quando prevê o Governo Regional efectivar a implementação dessa modalidade de ensino na Ilha das Flores?

**O Deputado Regional, Paulo Rosa**

---

## REQUERIMENTO

### **Situação actual da Antena 1 – Açores na Ilha Terceira**

Considerando que o Serviço Público de Rádio e Televisão nos Açores é um serviço de enorme relevância para a Região, dadas as suas características insulares e arquipelágicas;

Considerando que no Programa do X Governo Regional dos Açores é assumido como “imperioso encontrar soluções que assegurem o desenvolvimento e a manutenção desse Serviço Público”;

Considerando que, apesar da incumbência do Serviço Público de Rádio e Televisão ser específico nas Regiões Autónomas e obrigação indeclinável do Estado, o Governo Regional dos Açores tem sempre demonstrado abertura para trabalhar em articulação com a RTP, SA;

Considerando que o Governo Regional dos Açores, através do seu Programa de Governo, afirma existir “uma indefinição que caracterizou os últimos anos de funcionamento da RDP/RTP Açores, penalizando o serviço prestado aos açorianos e desaproveitando, em certa medida, o investimento e os recursos canalizados para a sua modernização e eficácia”;

Considerando que nos últimos anos a Delegação da Ilha Terceira da Antena 1 – Açores viu saírem vários dos seus profissionais do quadro, por motivos vários;

Considerando que a Ilha Terceira tem uma significativa actividade editorial na área da comunicação social (com dois jornais diários, uma revista semanal de grande informação, um jornal quinzenário e três estações de rádio sedeados localmente e com informação diária);

Considerando que a Ilha Terceira é um dos pólos principais de produção de informação nos Açores, se não mesmo o pólo principal, bastando para chegar a esta conclusão analisar o volume de informação produzida na ilha;

Considerando que na Ilha Terceira estão sediados importantes departamentos dos Órgãos de Governo Próprio da Região Autónoma e Órgãos de Soberania, nomeadamente o Representante da República da Portuguesa, várias Secretarias Regionais, duas Câmaras Municipais, a Diocese de Angra, um Pólo Universitário, além de outros institutos que são fontes constantes de produção de informação relevante para a Região;

Considerando que a Antena 1 – Açores já teve três jornalistas no seu quadro da Ilha Terceira, que, sem serem suficientes, garantiam um caudal informativo que poderia ser considerado como o serviço mínimo admissível no âmbito do serviço público, tendo também programação própria;

Considerando que, actualmente, a Ilha Terceira tem apenas um jornalista do quadro em efectividade de funções, apesar de ser a ilha onde é produzido o único programa de debate de grande informação no serviço público de rádio, e não tem programação própria garantida por funcionários da empresa, situação que degradou a prestação do serviço público de rádio;

Considerando a recente reunião entre o Presidente do Governo Regional dos Açores e o Presidente do Conselho de Administração da Rádio e Televisão de Portugal, S.A;

Ao abrigo das disposições estatutárias e regimentais aplicáveis requero, com carácter de urgência, que o Governo Regional dos Açores me envie os seguintes esclarecimentos:

- 1 – Tem o Governo Regional conhecimento de que nos últimos anos houve pessoal de quadro da delegação da Ilha Terceira da Antena 1 – Açores que deixou vago o lugar temporária ou definitivamente? Em caso afirmativo, considera o Governo Regional relevante a questão da falta de substituição desse pessoal?
- 2 – Que diligências o Governo Regional encetou no sentido de averiguar porque razão ou razões nunca foram substituídos os funcionários de quadro que temporária ou definitivamente deixaram de prestar serviço na delegação da Ilha Terceira da Antena 1 – Açores?
- 3 – É para o Governo Regional importante que a Antena 1 – Açores emita programação própria a partir dos estúdios da ilha Terceira? Em caso afirmativo,

que diligências encetou junto da Direcção do Centro Regional dos Açores da RTP, S.A. para que tal volte a acontecer e para quando está previsto este reinício?

- 4 – Considera o Governo Regional que mesmo com três jornalistas no quadro em efectividade de funções, e tendo como comparação os jornalistas existentes em Ponta Delgada e na Horta, que o serviço público de rádio, na área da informação, fica garantido na Ilha Terceira?
- 5 – Que entendimentos foram estabelecidos na reunião entre o Presidente do Governo Regional dos Açores e o Presidente do Conselho de Administração da Rádio e Televisão de Portugal, S.A., ocorrida a 17 de Fevereiro de 2009, para solucionar alguns dos problemas estruturais que afectam a prestação do serviço público de rádio nos Açores? Foi estabelecido algum Protocolo entre as partes ou desta reunião resultou algum Memorando, Acordo ou Entendimento? Em caso afirmativo, cópia dos mesmos.

**O Deputado Regional, *Artur Lima***

—

**ASSUNTO: REQUERIMENTO Nº 21/IX – “PREÇO DIFERENCIADO DA  
ÁGUA À LAVOURA NA ILHA DO FAIAL”**

Encarrega-me S. Exa. o Secretário Regional da Presidência de enviar a resposta ao Requerimento nº 21/IX, subscrito pelos Senhores Deputados Jorge Costa Pereira e Luis Garcia, do PSD. O Governo Regional, sem prescindir quanto ao teor dos considerandos, informa o seguinte:

1. Dos fundamentos constantes do requerimento em apreço resulta a absurda contradição entre considerar que a Lagoa Artificial do Faial “ainda não está em pleno funcionamento” e, no mesmo passo, que, na recente actualização do tarifário aos agricultores ligados à rede de água, a Câmara Municipal da Horta “vai facturar a água a 0,65€/m<sup>3</sup> e aos agricultores ligados na sua rede a 0,94€/m<sup>3</sup>”.

Para além de tal contradição, certamente que os requerentes fazem por esquecer que o Sistema Integrado de Abastecimento de Água no Perímetro de Ordenamento Agrário Feteira / Castelo Branco na Ilha do Faial não comporta, apenas, a construção da Lagoa Artificial mas, também, um açude de captação; uma adutora com 4Kms de extensão a ligar o açude; uma lagoa artificial com capacidade para armazenar 100.000m<sup>3</sup> de água; uma Estação de Tratamento para 500m<sup>3</sup> de água/dia; dois reservatórios com capacidade para armazenar 1000m<sup>3</sup> de água; uma adutora com 7Km de extensão a ligar os dois reservatórios; uma rede de tubagem distribuidora com 16km de extensão; 198 ramais de distribuição de água à parcela; quatro postos públicos de abastecimento de água e uma rede eléctrica de abastecimento de energia à Estação de Tratamento de Águas onde se incorpora um Posto de Transformação.

2. Como acontece em todas as ilhas e concelhos, os investimentos realizados pelo IROA em matéria de água têm sido articulados com as redes camarárias, sendo certo que a fixação de tarifários para o abastecimento, não só para a agricultura mas para todos os utentes, é da competência das Câmaras Municipais.
3. Como será, igualmente, do conhecimento dos senhores Deputados requerentes, em todas as freguesias do Faial existem postos de abastecimento para os agricultores, construídos pela Câmara Municipal e, em alguns casos, pelo IROA, nos quais a água é gratuita.

Os melhores cumprimentos.

**O Chefe de Gabinete,** *Hermenegildo Galante*

---

**ASSUNTO: REQUERIMENTO Nº 23/IX – “OBRAS NA LOMBINHA DA MAIA”**

Encarrega-me S. Exa. o Secretário Regional da Presidência de enviar a resposta ao Requerimento nº 23/IX, subscrito pelo Senhor Deputado António Pedro Costa, do

PSD. O Governo Regional, sem prescindir quanto ao teor dos considerandos, informa o seguinte:

1. Qualquer obra pública acarreta inevitavelmente incómodos para os utilizadores e moradores da zona onde ela se desenvolve, embora, quer no planeamento, quer na execução dos trabalhos, exista a preocupação de minorar esses constrangimentos.
2. A ponte da Ribeira dos Migueis já se encontra concluída há sensivelmente dois meses e muito recentemente ficou concluída a pavimentação do troço de estrada regional correspondente.
3. A obra em curso de pavimentação da estrada regional entre Barreiros e Fenais da Ajuda exclui o interior da Lombinha da Maia em virtude deste troço estar sujeito à colocação de novas infra-estruturas da Câmara Municipal da Ribeira Grande. O projecto elaborado pela Câmara Municipal para a colocação das infra-estruturas de saneamento básico, águas pluviais, rede de águas e pavimentação já foi aprovado pela Direcção Regional dos Equipamentos e Transportes Terrestres, estando estas entidades empenhadas na resolução do problema, com a maior brevidade possível. A obra de pavimentação no interior da Lombinha da Maia está incluída na proposta de plano 2009/2010.
4. A obra de reabilitação da Ponte da Faleira foi adjudicada em 10 de Dezembro de 2008, pelo valor de €83.966,00, acrescido do IVA à taxa legal em vigor, e com um prazo de execução de 2 meses. A forte pluviosidade que se tem verificado nos últimos tempos e o conseqüente aumento do caudal da ribeira estão a retardar a consignação da obra, a qual será efectuada logo que estejam reunidas as condições mínimas de segurança.

Os melhores cumprimentos.

**O Chefe de Gabinete,** *Hermenegildo Galante*

---

**ASSUNTO: REQUERIMENTO N° 31/IX – “APOIOS COMPLEMENTARES  
AO DESPORTO”**

Encarrega-me S. Exa. o Secretário Regional da Presidência de enviar a resposta ao Requerimento nº 31/IX, subscrito pelos Senhores Deputados Clélio Meneses, António Ventura e Carla Bretão, do PSD. O Governo Regional, sem prescindir quanto ao teor dos considerandos, informa o seguinte:

1 - Os apoios complementares foram actualizados para a presente época desportiva passando, de 67,5€ para 70€.

No discurso escrito de Sua Excelência o Vice-Presidente do Governo Regional, lido durante a Gala do Desporto do ano de 2008, não existe nenhuma referência ou promessa de aumentar o número de dias dos apoios complementares a atribuir a clubes e associações para fazer face ao aumento de despesas com as deslocações inter-ilhas e ao Continente.

2 - O Governo Regional dos Açores não pode responder a esta questão uma vez que não existe nenhuma promessa relativa à questão colocada.

3 - Não existindo nenhum compromisso do Governo Regional dos Açores não podemos indicar os termos concretos que a questão levanta.

4 - No discurso de Sua Excelência o Vice-Presidente do Governo Regional, foi dito que o Governo iria propor o fim dos apoios no sistema de jornadas duplas (uma deslocação para dois jogos) para os clubes que participam nos níveis competitivos intermédios (2ª divisão) e inferior (3ª divisão) das competições nacionais, com excepção para a modalidade de futebol que sempre teve apoio para jornadas simples (uma deslocação por jogo). Esta proposta só é possível com a alteração do DLR nº14/2005/A de 5 de Julho e à data da Gala do Desporto a proposta de alteração do diploma estava na SREC, razão pela qual foi anunciada esta intenção do Governo.

5 - As questões levantadas pelos Senhores Deputados revelam desconhecimento da legislação e do discurso, pois fazem confusão entre apoios complementares e apoios para as deslocações que permitam a realização de jornadas duplas ou simples.

6 - Esta situação (cumprimento de promessas feitas durante a Gala) já foi anteriormente colocada pelo Sr. Presidente da AFAH em carta dirigida a Sua Excelência o Vice-Presidente do Governo Regional, e que por mera coincidência



(também) não esteve na Gala do Desporto de 2008 (nem em anteriores), tudo levando a crer que tenha informado mal os Senhores Deputados.

Os melhores cumprimentos.

**O Chefe de Gabinete, *Hermenegildo Galante***

—

**O Redactor, *José Rodrigues da Costa***